



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO EM CIÊNCIAS DA
SAÚDE

ADRIANA DE PAULA VITOR

**TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM
CONFLITO COM A LEI:
UMA ABORDAGEM HELLINGERIANA**

SANTOS
2021

ADRIANA DE PAULA VITOR

**TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM
CONFLITO COM A LEI:
UMA ABORDAGEM HELLINGERIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* do Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Ensino em Ciências da Saúde.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andrea Perosa Saigh Jurdi
Co-orientadora: Isabela Lara de Oliveira

SANTOS
2021

Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A243t De Paula Vitor, Adriana.
TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM
CONFLITO COM A LEI: UMA ABORDAGEM HELLINGERIANA. /
Adriana De Paula Vitor; Orientadora Andrea Perosa
Saigh Jurdi; Coorientadora Isabela Lara de
Oliveira. -- Santos, 2021.
149 p. ; 30cm

Dissertação (Mestrado Profissional - Pós-graduação
Ensino em Ciências da Saúde) -- Instituto Saúde e
Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2021.

1. Abordagem Hellingeriana. 2. Assistência
Social. 3. Educação em Saúde. 4. Famílias. 5. Trabalho
socioeducativo. I. Jurdi, Andrea Perosa Saigh ,
Orient. II. Título.

CDD 610.7

Bibliotecária Daianny Seoni de Oliveira - CRB 8/7489

ADRIANA DE PAULA VITOR

**TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO
COM A LEI:
UMA ABORDAGEM HELLINGERIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* do Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Ensino em Ciências da Saúde.

Data de aprovação: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Andrea Perosa Saigh Jurdi.
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr.^a. Patrícia Leme de Oliveira Borba
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Roberto Tykanori Kinoshita
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. José de Magalhães Campo Ambrósio
Universidade Federal de Uberlândia

Prof.^a Dr.^a. Maria Izabel Calil Stamato
Universidade Católica de Santos

Dedico esta dissertação aos meus pais e ancestrais! A coragem de vocês chegou em mim através de um fio condutor diariamente!

Ao Bert Hellinger (in memoriam)! Obrigada por me mostrar o amor que em tudo atua!

Às famílias e adolescentes em conflito com a lei! Gratidão pelo incentivo e força na missão!

AGRADECIMENTOS

Ufa! Até que enfim, missão cumprida! Encerro mais um ciclo da minha trajetória profissional e sei que não cheguei até aqui sozinha. Carrego comigo muito carinho, conhecimento, dedicação, disponibilidade, cuidado, serviços e apoio de um povo unido em prol da evolução humana e total amor pela família!

Agradeço aos **meus pais Maria Luzia e Idelfonso**, sem vocês não estaria na vida, as ligações diárias e o legado me impulsionaram para mais esta missão. O servir à vida, o amor, eu aprendi com vocês. Os conflitos foram o combustível que me trouxeram até esta evolução!

Aos **meus irmãos** que me mostram a importância da ordem na família. Ao **cunhado** e às **cunhadas**, aos **sobrinhos**, que me trazem alegria e ensinamentos sobre a pureza do amor das crianças!

Aos meus **avós maternos Lazara e Malaquias** (*in memoriam*) e **avós paternos Joaquim** (*in memoriam*) e **Efigênia**. Esta mulher guerreira que, aos 95 anos, passou por uma pandemia sem medo! Gratidão pela compreensão de minha ausência nestes seus dois aniversários, por trazer sabedoria e aconchego, e lembranças de todos os membros da nossa família com suas trajetórias de luta, coragem, sofrimento, sabedoria e dedicação ao trabalho e à vida!

Ao **Bruno Peixe** pela dedicação e apoio neste período, por dividir toda sua família comigo, **Maria Stela** e **Antônio Peixe**. O incentivo e segurança de vocês durante estes dezessete anos foi importante para eu chegar nesta meta!

À **Andrea** imensa gratidão pela dedicação, objetividade e coragem de enfrentar comigo os desafios deste tema complexo e inovador. **Isabela**, o seu apoio e direcionamento na abordagem hellingeriana me trouxeram segurança na escrita de uma prática a serviço da vida! Aos professores da banca, **José Magalhães**, **Izabel Calil**, **Patrícia Borba** e **Roberto Tykanori**, obrigada!

Ao **Instituto de Desenvolvimento Sistêmico para a Vida**! Aprendi a viver uma vida mais leve, no trabalho e na família! Gratidão aos **professores Décio**, **Wilma**, **José Magalhaes**, **Sandra**, **Zaira** e **todos os alunos**!

Aos **professores da Hellinger Schule**, a **Faculdade INNOVARE** e **sua equipe**, que me apoiaram nos ensinamentos da Constelação Familiar Original Hellinger. Em especial à **Sophie Hellinger** que, em maio de 2021 pela FamilienStellen, desvendou mais um dos meus

emaranhamentos, trazendo força para eu seguir com minha missão. À **turma G5** pela escuta nos momentos de desespero!

Às **professoras Hellen Vieira da Fonseca e Marilise Einsfeldt**, pelo apoio que recebi durante estes três anos. Pelo WhatsApp vocês se conectavam comigo, trazendo luz aos meus bloqueios na escrita. E quanto amor cego veio à luz!

Ao **Encontro de Consteladores** que me ajudou a seguir em frente. Os exercícios sistêmicos e as mensagens iam me mostrando os caminhos!

Às **amigas** (consteladoras) **Ana, Irene, Marli, Rubia, Suzana e Regina**: vocês me serviram nos momentos mais difíceis por conta de minhas incertezas.

À **Eliana Cleia**, obrigada pelas terapias e constelações, assim foi mais fácil o processo! E também toda sua família, o empenho de vocês foi imprescindível! Valeu **João, Laila, Laura, Lais e Benício**!

Aos **terapeutas e médicos** pelo cuidado recebido de vocês que foi inevitável ao longo dessa jornada sofredora, mas também libertadora! **Roseli, Rogério, Duca**.

Ao **grupo do WhatsApp CuCo**, amizades incríveis. Nos momentos mais difíceis de escrita, vocês estavam ali, não sei como seria passar pela doença da COVID-19 sem vocês no comando! Obrigada **Audra, Elenice, Fabiano, Juçara, Maria Silvia, Nina, Rose e Tatiana**.

Gratidão aos **colegas do Mestrado Profissional, turma 2018**, as palavras e olhares de todos nos seminários me ajudaram a continuar com meu tema de pesquisa. Valeu **Patrícia e Renato** pelas conversas e caronas. Aos **bebês Pedrinho, Nina e Maria**, as aulas com vocês me trouxeram um despertar inovador para a vida!

Ao **Secretário da Assistência e Desenvolvimento Social, Rogélio Salceda**, sua rapidez na autorização me motivou a seguir em frente. À **Diretora da Proteção Social Básica, Joseania Silva**, gratidão, você nunca desistiu das minhas ideias malucas, suas frases de apoio como “Vai! Nós te blindamos!” ajudaram a expandir este trabalho em prol das famílias – sei que você não mediu esforços para a pesquisa acontecer!

À toda **equipe do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Oasis**, obrigada pelo carinho e compreensão nas minhas ausências! Às **chefias Maristela e Rogério**, pela total confiança sempre! Gratidão às **técnicas Daniela e Jéssica** pela escuta e incentivo, reconheço o esforço e a sobrecarga de trabalho a vocês! À querida **estagiária Nathalia**,

obrigada pelo apoio, você foi um presente que ganhei em um momento importante da minha profissão! E quanta disposição e empenho neste seu apoio!

Ao **Elson**, meu primeiro estagiário da Universidade Federal de São Paulo, hoje mestre e assistente social. Seu apoio, desde a entrada no CRAS até o final do mestrado, me motivou bastante! Você me mostrou que minha prática tinha que ser escrita.

Aos **funcionários do CASA Mongaguá**, um ambiente tão dolorido, e vocês sempre me alegraram e me levaram ao crescimento, todos, inclusive a equipe de segurança. Um enorme carinho pelas **chefias** que suportaram minhas ausências, ao psicossocial, sempre me ensinou a repensar o trabalho. Valeu **Daniela, Edi, Gabriela, Rachel, Rodrigo, Simone, Sirlei e Val** que foram até o fim da novela me ouvindo! **Ernandes e Solange**, vocês foram o impulso no início!

Ao **CASA Itanhaém** obrigada pelo “não”, a autoridade e o receio de vocês me fizeram perder o medo, e enxergar a disponibilidade das famílias e do CRAS!

Gratidão profunda às **mulheres da pesquisa**. A coragem e experiências de vida de vocês tornaram esse trabalho possível! Obrigada pela disponibilidade e força! As transformações de vocês me transformam diariamente e me fazem continuar com a missão de levar meu trabalho adiante!

À **Dieta Vitória** pelo direcionamento no autocuidado e disciplina.

Obrigada **JJota** que por diversas vezes me impulsionou com suas palavras sábias, estimulando a encerrar esta etapa com maestria!

E, a pessoa mais presente, **Rose**, obrigada por organizar a minha bagunça diária e aguentar o meu stress! E a **gatinha Brisa** por sua companhia na escrivaninha até nas madrugadas!

RESUMO

A realidade dos adolescentes brasileiros, incluindo aqueles no contexto socioeducativo, exige atenção da sociedade e dos profissionais que o acompanham nos diversos setores do Sistema de Garantia de Direitos, evidenciando a necessidade de uma agenda de urgências no sentido de concretizar políticas públicas e, sobretudo, ampliar desafios para a efetiva implementação da política de atendimento socioeducativo às famílias. Dentro do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, desenvolvido no Centro de Referência da Assistência Social, o desafio dos profissionais é acompanhar e fortalecer os vínculos familiares, apoiar o adolescente na busca de uma transformação de sua história, para que ele se sinta protegido no ambiente familiar quando ocorre o término de sua medida socioeducativa de internação. A pesquisa teve como objetivo analisar o processo grupal de acompanhamento das famílias de adolescentes em conflito com a lei a partir do trabalho socioeducativo com a utilização de uma prática grupal, utilizando temas relacionados ao referencial teórico da pesquisa que é a abordagem hellingeriana. Os grupos foram realizados no território de abrangência do Centro de Referência da Assistência Social Oasis no município de Itanhaém, estado de São Paulo, cuja execução direta foi através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, com a proposta de acolhimento, acompanhamento e apoio aos familiares de adolescentes em medida socioeducativa de internação. Participaram do estudo seis mães de adolescentes internos na Fundação Casa, por meio de cinco encontros (interrompidos pela Pandemia Mundial do Coronavírus), com início em fevereiro, suspenso por quatro meses, retomados em agosto e finalizados em setembro de 2020. Como resultado, observa-se que as famílias tiveram adesão aos grupos, demonstrando interesse nos temas propostos, os quais permitiram identificar padrões de repetições de histórias familiares como dependência química, violências e exclusões de membros do sistema familiar. Assim entende-se que o conhecimento dos princípios básicos da vida, podem contribuir para o desenvolvimento dos grupos com famílias de adolescentes em conflito com a lei, e a metodologia utilizada pode servir como apoio ao processo de trabalho do profissional do Sistema Único de Assistência Social, na execução do trabalho social com famílias na Proteção Social Básica.

Palavras-chave: Abordagem Hellingeriana. Assistência Social. Educação em Saúde. Famílias. Trabalho socioeducativo.

ABSTRACT

The reality of Brazilian adolescents, including those in the socio-educational context, demands attention from society and professionals who accompany them in the various sectors of the Rights Guarantee System, highlighting the need for an urgent agenda in order to implement public policies and, above all, expand challenges for the effective implementation of the socio-educational policy for families. Within the Service of Protection and Integral Assistance to the Family, developed at the Reference Center for Social Assistance, the challenge for professionals is to monitor and strengthen family ties, to support the search for a transformation of the adolescent's history, so that they feel protected in the family environment when his/her socio-educational measure of socio-educational internment has ended. The research aimed to analyze the group process of monitoring families of adolescents in conflict with the law from the socio-educational work with the use of a group practice with the aim of continuing education, using themes related to the theoretical framework of the research, which is the hellingerian approach. The groups were carried out in the territory covered by Reference Center for Social Assistance Oasis in the municipality of Itanhaém, state of São Paulo, whose direct execution was through Protection and Integral Assistance to the Family, with the proposal of welcoming, monitoring and supporting the families of adolescents in a socio-educational measure. Six mothers of teenager's inmates at Fundação Casa participated in the study, through five meetings (interrupted by the World Coronavirus Pandemic), which began in February, suspended for four months, resumed in August and ended in September 2020. It is verified that the families adhered to the groups, showing interest in the proposed themes, which allowed the identification of patterns of repetition of family stories such as chemical dependency, violence, betrayals and exclusion of members of the family system. Thus, it is understood that knowledge of the basic principles of life, can contributed to the development of groups with families of adolescents in conflict with the law, and the methodology used can served as guidance and support for the Single Social Assistance System professional's work process, in the execution of social work with families in the Basic Social Protection.

Keywords: Hellinger's approach. Social assistance. Health Education. Families. Socio-educational work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DRADS	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IDESV	Instituto de Desenvolvimento Sistêmico para a Vida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MSE	Medidas Socioeducativas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SADS	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SICON	Sistema de Condicionabilidade do Programa Bolsa Família
SIGPBF	Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Banner de boas-vindas	77
Figura 2 - Calendário	77
Figura 3 - Reflexão “crescer é respeitar as diferenças”	85
Figura 4 – Charge enviada por Franciele	108
Figura 5 – Tapete genograma	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistema de Garantia de Direitos	28
Quadro 2 – Categorias e subcategorias de análise	75
Quadro 3 – Perfil das participantes	78
Quadro 4 – Presença das participantes por encontro	79
Quadro 5 - Data de término da Medida Socioeducativa de Internação dos adolescentes filhos/enteados das participantes	103

SUMÁRIO

Apresentação e Trajetória profissional	14
Introdução	19
Objetivos	24
Objetivo Geral	24
Objetivos Específicos	24
Capítulo 1- Panorama sobre a Execução de Medidas Sócioeducativas e a legislação que direciona o atendimento de adolescentes em conflito com a lei	25
1.1.O Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo	26
1.2.O Sistema Único de Assistência Social	28
1.3.O Sistema Educacional	33
1.4.O Sistema Único de Saúde	34
1.5. O Sistema de Justiça e a Segurança Pública	34
1.6.Breve História do Serviço Social, suas interfaces com a questão social e os conflitos de classes sociais	35
1.7.Famílias no SUAS	40
Capítulo 2 – Sobre a Abordagem Hellingeriana	47
Capítulo 3 – Metodologia de Pesquisa	68
Capítulo 4 – Resultados e Discussão	76
Tema 1 – Pertencimento familiar	79
Tema 2 – Hierarquia	91
Tema 3 – O Equilíbrio entre o Dar e o Receber	112
Tema 4 – Exclusão dos Membros das Famílias	118
Considerações Finais	125
Referências	129
ANEXO A – Carta de Aceite da Prefeitura Municipal de Itanhaém	136
ANEXO B – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa	137
APÊNDICE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	145

APRESENTAÇÃO E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

*Eu sou a grandeza do Universo
As faíscas que brilham na imensidão
De estrela sou chamado muitas vezes
Grande Sol que ilumina a escuridão*

*E sem frescura eu espero ser chamado
Pra trazer a cura preciso ser convidado
Sem mais demora eu já estou ao seu lado
Na mesma hora sente-se aliviado*

*Não há verdade que eu não vá escutar
É minha linguagem, basta ela saber falar
Para ter tudo aquilo que desejar
E ser agradecido a quem tem para lhe dar*

Gratidão (Eu agradeço), Marie Gabriella

Nasci em 18 de janeiro de 1979, na cidade de Três Pontas/MG. Sou filha de Idelfonso de Paula Vitor e Maria Luzia de Paula Vitor. Somos em cinco irmãos, oito netos e um bisneto. Nesta família aprendi as ordens do amor, nela o amor é tão grande que muitas vezes cega e tudo se faz com amor. Disciplina, humildade, gratidão e o servir à vida, aprendemos desde a infância. Os conflitos são grandes e todos provenientes do amor e dos vínculos transgeracionais.

Realizei meus estudos até o ensino médio em escola pública na cidade onde nasci, tendo feito concomitantemente o Ensino Médio e o Curso Técnico em Contabilidade. Em 1999 cursei Direito por 18 meses na Unifran e por conflitos financeiros, o curso foi interrompido. O sonho em cursar uma universidade não terminou por aí, por oito anos participei de diversos processos seletivos para universidades estaduais e federais. Nesse ínterim, houve mudança na opção de curso, visto que antes nem sabia da existência do curso de Serviço Social, descoberto por ser menos concorrido. Hoje sei que não foi por acaso, amo o que faço e desde criança gostava de visitar famílias, conversar e ouvir histórias, além de contar as minhas. Este dom veio dos meus familiares. Em 2004, conheci o primeiro marido, Bruno, com ele e toda sua família adquiri

conhecimentos e crescimento pessoal, pessoas fantásticas com um legado incrível. Nesta troca aprendi que a diferença das famílias traz evolução.

Em 2005 comecei meu primeiro emprego público, Prefeitura Municipal de Franca, função de Agente de Saúde Pública (Dengue). No ano de 2006 foi conquistada a tão sonhada vaga em duas universidades públicas, uma em Apucarana/PR e outra em Franca, sendo esta última a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) já cogitada por oito anos consecutivos e a escolhida. Me lembro como se fosse hoje, quando adentrei aos portões para a tão temida prova da Fundação Vunesp, vários professores do cursinho (alunos da própria UNESP) gritando “Você consegue! Parabéns pela vaga em Apucarana/PR! Fica calma que você já tem vaga garantida na universidade pública!”. Frases que ainda me emocionam até hoje. O fato era que eu não confiava na minha capacidade, um trauma que carregava há oito anos: era como se eu não tivesse o direito de entrar em uma universidade pública.

A partir deste momento o destino se transformou. Em dois anos de curso, a vaga de estágio foi conquistada através do processo seletivo da Fundap, em uma colocação de quinto lugar no Estado de São Paulo. Muito concorrido, pois era um dos poucos estágios remunerados na região, sendo o local de atuação a Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS). Era um ambiente tranquilo com várias assistentes sociais, sendo a supervisora a chefe do setor, acolhedora e dedicada, de uma ética profissional incrível. Naquele momento tive a oportunidade de aprender sobre todos os programas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprendi neste órgão na cidade de Ribeirão Preto a orientar e assistir 25 municípios e entidades sociais na implementação e no acompanhamento de políticas e programas de assistência e desenvolvimento social. Neste espaço o que mais me alegrou foi participar da organização do Seminário Internacional sobre Delinquência Juvenil, e foi com a diretora da DRADS que aprendi a gostar deste tema pois todo ano ela realizava a organização deste seminário em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a Universidade de São Paulo, trazendo palestrantes internacionais do Canadá e pessoas envolvidas no tema como a Presidente da Fundação CASA de São Paulo.

Na festa de formatura da graduação, em janeiro de 2010, comemorava duas vitórias: o diploma e a vaga de emprego público na Prefeitura Municipal da Estancia Balneária de Itanhaém. A temática sobre adolescentes em conflito com a lei sempre esteve presente em minha vida: realizei meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre a gestão compartilhada da

Fundação CASA de Franca e o sonho de trabalhar nesta instituição se realizou em agosto de 2012.

Minhas experiências durante os 11 anos de profissão foram na Prefeitura Municipal de Itanhaém, primeiramente no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), em que por quatro anos fui orientadora de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade. Em 2010, tomei a frente em conjunto com a equipe de profissionais do CREAS e apoio total da coordenadora, na organização do Seminário “Envolvendo a Rede em 2010”, trazendo o palestrante Edson Seda, um dos autores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Este trabalho rendeu muitos elogios, principalmente pelo judiciário e promotoria. O secretário da Secretária da Assistência e Desenvolvimento Social (SADS) na época, hoje o prefeito da cidade, agradeceu o trabalho da equipe inclusive. Contudo o maior objetivo fora atingido: os adolescentes em medida socioeducativa em meio aberto receberam um novo olhar das escolas e do conselho tutelar.

Em agosto de 2013, sem a minha vontade, fui transferida para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Momento difícil na profissão, mas junto veio a força para buscar autoconhecimento e o interesse pela abordagem hellingeriana. Portanto, nada impedia meu desejo de buscar transformação social em prol da população atendida, pois em ambos os locais de trabalho dentro da Prefeitura de Itanhaém, busquei desenvolver projetos próprios, palestras e rodas de conversa sobre assuntos relacionados ao ECA, trabalho infantil e o trabalho interprofissional a serviço dos usuários.

No CRAS, em 2019, cheguei a iniciar um projeto piloto “Saindo da Casinha” com o apoio da diretora da Proteção Social Básica (PSB), Joseania da Silva, com objetivo de realizar um trabalho de prevenção e apoio as famílias dentro do território em parceria com as escolas da região. A ideia inicial era trabalhar com as famílias de adolescentes com dificuldades de aprendizagem, disciplina e evasão escolar, por meio de atividades em grupo dentro das escolas do território de referência do equipamento. Porém, devido a demanda apresentada pelas escolas, professores e pais, percebi que talvez pudesse realizar grupos com os adolescentes com dificuldades de aprendizagem e comportamento, ambos com objetivo de fortalecimento do vínculo familiar.

Ressalto que em 2012 tive a oportunidade de trabalhar por um ano em uma Clínica de Reabilitação de Dependência Química, o que me trouxe a certeza de que seria importante o trabalho com as famílias e que, em todos os âmbitos, esta é a maior dificuldade dos

profissionais. O dependente químico se recupera, mas depois recai na drogadição, o que gera nova exclusão deste membro e sofrimento para toda a família.

Em agosto de 2012 passei a fazer parte do quadro de funcionários da Fundação CASA Mongaguá, como servidora pública estadual, atuante até o momento. É um ambiente em que tenho a oportunidade de conhecer como fica o adolescente longe da família, visualizar o sofrimento da família e do filho durante a internação, além de averiguar a dificuldade da rede de serviços e da política pública em acompanhar as famílias que passam por questões econômicas e conflitos diversos. Quando há a separação de um membro, é possível visualizar o problema como um todo na família e também na sociedade.

Durante estes 10 anos de profissão realizei vários cursos na área da assistência social, saúde e medidas socioeducativas. Em 2014 iniciei um Treinamento Básico na Abordagem Hellingeriana pelo Instituto de Desenvolvimento Sistêmico para a Vida (IDESV). Neste instituto tive a oportunidade de fazer os seguintes cursos: Aprofundamento, Atendimento Individual, Educação Sistêmica e Justiça Sistêmica. No Instituto de Filosofia Prática Peter Spelter Ltda, realizei o curso de História do Brasil, também na abordagem fenomenológica hellingeriana. Em 2019 iniciei uma Pós-Graduação em Constelação Familiar Original Hellinger, ofertada pela Innovare Faculdade em parceria com a Hellinger Schule (Alemanha). Um estudo em andamento, foi onde conheci a co-orientadora do presente trabalho, sendo ela professora da Universidade de Brasília e, até 2020, professora na Hellinger Schule. Enfim, com este aprendizado e a prática, minha postura foi modificando perante as ações no cotidiano de trabalho e na vida pessoal. Isso possibilitou ter um olhar amplo diante das histórias das famílias atendidas no CRAS, oferecendo qualificação na escuta, inclusive uma percepção da importância da inclusão do pai na vida dos adolescentes atendidos e um olhar amoroso para os excluídos do sistema familiar.

E foi assim que surgiu o interesse em cursar esta Pós-Graduação, Mestrado Profissional: a realização de uma pesquisa inserindo o conhecimento adquirido na abordagem hellingeriana na prática de uma forma educativa e não terapêutica, escrever e ampliar os conhecimentos com o apoio de um professor acadêmico. A escolha da modalidade profissional aconteceu através de uma expectativa e vontade imensa em desenvolver e escrever uma nova postura e prática profissional que possa ser desenvolvida dentro do local de trabalho, a qual necessita de aprimoramento e ampliação das ações no cotidiano. Observo que durante alguns anos venho levantando diversos questionamentos sobre o real papel da instituição, das famílias atendidas e dos profissionais atuantes, e isso me fortaleceu para a continuidade da pesquisa em

sua prática, bem como dizer que ela é, em minha vida, uma missão em prol das famílias e membros excluídos da sociedade.

INTRODUÇÃO

*Sou eu que leio todos os seus pensamentos
E vejo o quanto você os tenta parar
Sou eu que vejo quando virão sentimentos
E que não dá mais para poder controlar
É nessa hora que eu chego no vento
Nas estrelas e na luz do luar
Venho lhe dar como posso meu alento
E te ajudar aos poucos a de me lembrar
Não hesitem em me procurar
Tenho poder e mais tudo que precisar
Sou os cometas que deixam rastros no céu
As correntezas velozes que vão pro mar*

Gratidão (Eu agradeço), Marie Gabriella

A realidade dos adolescentes brasileiros, incluindo aqueles no contexto socioeducativo, exige atenção da sociedade e dos profissionais e evidencia a necessidade de um trabalho social com famílias de adolescentes em conflito com a lei no sentido de concretizar políticas públicas e sociais, sobretudo, ampliar desafios para a efetiva implementação da política de atendimento socioeducativo. É preciso trabalhar na perspectiva da integração e articulação das políticas, impondo uma ruptura com a gestão de ações pontuais e isoladas (SINASE, 2012).

No Brasil, em 2018, foi feito um levantamento pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização acerca do sistema carcerário e das medidas socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça, e constatou-se que existiam mais de 22 mil adolescentes internados nas 461 unidades socioeducativas em funcionamento no país. Mostrou-se neste levantamento que a maioria dos internos eram meninos (21.362 meninos e apenas 841 meninas) (ANDRADE, FARIELLO, 2018). Observa-se uma grande diferença nos números entre os estados, 7.911 adolescentes internados em São Paulo, 1.654 no Rio de Janeiro, 1.518 em Minas Gerais, 1.311 em Pernambuco e 1.208 no Rio Grande do Sul. Sendo estes cinco, os estados com maiores números de internos (ANDRADE, FARIELLO, 2018).

Segundo informações dadas pelo ex-Secretário Estadual de Justiça e presidente da Fundação CASA, Paulo Dimas Mascaretti, em entrevista ao Jornal da Manhã em 25/08/2020, não havia mais superlotação nos centros de atendimento ao adolescente nos quatro anos anteriores à entrevista, havendo apenas 55% das unidades socioeducativas ocupadas. Mascaretti (2020) ressaltou que havia capacidade para 8.666 internos, tendo naquele momento 4.410 adolescentes internados (antes da pandemia da COVID-19 a média variava entre 7.000 e 7.500 internos). A ocupação média das unidades socioeducativas no ano de 2019 era de 99% no Estado de São Paulo e, dos 27 estados brasileiros, nove estavam acima de 100%, ou seja, com superlotação. Mascaretti referiu-se, na mesma entrevista, que a taxa de reincidência no estado de São Paulo era de 22%, porém, adolescentes quando atingem a maioridade penal, não entram nesta estatística por ele apresentada, pois são presos no sistema carcerário para adultos (2020). Mesmo diante dos dados acima citados, para o ex-secretário de justiça e presidente da Fundação CASA, é necessário ampliar o acompanhamento destes adolescentes:

Estamos fazendo trabalho de ação de impacto social, em breve vamos lançar um acompanhamento do jovem depois que deixa a Fundação, porque não adianta impor as medidas e acompanhar dentro da unidade e na rua este jovem não ter apoio da família, oportunidade de cursar uma universidade ou entrar no mercado de trabalho (MASCARETTI, 2020).

O Instituto Sou da Paz (2018) realizou um estudo sobre a reincidência infracional do adolescente no Estado de São Paulo, objetivando diagnosticar o perfil do adolescente em conflito com a lei e suas variáveis quanto a práticas infracionais e a necessidade de aprimoramento do atendimento socioeducativo no ano de 2017 (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2018). Esta pesquisa foi realizada com 324 adolescentes internados localizados na Capital, Grande São Paulo e interior do estado. Constatou-se que, dos entrevistados, 76% são pretos ou pardos; 60% com idade entre 16 e 17; 60% cometeram o primeiro ato infracional entre os 12 e 14 anos; dois terços dos adolescentes entrevistados já tinham cumprido medida socioeducativa anterior, sendo internação, semiliberdade ou alguma medida socioeducativa em meio aberto; 80% cometeram tráfico de drogas ou roubo como ato infracional, identificando uma porcentagem mínima para crimes mais graves (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2018). Os dados mostraram a vulnerabilidade socioeconômica e a exposição a violência como agravantes fatores de risco nesta pequena amostra estudada. Observou-se também o descaso dos serviços que atendem a população e as demandas familiares que interferem na reincidência dos adolescentes em conflito com a lei.

Os profissionais ouvidos também expressaram receio generalizado sobre a falta de um olhar sistêmico da rede de atendimento aos adolescentes, incluindo o diálogo limitado entre os responsáveis por medidas socioeducativas em meio aberto e fechado e as dificuldades de acesso a serviços públicos pelos egressos em seus territórios de origem (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2018, p. 07).

Diante disso, é importante rever métodos de trabalho e articulação dos serviços públicos em prol destes adolescentes e seus familiares, pois compreende-se que o abandono escolar, baixa autoestima e dificuldade de hierarquia dentro das famílias pode acarretar a reincidência dos filhos no ato infracional. A importância da família na conjuntura da vida social permanece explícito no artigo 226 da Constituição Federal de 1988, e se reafirma nas legislações específicas de assistência social como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990); Estatuto do Idoso (2003); na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS; 1993), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e no próprio Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE; 2012).

As mudanças que aconteceram no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representam enormes desafios aos profissionais que atuam na PNAS. Ao longo dos anos, o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais que atuam no SUAS foi passando por modificações nas suas atribuições. As ações de ordem burocrática foram predominando em relação aos focos de intervenção específicos dessas categorias junto aos adolescentes, famílias e rede de serviços. Como refere Souza (2012, p. 116) é preciso

Avançar em modelos de gestão do sistema deve possibilitar que as unidades de atendimento construam seu projeto político-pedagógico totalmente vinculado à realidade/necessidade dos adolescentes atendidos. Deve também ampliar as possibilidades concretas de oferecimento, por parte do sistema socioeducativo, de aproximação com as famílias e, principalmente, de articulação com as políticas setoriais, com vistas às possíveis formas de distanciá-las do mundo do crime.

Diante disso, compreende-se que esse estudo possa contribuir para a ampliação do cuidado às famílias no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), através dos grupos do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). O PAIF realiza um trabalho voltado à Proteção Social Básica (PSB), objetivando a prevenção do rompimento de vínculos afetivos entre os membros familiares. Importante ressaltar que o CRAS não exerce serviços solicitados diretamente pelos órgãos de justiça, situação que facilita a vinculação das famílias dos adolescentes na participação espontânea, fator gerador de autonomia e emancipação social.

A partir da experiência profissional da pesquisadora referente à formação na abordagem hellingeriana desde o ano de 2014 e o exercício da atividade profissional em três espaços que atendem o adolescente em conflito com a lei e seus familiares, surgiu o interesse em inovar no trabalho social de acompanhamento destas famílias de adolescentes em conflito com a lei com a utilização de práticas de grupo inspiradas no conhecimento da abordagem hellingeriana através do PAIF ofertado pelo CRAS. Marino e Macedo (2018) referem que, no Brasil, a constelação familiar hellingeriana é ensinada como prática sistêmica empregada em contextos terapêuticos e organizacionais, além de ser bastante utilizada no âmbito jurídico, com mediação de conflitos. Mais recentemente o Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde, por meio da Portaria n. 702 de 21 de março de 2018, incluiu a Constelação Familiar como uma das técnicas que compõe a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

O conhecimento dessa abordagem contribui para a compreensão do que acontece no cotidiano familiar e suas relações, pois parte do princípio que há uma consciência comum, uma dimensão inconsciente que une as pessoas da família e que se dá a conhecer por meio dos efeitos que tem sobre todos os membros da família como, por exemplo, na repetições de padrões transgeracionais. Tais repetições transgeracionais foram estudadas por outros pesquisadores como a psicóloga francesa Anne Ancelin Schützenberger que desenvolveu a psicogenealogia como um método capaz de encontrar esses laços invisíveis que unem os membros de um sistema familiar. Nesse sentido, a abordagem hellingeriana, assim como outras abordagens que possam olhar para os efeitos da transgeracionalidade da família no presente, tem um grande potencial para expandir o trabalho dos assistentes sociais. Após o processo de aprendizagem e aplicação deste conhecimento sistêmico no cotidiano, os profissionais podem ajudar as pessoas a distinguir as pressões cegas do condicionamento social em que vivem a partir da história de suas famílias, bem como de outros aspectos coletivos que influenciam no comportamento social como preconceitos religiosos e ideologias políticas, sendo capazes de ter uma nova perspectiva sobre sua realidade e tendo assim a possibilidade de transformar através dessa tomada de consciência, questões enraizadas em sua consciência inconsciente que se refiram a sua história pessoal como coletiva e social.

Para Marino e Macedo (2018) uma crítica que se faz a essa abordagem é o que se refere ao termo sistêmico. Para as autoras, a abordagem não define o que chama de sistêmico, uma vez que sua técnica se dedica mais à prática que à teoria. No entanto, ao abordar questões transgeracionais é possível compreender que o termo sistêmico se refere e se vincula a acontecimentos da história familiar.

Os profissionais da política de assistência social enfrentam grandes desafios para trabalhar as relações familiares de acordo com as mudanças ocorridas no seio das famílias na atual conjuntura política em que vivemos. A normativa que direciona o trabalho social do PAIF deixa claro a autonomia do profissional para utilizar métodos de trabalho a serviço da emancipação das famílias. Portanto, entendemos que o conhecimento e utilização da abordagem hellingeriana, especialmente no que tange aos seus aspectos filosóficos, pode ajudar o profissional a obter uma postura que olha para a totalidade da situação em que a família vive, sem julgamentos, sem a intenção de salvar ou, até mesmo, sem o objetivo de resolver o problema das famílias.

Para apresentar o percurso da pesquisa essa dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo dessa dissertação, abordamos a legislação pertinente, o SINASE e suas interfaces com o SUAS, Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Educacional e Sistema de Justiça e Segurança Pública. Importante ressaltar a trajetória de leis e sua efetivação, pontos importantes de avaliação e conduta para a evolução do trabalho no cotidiano da prática dos profissionais. Realizamos um panorama sobre a execução das medidas socioeducativas e a legislação que direciona o atendimento dos adolescentes em conflito com a lei. Pontuamos uma breve história do Serviço Social, suas interfaces com a questão social e os conflitos de classes sociais e, para finalização, o trabalho social ofertado às famílias de adolescentes em conflito com a lei.

O capítulo dois, é voltado à exposição da abordagem hellingeriana e como, na prática, podemos incluir esta metodologia no apoio ao trabalho social com as famílias no cotidiano do profissional. Devido ao momento vivenciado (pandemia da COVID-19), neste capítulo será apresentado também a experiência da pesquisadora e trabalhadora do SUAS durante a pandemia e seus desdobramentos no cotidiano das famílias acompanhadas na pesquisa.

No capítulo três, é feita a exposição da metodologia aplicada no estudo, revelando o processo de coleta de dados e procedimentos de análise.

O capítulo quatro, apresenta resultados encontrados conjuntamente com a discussão dos mesmos frente à literatura. Em seguida estão as considerações finais e as referências utilizadas.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar os resultados do processo de intervenção grupal com familiares de adolescentes em medida socioeducativa de internação.

Objetivos específicos

- Analisar as potencialidades e desafios da intervenção com as famílias com a abordagem hellingeriana;
- Identificar a existência ou não de conflitos, repetições e exclusões transgeracionais na história das famílias em sua condição atual de vulnerabilidade social;
- Compreender como os princípios filosóficos e práticos da abordagem hellingeriana podem contribuir como ferramenta de apoio para os profissionais no trabalho socioeducativo com famílias de adolescentes em conflito com a lei.

1. PANORAMA SOBRE A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A LEGISLAÇÃO QUE DIRECIONA O ATENDIMENTO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

*Eu agradeço, eu agradeço, eu agradeço
Eu agradeço, eu agradeço*

*Se as flores se misturam nos canteiros
Os ideais podem também se misturar
Se as cores se complementam nos desenhos
As diferenças podem se complementar*

*Não há melhor, não há grande nem pequeno
O que há é muito o que trabalhar
Cada um fazendo o seu direito
Só alegria e belezas vão brotar*

Gratidão (Eu agradeço), Marie Gabriella

Iniciamos esta seção fazendo um panorama sobre a execução das medidas socioeducativas e a legislação que direciona o atendimento dos adolescentes em conflito com a lei e suas famílias. De acordo com o ECA, promulgado em 1990, os adolescentes ao cometerem ato infracional passam por avaliação pela Vara da Infância e da Juventude para ajuizamento e aplicação de uma medida socioeducativa. Estas medidas não apresentam caráter punitivo, mas sim educativo. A faixa etária varia entre 12 e 18 anos incompletos sendo que, excepcionalmente, poderá ser aplicada a jovens com até 21 anos incompletos, conforme previsto no art. 2º do ECA (BRASIL, 1990).

O ECA afirma o valor intrínseco da criança e do adolescente enquanto seres humanos; a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento; o valor prospectivo da infância e da juventude como portadoras da continuidade de seu povo e; o reconhecimento da sua vulnerabilidade, o que torna as crianças e os adolescentes mercedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado. O Estado, então, deverá atuar através de políticas públicas específicas para a promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Entretanto, em 30 anos de vigência do ECA, não houve comprometimento

efetivado por parte da sociedade e dos órgãos envolvidos no trabalho em prol do adolescente em conflito com a lei, no sentido de se fazer cumprir integralmente esta Lei.

Atualmente os programas de atendimento à criança e ao adolescente têm o dever de planejar, organizar e manter os serviços. Assim, historicamente, a assistência material, moral e educacional a crianças e adolescentes passou da caridade, da filantropia e da benemerência para a garantia de direitos em sistema de proteção integral.

Art. 90 - As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

- I - Orientação e apoio sócio-familiar;
- II - Apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III - Colocação familiar;
- IV - Abrigo;
- V - Liberdade assistida;
- VI - Semiliberdade;
- VII - Internação,

PARÁGRAFO ÚNICO - As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder a inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária (BRASIL, 1990).

O artigo 90 do ECA acima colocado nos mostra que as instituições de atendimento são espaços que mantêm serviços, planejam e executam programas para dar proteção a quem a necessita, e executar sentença ditada pela justiça para adolescente que comete ato infracional e seus familiares. O objetivo é um atendimento especializado para solução dos problemas que geram danos à saúde mental, ambiental e social das pessoas, visando amenizá-los, reduzir a agressividade, a violência, a criminalidade e fortalecer os vínculos familiares no seio familiar.

1.1. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Ao dia 18 de janeiro de 2012 nasceu a Lei nº 12.594, sendo seu objetivo a regulamentação do atendimento socioeducativo aos adolescentes em medida socioeducativa, o SINASE (2012). É nítido que, em apenas nove anos de existência, há diversos setores da política pública que ainda apresentam dificuldades em colocá-la em prática. Portanto utilizaremos este

capítulo para explorar um pouco do que cada setor da política pública faz (ou deveria fazer) de acordo com a referida legislação em prol das famílias e adolescentes em conflito com a lei.

No ano de 2004, após 16 anos de existência do ECA, iniciaram movimentos de construção coletiva no Brasil. Tratava-se de reuniões, encontros e discussões entre os operadores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) sobre o atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei, objetivando debater, avaliar e criar normativas para direcionamento deste trabalho. Nesse momento foi elaborado o projeto de lei SINASE, sendo sua promulgação como lei após oito anos, em 2012.

Conforme o SINASE, a responsabilidade pela execução das medidas em meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade devem ser de execução municipal, por meio do Serviço de Proteção a Adolescentes em cumprimento de medida, ofertado pelo CREAS, conforme está na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Já a medida socioeducativa de internação e semiliberdade são executadas diretamente pelo Estado, através da Fundação CASA, uma instituição autárquica.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma das diretrizes da política de atendimento ao adolescente infrator é a integração operacional dos diversos órgãos que participam do processo de atendimento. Em outras palavras, o ECA prevê que o trabalho do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria, da Segurança Pública, da Saúde, da Educação e da Assistência Social, seja feito em equipe ou de maneira conjunta e de preferência no mesmo local. O princípio norteador desta intersetorialidade é a integração da política socioeducativa com os demais sistemas, e para atender a essas normativas nacionais (ECA e a CF) foi construído um documento chamado SINASE (VITOR, 2009, p.24).

O SINASE é um conjunto de princípios, regras e critérios que direciona a execução das medidas socioeducativas. Nele, encontram-se os sistemas estaduais, distritais e municipais, além dos planos, políticas e programas específicos de atendimento socioeducativo a adolescente em conflito com a lei (SINASE, 2006). Este documento é uma confirmação da natureza pedagógica das medidas socioeducativas, um sistema integrado que implica em articulação, intersetorialidade e co-responsabilidade da família, comunidade e Estado. Ele se resume em um instrumento que orienta as relações entre os diferentes atores institucionais, sociais e políticos sobre o atendimento ao adolescente que comete ato infracional e tem como objetivação as mudanças e conquistas exigidas no ECA em relação ao conteúdo, método e gestão no atendimento socioeducativo (SINASE, 2006).

Portanto, a Lei nº 12.594/2012 trouxe avanços na efetivação de uma política que contemple os direitos humanos, buscando transformar a problemática realidade em oportunidade de mudança para os adolescentes em medida socioeducativa. O documento apresenta uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei e demanda iniciativas nos diferentes campos das políticas públicas e sociais. Esta política tem interfaces com diferentes sistemas e políticas e exige atuação diferenciada que pressupõe responsabilização e satisfação de direitos. Por isso, é necessário que os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (dos três entes federativos), juntamente com os órgãos gestores do SINASE, articulem-se para o devido desenvolvimento de ações integradas, voltadas em sua peculiaridade aos adolescentes em conflito com a lei e seus familiares. No Quadro 1 estão apresentados alguns pontos do SGD.

Quadro 1 - Sistema de Garantia de Direitos



Fonte: SINASE, 2006, p. 23.

1.2. O Sistema Único de Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um modelo utilizado no Brasil para gerir e operacionalizar as ações da assistência social, sendo de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e regulamentado pela Lei nº 8.742/1993, a LOAS (1993).

No SUAS, a proteção social às famílias se divide em básica e especial, sendo a básica ofertada pelos CRAS, e a especial pelos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Esta divisão é de extrema importância para organização dos serviços, porém ainda traz algumas dificuldades de compreensão tanto para os profissionais que atuam na política de assistência social como para os usuários que utilizam os serviços. Um exemplo claro é a questão do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei: quando estão em medida socioeducativa de internação são de responsabilidade do Estado, portanto atendidos pelos profissionais da Fundação CASA; quando são liberados, se o juiz determinar a conversão da medida para o meio aberto como Liberdade Assistida ou Prestação de Serviço à Comunidade, serão acompanhados pelo CREAS; e caso haja o encerramento do processo judicial serão acompanhados pelo CRAS (BRASIL, 2009).

Portanto, o CRAS e o CREAS devem trabalhar conjuntamente, a serviço destas famílias que, geralmente apresentam demandas para as duas proteções, confirmando-se a importância da referência e contrarreferência destes serviços. A questão é que a demanda da assistência social vem aumentando devido às desigualdades sociais no país e os profissionais acabam por conseguir atuar minimamente “apagando os incêndios” no cotidiano dos serviços, muitas vezes por conta da burocracia solicitada pelos órgãos públicos ou mesmo a falta de recursos humanos adequado (DOMINGUES, 2018). Um dos desafios encontrados pelos profissionais que atuam no SUAS, é a dificuldade em realizar ações interdisciplinares e intersetoriais para colocar em prática as políticas públicas, acontecendo apenas ações únicas e pontuais, e geralmente somente quando há cobranças de órgãos superiores, como o judiciário.

Outro desafio refere-se às diferenças existentes entre os municípios em relação ao desenvolvimento das medidas socioeducativas em meio aberto em um espaço adequado ao seu território e demanda, uma vez que há municípios sem o equipamento do CREAS. Em 2017 foi feita uma pesquisa eletrônica em âmbito nacional com 5.403 municípios, e constatou-se que 36,1% das medidas socioeducativas em meio aberto tem sua execução no CREAS; 23,4% no CRAS; 7,9% ainda em entidades conveniadas; e o restante em outros setores públicos diversificados. Verificou-se também que 2.262 municípios não tinham um Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, sendo este fundamental para o planejamento, monitoramento e execução das Medidas Socioeducativas (MSE), conforme previsto no SINASE. Destes municípios, apenas 841 possuíam Comissão Intersetorial do SINASE, sendo que esta é obrigatória (BRASIL, 2019).

O CREAS desenvolve a Proteção Social Especial (PSE), oferecendo apoio, orientação e acompanhamento às famílias que possuem membros em situação de ameaça ou violação de direitos. De acordo com a Resolução nº 109/2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais:

O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito (BRASIL, 2014, p. 31).

Na PSE existem dois níveis de complexidade: a média e a alta. O que as diferencia é que, na primeira os vínculos entre os membros familiares não foram rompidos, e na segunda sim, ou seja, há membros da família que vivenciam abrigamentos em instituições de média ou longa permanência, podendo ser estas organizações governamentais ou não. Os serviços da PSE são ofertados no espaço do CREAS e no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, um espaço para atendimento e apoio à população em situação de rua. Em alguns municípios estes serviços são ofertados ainda no mesmo espaço físico. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014, p. 14), podem ser oferecidos às famílias e indivíduos os seguintes serviços:

1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) que oferece apoio, acompanhamento e orientação a famílias e indivíduos que se encontram em situação de ameaça ou violação de direitos.
2. Serviço Especializado em Abordagem Social que tem como objetivo verificar situações de violação de direitos, como o trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, entre outras.
3. Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, sendo o acompanhamento e orientação socioassistencial a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas determinadas através do processo judicial.
4. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias, sendo estes serviços voltado para famílias onde existam pessoas com deficiência e/ou idosos, que estão em situação de dependência e passam por algum tipo de violação de direitos, podendo comprometer a sua autonomia e o seu desenvolvimento pessoal e social.
5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua voltado para pessoas que usam a rua como referência e moradia.

A PSB se desenvolve no CRAS, e tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2014). É destinada à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento familiar como discriminações etárias, étnicas, de gênero, por deficiências. Essa proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada (BRASIL, 2009). A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais cita dentre os serviços ofertados pela PBS, o PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (BRASIL, 2014).

Importante salientar que o principal serviço ofertado pelo CRAS é o PAIF, cuja execução é obrigatória e exclusiva. Este consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2012). Observa-se que o grande desafio dos serviços ofertados pela PSB dentro do CRAS é resgatar e fortalecer os vínculos familiares, e apoiar a família na busca de uma transformação de sua história.

O CRAS, enquanto uma unidade básica do SUAS, é a sua porta de entrada. É um equipamento público municipal localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços da PNAS que tem por objetivo fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. A partir do adequado conhecimento do território, o CRAS promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, tornando-se uma referência para a população local e para os serviços setoriais.

O CRAS, também possui a função de gestão territorial e de promover a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos. A capilaridade territorial do CRAS deve aproximar as intervenções da PNAS à realidade de vida de indivíduos e famílias e suas necessidades sociais. No horizonte, este local se coloca em articulação com a rede socioassistencial, com as políticas públicas de seguridade social e outras políticas, como possibilidade de garantir direitos de segurança humana e social. De acordo com o guia de orientações técnicas desenvolvido pelo MDS:

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2009, p. 9).

Um tema recorrente na ação do CRAS diz respeito ao Programa Bolsa Família (PBF). Observa-se que a evasão escolar é um fator prejudicial às famílias de baixa renda pois, com a recusa, doença ou desinteresse de seus filhos pela escola, essas famílias têm o benefício suspenso. Na prática, algumas famílias excluem filhos que têm dificuldade com a frequência escolar do Cadastro Único do Governo Federal para não perder a renda proveniente deste programa. Essa suspensão, no entanto, pode ser revertida pelo técnico do CRAS por meio do acompanhamento da família pelos grupos de apoio ofertados no serviço e articulação com a educação e saúde. É possível constatar que neste caso o PBF serve de apoio na prevenção da evasão escolar dos adolescentes em conflito com a lei e articulação entre os serviços de educação, assistência social e saúde. A família, ao ter seu benefício suspenso, procura o setor do Cadastro Único e este encaminha o caso para um técnico do CRAS, o qual tem a possibilidade de inclusão desta família no Sistema de Condicionalidade do Programa Bolsa Família (SICON) para interrupção dos efeitos do descumprimento de condicionalidade por até seis meses, podendo ser prorrogado caso a família não supere o problema (que é manter a frequência do filho na escola). O SICON mostra qual dos filhos está com a frequência baixa e a família é convidada a participar do acompanhamento realizado pelo PAIF, o qual tem como objetivo fortalecer a família para que ela consiga direcionar o filho para retorno à escola.

Neste período o técnico de referência consegue suspender os efeitos da condicionalidade por seis meses ou mais, e a família volta a receber seu benefício mensal. Logo, a PSB desenvolvida pelo CRAS, através do trabalho social com famílias, em consequência do não cumprimento da condicionalidade do PBF por parte de algum membro da família, pode realizar este papel de apoio e fortalecimento dos vínculos familiares e na articulação com a rede de serviços para prevenir ou cessar o não recebimento do benefício.

O Ministério da Cidadania é responsável por sistematizar os resultados do acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família, por meio do Sicon, e por identificar as famílias em situação de descumprimento de condicionalidades, ou seja, aquelas que têm um ou mais integrantes que deixaram de cumprir os compromissos assumidos nas áreas de saúde ou de educação. Os estudantes com baixa frequência escolar, as crianças com

calendário de vacinação e acompanhamento do crescimento desatualizados e as gestantes que não realizaram o pré-natal sinalizam ao poder público que, por algum motivo, estão com dificuldades de acessar esses serviços. A dificuldade de acesso pode ser um indício de que a família se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social¹.

A experiência prática desta pesquisadora mostra que, em alguns casos, a família possui pouco contato com a escola, o que revela dificuldades na relação entre ambas, resultando em possíveis problemas com aprendizagem, falta de interesse da criança e do adolescente na escola, doença na família, entre outras questões. Nos casos de doença da criança ou adolescente, mesmo com atestado médico, as faltas escolares não servem como justificativas. Na escuta das famílias, observa-se que há necessidade de intervenção especializada dos serviços de saúde, pois, na maioria dos casos, os filhos estão adoecidos em consequência de alguma problemática enfrentada pela família. Em relação aos adolescentes em conflito com a lei, em sua maioria, enfrentam a dependência química.

Diante disso compreende-se o quão importante é a intersetorialidade entre os serviços de saúde, educação e assistência social. O trabalho conjunto pode garantir o repasse financeiro às famílias, ressaltando a importância do Acompanhamento Familiar como uma das ações que potencializam o acesso aos serviços públicos e consolidam a cidadania, especialmente nas famílias de adolescentes em conflito com a lei.

A gestão das condicionalidades e do acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família consiste em um conjunto de iniciativas, ações e procedimentos de caráter intersetorial e intergovernamental para o acompanhamento integral, nominal e massivo de famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social (MORAES; MACHADO, 2017, p. 140).

1.3. O Sistema Educacional

O sistema educacional tem importante papel ao apoiar as famílias de adolescentes em conflito com a lei, bem como auxiliar na integração entre as políticas que promovam a inserção social desses adolescentes na escola. Esse papel é realizado tanto antes e depois de uma medida socioeducativa de internação, quanto durante a medida socioeducativa em meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade. Observa-se uma dificuldade dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em se manter e dar continuidade aos estudos, pois, na maioria das vezes, eles chegam na internação já evadidos da escola e, ao serem

¹ <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>

liberados da medida enfrentam, além da falta de interesse de estudar, ausência de vaga (o que depende do mês de sua liberação e também da busca ativa pela matrícula escolar). Tal fato se agrava, pois, na maioria das vezes, se deparam com o preconceito o que reforça ainda mais a evasão escolar.

Quando os adolescentes cumprem a medida socioeducativa em meio aberto, são obrigados pela lei a estudar. No entanto, e mesmo com a ajuda dos profissionais que acompanham e orientam a MSE no CREAS, os adolescentes têm dificuldade em conseguirem a inserção escolar. Importante ressaltar que, dentro da Fundação CASA, mesmo que estejam em uma série em desacordo com sua idade, os adolescentes estudam no ensino formal pois não há supletivo lá dentro. No entanto, ao saírem, as escolas pedem para aguardar o término do ano para inserirem os adolescentes nesta forma de ensino, fator que acaba por desmotivar a continuidade nos estudos, como revela trecho da pesquisa do Instituto Sou da Paz (2018, p. 44):

Os entrevistados indicaram a necessidade de um acompanhamento mais direto das vulnerabilidades e riscos sociais decorrentes ou agravados pelo período de internação. Nesse sentido, vale observar que três entre 10 dos adolescentes reincidentes em internação não voltaram à escola após a última passagem pela Fundação CASA, devido a dificuldades em se matricular e a experiências de discriminação por parte de colegas e professores, entre outros fatores.

Importante ressaltar o histórico de vida nos estudos das famílias destes adolescentes. A maioria delas tem pouco estudo ou até mesmo vivenciam um analfabetismo, alguns por falta de condições financeiras, outros por dificuldade de acesso por conta da localização ou até mesmo ausência de vaga nas escolas. Nos dias atuais não há tanta escassez de vaga escolar, mas há alguns anos isso acontecia e, por isso, alguns pais não tiveram a oportunidade de estudar e seguir uma carreira acadêmica, o que poderia lhes trazer melhores condições financeiras de vida.

1.4. O Sistema Único de Saúde (SUS)

O capítulo V do SINASE, artigo 60, deixa explícito como deve ser a atenção integral à saúde de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa (BRASIL, 2012, p. 13-14)

Art. 60. A atenção integral à saúde do adolescente no Sistema de Atendimento Socioeducativo seguirá as seguintes diretrizes:

I - Previsão, nos planos de atendimento socioeducativo, em todas as esferas, da implantação de ações de promoção da saúde, com o objetivo de integrar as ações socioeducativas, estimulando a autonomia, a melhoria das relações

interpessoais e o fortalecimento de redes de apoio aos adolescentes e suas famílias;

II - Inclusão de ações e serviços para a promoção, proteção, prevenção de agravos e doenças e recuperação da saúde;

III - Cuidados especiais em saúde mental, incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas, e atenção aos adolescentes com deficiências;

IV - Disponibilização de ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis;

V - Garantia de acesso a todos os níveis de atenção à saúde, por meio de referência e contrarreferência, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde (SUS);

VI - Capacitação das equipes de saúde e dos profissionais das entidades de atendimento, bem como daqueles que atuam nas unidades de saúde de referência voltadas às especificidades de saúde dessa população e de suas famílias;

VII - Inclusão, nos Sistemas de Informação de Saúde do SUS, bem como no Sistema de Informações sobre Atendimento Socioeducativo, de dados e indicadores de saúde da população de adolescentes em atendimento socioeducativo;

VIII - Estruturação das unidades de internação conforme as normas de referência do SUS e do Sinase, visando ao atendimento das necessidades de Atenção Básica.

Observa-se que na prática cotidiana os equipamentos públicos não conseguem atingir o que está na legislação. O inciso VI deste artigo citado acima, por exemplo, não acontece: a maioria dos profissionais da atenção básica do SUS desconhecem o SINASE, portanto nunca passaram por capacitação específica para atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

O artigo 61 desta lei complementa que as entidades que executam os programas de atendimento socioeducativo em meio aberto e de semiliberdade devem orientar os adolescentes quanto ao acesso aos serviços e às unidades do SUS (BRASIL, 2012). E no artigo 62 está colocado que as instituições que executam os programas de privação de liberdade devem contar com uma equipe mínima de profissionais de saúde, sendo sua composição em conformidade com as normas de referência do SUS (BRASIL, 2012).

1.5. O Sistema de Justiça e a Segurança Pública

Dentro do SGD, a Justiça e a Segurança Pública são responsáveis pela apuração do ato infracional e a aplicação da medida socioeducativa adequada ao caso específico, seguindo a normativa do ECA. É nesse momento que inicia a responsabilização dos adolescentes, os quais

necessitam de profissionais qualificados e locais apropriados para lidar com a especificidade do sujeito adolescente e com suas dificuldades e particularidades que o levaram a se envolver na criminalidade e nas infrações (SINASE, 2012).

Anteriormente ao ECA, havia apenas instituições punitivas com objetivo de tirar o adolescente do convívio social e prendê-los, sem pensar na responsabilidade do ato praticado, provocando reincidências e exclusão – que posteriormente terminavam em prisões (PUC MG, 2010). Após a criação do ECA, e posteriormente com o SINASE, é possível constatar que uma medida socioeducativa envolve não apenas o juiz, ela implica uma construção que envolve juízes e também sua equipe, o ministério público, técnicos do Estado e da prefeitura como psicólogos, advogados, assistentes sociais, professores, pedagogos, equipe de saúde, pessoas da comunidade e familiares dos adolescentes (PUC MG, 2010).

No processo de responsabilização do adolescente deve acontecer um acompanhamento individualizado dos profissionais responsáveis pelo seu atendimento, para avaliar o que está ocorrendo em sua vida. Embora ele esteja em conflito com a lei, não pode ser considerado um delinquente, mas sim, autor de ato infracional, pois está em conflito com as normas sociais naquele momento. Nesse sentido, pode-se compreender que uma medida socioeducativa bem aplicada poderá ser vista como momento positivo na vida do adolescente, podendo este encontro com a justiça possibilitar uma mudança de postura diante de sua vida (PUC MG, 2010).

Pensando desta forma, a união dos subsistemas e o trabalho efetuado em conjunto pelos atores sociais do SGD em uma medida socioeducativa poderá ser eficaz para promover o laço entre o adolescente e a família, a escola e a sociedade em geral. Assim, o adolescente que passa por todo este processo, ao ser responsabilizado, passa a responder de uma maneira diferente ao contexto social no qual ele se insere, não mais por meio de infrações e sim como cidadão reconhecido pela sociedade, com direitos, deveres e com perspectivas de vida e não mais de morte. Portanto, fica claro que o SINASE traz a todo instante a importância do trabalho interdisciplinar e intersetorial dos atores sociais que acompanham o adolescente e seus familiares, tendo como objetivo primordial articular os três níveis de governo, diferenciando o que é da União, dos Estados e dos municípios, considerando a todo o momento a participação da família e da sociedade.

1.6. Breve história do Serviço Social, suas interfaces com a questão social e os conflitos de classes sociais

O Serviço Social institucionalizou-se como profissão no Brasil a partir do ano de 1936. A gênese da profissão no país está diretamente relacionada a um contexto de expressivas mobilizações da classe operária, que exigiam do Estado um posicionamento diante da questão social.

A questão social resulta da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo. Supõe, desse modo, a consequência da desigualdade e a resistência à opressão por parte dos que vivem de seu trabalho (YASBEK, 2012, p. 289).

Assim como outras profissões, o Serviço Social surgiu condicionado à satisfação das necessidades impostas pelo capital, estando diretamente vinculada à manutenção do controle político e ideológico das classes trabalhadoras, a partir da estratégia de controle social.

A Institucionalização do serviço social no Brasil foi parte da estratégia do Estado e dos empresários – apoiados pela igreja – tratar a chamada “questão social” que teve maior visibilidade a partir da década de 30. Portanto, o serviço social só se torna possível como profissão institucionalizada, como parte de uma estratégia do bloco do poder, que articula interesses homogeneizados pelo grande capital (IAMAMOTO, 1995, p. 108).

Nas décadas de 1940 e 1950, o Serviço Social se legitimou como profissão a partir da criação e expansão de uma série de instituições, sendo o Estado o maior empregador de Assistentes Sociais no Brasil. Neste período, a profissão mesclou o referencial teórico funcionalista com o discurso conservador fundamentado na doutrina social da Igreja Católica, “tecnificando” sua forma de atuação na tentativa de conferir um caráter de instrumentalidade aos princípios e objetivos profissionais. A prática profissional ficou, então, caracterizada pelo viés da caridade e pela intervenção ideológica na vida dos trabalhadores a partir da atividade assistencial e sua adequação às relações sociais produzidas pelo capitalismo, o que, segundo Iamamoto (1995), marcou o conservadorismo na profissão.

Na década de 1960, surgiu o primeiro movimento da categoria de profissionais do Serviço Social de negação ao conservadorismo e aliança com a classe trabalhadora, o Movimento de Reconceituação. Segundo Netto (2009), com a queda do regime ditatorial, a abertura democrática, o ingresso da luta dos trabalhadores, das mulheres e dos negros nas décadas seguintes, configurou-se o cenário político propício para a categoria profissional se

organizar novamente e reformular suas bases teóricas e de atuação. Este autor também pontua que o crescimento do corpo profissional, advindos das camadas mais empobrecidas da sociedade, foi importante para o embate de ideias que se seguiu dentro da categoria profissional (NETTO, 2009).

Na década de 1980, no contexto das conquistas democráticas e efervescência do clima político no país e, diante do aprofundamento da crise brasileira, foi possível o avanço da vanguarda profissional mais politizada, que veio a se tornar hegemônica na profissão. Nesse sentido, o Serviço Social vem amadurecendo a sua literatura e produção intelectual e começando a explicitar com maior clareza as bases do seu atual projeto ético-político. A Constituição Federal de 1988 contribuiu para esta modificação, pois foi por meio dela que surgiu a seguridade social, sendo assegurado pelo Estado os direitos sociais dos cidadãos (BEHRING, BOSCHETTI, 2009).

Teoricamente, o sistema de seguridade social manteve seu princípio de integralidade e universalidade no âmbito da Saúde, com a implementação do SUS, com a política de assistência social baseada no SUAS e na lógica do seguro no campo da Previdência Social, principalmente após as reformas de 1998 e 2003. Em 1993 surgiu a LOAS, marcando o momento em que o Assistente Social passou de um mero executor de política social para um planejador e gestor de políticas públicas. De acordo com Simões (2007, p. 258):

A LOAS representou a maioria jurídica da assistência social, na história brasileira, instituindo o seu estatuto como política pública de Estado, integrada à seguridade social, inicialmente no âmbito do ex-MBES e, atualmente, no Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome – MDS.

Em seguida, no ano de 2004, veio o nascimento da PNAS que transformou a assistência social aos menos favorecidos dentro do capitalismo em forma de políticas públicas emancipatórias. O SUAS possui, nesse cenário, o papel de servir como um modelo de gestão para operacionalizar as ações de assistência social no Brasil, contribuindo com a oferta dos serviços. Assim, os profissionais de serviço social conseguem, cada vez mais, através da política e das leis intervir na questão social de uma maneira diferenciada, com o objetivo de emancipação social através dos serviços de PSB e PSE (SIMÕES, 2007).

Em 2019 foi lançado o livro “O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: disputas e resistências em movimento”, fruto de uma pesquisa sobre a implementação do SUAS e seus entraves realizada em quatro regiões brasileiras (RAICHELIS; SILVA; COUTO; YASBEK,

2019). São Paulo e Minas Gerais foram os Estados escolhidos para representar a região sudeste, com pesquisa empírica realizada em seis municípios de cada estado; os espaços utilizados nesta investigação foram os CRAS, CREAS e CENTROS POP; e os sujeitos participantes da pesquisa foram os trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários do SUAS.

Dentre os principais pontos levantados por Raichelis (2019), tem-se os vários momentos de convergências da política de assistência social, dificuldades enfrentadas quanto à redução dos recursos orçamentários, desqualificação e desprofissionalização do trabalho técnico que ameaça e coloca em riscos as conquistas do SUAS, sendo este um fator proveniente da desregulamentação do serviço e resultado da presença de políticas neoliberais na atual conjuntura do Brasil. Também, Raichelis (2019) destaca a existência da prestação de serviço por entidades assistenciais em desacordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais pela Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 (2014), sendo a cidade de São Paulo a que mais terceiriza os serviços, inclusive o PAIF e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI), quando estes serviços seriam de responsabilidade do ente público executados e pelos técnicos do CRAS e CREAS. Enfim, na conclusão geral da obra, é pontuado que:

O que a pesquisa evidenciou, portanto, é que a noção de “identidade” remetida à Política de Assistência Social deve ser entendida não como algo estático e acabado, mas como processo que se constrói e reconstrói na tessitura das históricas e contraditórias, relações entre sujeitos e estruturas. A plasticidade que caracteriza a “identidade” dessa Política, com suas ambiguidades e contradições, continua presente entre marchas e contramarchas, continuidades e rupturas, considerando sua reiterada identificação com seu simulacro, o assistencialismo, que desconstrói a ação protetora do Estado como direito de cidadania (RAICHELIS, 2019, p. 456).

A questão da identidade e as contradições em vários aspectos desta política, nos leva a refletir sobre a trajetória histórica da profissão de Serviço Social como também da política de assistência social. O que, na prática, observamos ocorrer com muitos outros profissionais que atuam no SUAS.

Nesse sentido, o engajamento de trabalhadores/as apareceu com fator fundamental de sustentação do Suas, entretanto, essa condição de trabalhadores / assalariados /as foi construída em meio a uma intensa precarização do trabalho, num momento de corrosão do trabalho protegido, o que tem gerado a precarização da vida desses trabalhadores / as, com rebatimentos na saúde, especialmente em termos de adoecimento e desgaste mental, derivados das condições e pressões do trabalho e das formas de gestão e de controle institucional (RAICHELIS, SILVA, COUTO, YAZBEK, 2019, p. 256).

De um lado, temos avanços significativos desde os primórdios da criação do Serviço Social, porém e de outro lado, temos uma sociedade em constante transformação que requer aprimoramento constante das práticas profissionais no cotidiano das instituições públicas, refletindo sobre intervenções possíveis de acordo com o SUAS. No trabalho socioeducativo das famílias, a mediação de conflitos vai desde os embates existentes na história do Brasil, tanto da profissão do Serviço Social como dos conflitos de classes ainda existentes, o que acarreta crescimento da desigualdade social, adoecimento dos usuários e profissionais. O espaço de trabalho no SUAS trouxe diversas alternativas para profissionais do serviço social exercerem apoio às famílias. Mesmo em locais sem a condição ideal de trabalho, é possível oferecer uma escuta qualificada e acolhedora. O aprimoramento da experiência profissional nos traz desafios como criar, reinventar, olhar os instrumentos disponíveis, ouvir, não julgar, e em conjunto com o usuário, encontrar alternativas possíveis, ou refletir sobre o conflito e deixar que a pessoa reavalie a melhor forma de agir, no seu tempo. Nesse cenário, o profissional tem como realizar encaminhamentos ou articular os demais serviços públicos para apoiar o usuário, demonstrando as potencialidades do serviço enquanto um apoio no cotidiano da vida das famílias.

1.7. Famílias no Sistema Único de Assistência Social

Essa subseção busca refletir sobre como a PNAS concebe a instituição família e como esta se configura. Tal discussão está totalmente entrelaçada às questões de gênero, classe e vulnerabilidade.

A família tem especial proteção do Estado, pois é considerada a base da sociedade, sendo que a Constituição Federal estabelece o “poder familiar”, protegendo cada membro ao assegurar assistência e criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (BRASIL, Constituição Federal, artigo 227).

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O eixo central da PNAS apresenta a “centralidade na família para concepção e implantação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (BRASIL, 2005). Família é o agente central na efetivação das políticas sociais de assistência social.

(...) a centralidade da família e a superação da focalização no âmbito da política de Assistência Social que repousa no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir os seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, dos seus membros e dos indivíduos (BRASIL, 2005, p. 41).

A população beneficiária da assistência social é construída na maioria por famílias carentes em situação de pobreza ou extrema pobreza e com renda per capita inferior a meio salário-mínimo. É impossível falar de proteção social sem levar em consideração a articulação das esferas pública e privada, reconhecendo o papel feminino que está constantemente se recriando diante das situações de vulnerabilidade social. Para Barbosa e Freitas (2013) em relação ao papel da mulher como responsáveis pelas famílias, o Estado mantém uma relação contraditória ao se apropriar das famílias como uma estratégia privada de combater a pobreza.

Todavia, insistimos em apontar o aspecto contraditório da relação que se estabelece entre o Estado e as famílias, uma vez que as mulheres continuam a ser as maiores responsáveis pela família. (...) Ao afirmá-lo, não queremos naturalizar esse espaço como um lugar de e para as mulheres. Longe disso, a nossa preocupação é enfatizar a necessidade de um olhar atento para as relações de gênero na hora de se problematizar – e implementar as políticas sociais. (...) É importante desnaturalizar esse espaço. (...) é importante realçar alguns pontos geradores de conflito, posto que essa política, ao mesmo tempo que valoriza as mulheres, centralizando nela suas ações, acaba por responsabilizá-las - e suas famílias- pelos possíveis sucessos ou fracassos diante da efetividade de suas ações, desresponsabilizando os homens e, ainda, tornando os homens pobres invisíveis nos atendimentos da assistência social (BARBOSA; FREITAS, 2013, p. 73).

Como nossa sociedade admite várias configurações de famílias, temos então uma multiplicidade de tipos e arranjos familiares em constante transformação. Ademais, hoje não são apenas laços sanguíneos que definem esta instituição e, cabe à assistência social enxergar e acolher essas mudanças. Definimos famílias conforme Freitas (2000, p. 8): “(...) enquanto um processo de articulação de diferentes trajetórias de vida, que possuem caminhar conjuntos e a vivência de relações íntimas, um processo que se constrói a partir das várias relações, como classe, gênero, etnia e idade”. Neste sentido, observamos que não há um modelo único de se pensar em família. A família é o local onde se procura apoio e afeto, mas pode ser também um dos lugares mais conflituosos. Um núcleo familiar organizado é uma das bases.

A família monogâmica patriarcal está em franca transformação, destacando-se interações entre gênero, relações intersubjetivas e o conceito polimorfo de nucleação familiar e se reorganiza com base em novos paradigmas. Foi e ainda é responsável pelas primeiras socializações dos seres sociais, em sua

esmagadora maioria e, neste sentido, torna-se o *locus* profícuo de propagação do ideário patriarcal e machista, sendo que este modo de ser família demarca, fortemente, os papéis sociais de cada um de seus membros, onde o homem se mantém na condição superior amealhando vantagens e privilégios (FERREIRA, 2018, p. 50).

Analisando a realidade brasileira e suas configurações familiares, Freitas, Barros e Mesquista (2015, p. 319), avaliaram que:

A composição das famílias modificou-se, aumentando os casais sem filhos e as famílias monoparentais, principalmente as chefiadas por mulheres. Estas, contudo, continuam a ser as principais cuidadoras da casa e das famílias, sejam elas crianças, idosos ou pessoas doentes – ainda que estejam no mercado formal de trabalho.

O número de famílias monoparentais masculinas é muito baixo, o que acaba reforçando a ideia de que o “filho é da mãe”. Por vezes, quando um pai se vê sozinho com os filhos, solicita ajuda da família para a criação das crianças ou se casa novamente formando assim uma família convivente. Isso pode acontecer por uma pressão social em que o homem se vê desamparado até mesmo pela assistência social que, na prática, acaba excluindo essa configuração familiar. No entanto é preciso frisar que,

Na contramão disso, no entanto, um grande contingente de trabalhadores desempregados se avoluma, sobretudo, com o advento e o aprimoramento das tecnologias da informação que ocupam o mundo do trabalho. O que determina que o homem faça o caminho inverso e, forçosamente, redescubra o seu lugar na família e se integre ao trabalho doméstico, ainda que, com a ideia machista de “ajudar” a mulher. (...) Constitui-se como um fenômeno emergente o surgimento de um segmento de pais participativos, nos aspectos da proteção, da ética, do cuidado familiar e, até mesmo, do trabalho doméstico não remunerado, apresentando-se de maneira particular e distinguindo-se da representação social clássica hegemônica da figura paterna como sendo somente de provedor da família, individualista, disciplinador, distante e repressor (FERREIRA, 2018, p. 5).

Além disso, famílias conviventes formam uma grande parte dos núcleos familiares que se formam quando o novo casal já tem filhos de antigas relações, constituindo assim uma nova família com “os seus, os meus e os nossos”. De baixo rendimento econômico-financeiro, baixa escolaridade dos responsáveis, casas com grande quantidade de moradores, são comumente formadas por mulheres solteiras que se casam novamente e seu companheiro passa a morar em sua casa e a conviver com seus filhos – características da feminização da pobreza.

Arranjo familiar em que os filhos do casal compõem um quadro formado por irmão, meios-irmãos e não irmão, pois os filhos de união (ou uniões) anteriores do marido e da esposa não são irmãos, mas ambos são meio-irmão dos novos filhos do casal. Desta forma, nem todos os membros da família mosaico são parentes entre si, mas todos tem grau de parentesco com a prole resultante da união do casal reconstruído (ALVES; CAVENAGHI, 2012, p. 32).

A “matricialidade” sociofamiliar é um dos pilares da rede de atendimento socioassistencial no Brasil. Segundo Freitas, Mesquita e Barros (2015, p. 326): “A ‘matricialidade’ acaba por reforçar o papel da mulher como mãe e única responsável pela família, afirmando assim uma centralidade não apenas na família, mas na mulher-mãe”. A configuração de núcleos familiares de mães, que cuidam das crianças, dos idosos, da casa sozinhas e ainda tem que trabalhar fora, equivocadamente, é entendida como a que mais precisa do apoio e intervenção das políticas sociais. Num contraponto,

A discussão no âmbito das políticas sociais, a grosso modo, tem-se encaminhado a partir de duas perspectivas distintas. Uma que defende a centralidade da família, apostando na sua capacidade imanente de cuidado e proteção. Portanto, uma vê a família como o centro do cuidado e da proteção por excelência. A outra entende que a capacidade de cuidado e proteção da família está diretamente relacionada ao cuidado e à proteção que lhe são garantidos através das políticas sociais, especialmente das políticas públicas. Nessa perspectiva a família na sociedade brasileira hoje, mais que ser reconhecida como instância de cuidado e proteção, deve ser reconhecida como instância a ser cuidada e protegida, enfatizando a responsabilidade pública (MIOTO, 2004, p. 03).

O guia de orientações para o trabalho social com famílias, esclarece que o trabalho social com famílias no SUAS pode ser executado tanto pela PSE nos CREAS como pela PSB nos CRAS.

A articulação dos técnicos dos Serviços de Medidas, do PAIF e do PAEFI favorece a qualificação do trabalho técnico, ao proporcionar a circulação de informações entre as equipes, resultando em intervenções mais precisas e alinhadas às demandas dos adolescentes e de suas famílias. É importante destacar que o trabalho social com famílias, realizado tanto pelo PAIF quanto pelo PAEFI, deve considerar o contexto de vida dos adolescentes e de suas famílias - aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais – e o território, identificando suas vulnerabilidades, riscos sociais, dinâmicas e potencialidades (BRASIL, 2016, p. 40).

A resolução CNAS nº18/2014 especifica as responsabilidades de cada ente federativo no cofinanciamento, na vigilância socioassistencial, na avaliação, no monitoramento e no estabelecimento de fluxos e de protocolos para a qualificação do serviço de proteção social ao adolescente em MSE (CNAS, 2016). Também, estabelece um cofinanciamento federal com recurso de R\$2.200,00 por grupo de até 20 adolescentes para apoio aos municípios na organização e execução do trabalho realizado em consonância com o SINASE (BRASIL, 2016). Ainda, esta resolução pontua:

Art.4º A oferta do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS será complementada por meio do:

I. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV a partir da prioridade de oferta, que prioriza aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, reforçando as seguranças de convívio familiar, comunitária e social e a autonomia individual, familiar e social; II. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos- PAEFI, que realiza acompanhamento familiar de forma integrada ao atendimento do adolescente pelo Serviço das Medidas Socioeducativas, estabelecendo referência e contrarreferência com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e atuando no contexto social de violação de direitos; III. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que realiza o acompanhamento familiar a partir da referência e contrarreferência, com planejamento e avaliação conjunta com PAEFI e com o Serviço de Medida Socioeducativa, visando o fortalecimento do papel protetivo das famílias e atuando no contexto de vulnerabilidade e risco pessoal e social e pessoal nos territórios; IV. Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho, que mobiliza, articula, encaminha e acompanha a trajetória dos adolescentes a partir de 14 anos na condição de aprendiz e a partir de 16 anos para a profissionalização, bem como de suas famílias (CNAS, 2016, p. 3).

Nesta articulação, estão contemplados os serviços da PSE (o PAEFI) e da PSB (que são SCFV e o PAIF). Cabe aqui ressaltar que neste estudo serão pontuadas apenas as diretrizes para os serviços de PAIF, sendo este o serviço utilizado para o desenvolvimento da prática desta investigação.

O MDS lançou em 2009 as “Orientações Técnicas da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS” (BRASIL, 2009). Esta publicação direciona e apoia no planejamento, implantação e funcionamento dos CRAS nos municípios e no Distrito Federal, equipamento que tem a função

exclusiva de ofertar o trabalho social com famílias do PAIF e gestão territorial da rede socioassistencial (BRASIL, 2009).

Posteriormente, em 2012, o MDS publicou dois Guias de Orientações Técnicas, oferecendo diretrizes aos profissionais do SUAS na execução do serviço de PAIF: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (BRASIL, 2012, p. 12).

Na política de assistência social visa-se desconstruir o conceito de um modelo ideal de família e de trabalho social como ação modeladora de comportamentos e de valores, sendo estes os paradigmas para implementação do PAIF. Para isso é necessário romper com a imagem da família somente como espaço de proteção e cuidado mútuos, pois ela também se contempla como espaço em que podem existir conflitos e violências, os quais apresentam-se como reflexo das desigualdades sociais vigentes na sociedade (BRASIL, 2012).

No SUAS as famílias são vistas como um conjunto de seres históricos, que tiveram experiências adversas em contextos diferenciados, e que respondem, por isso, de forma distinta às atuais vivências, o que interfere e modifica as dinâmicas e relações familiares. “A atuação dos profissionais junto às famílias corresponde ao alicerce no qual o serviço PAIF se sustenta, o que exige constante atualização das informações, conceitos e metodologias de trabalho” (BRASIL, 2012, p. 6).

O PAIF é, portanto, um serviço que oferta o acompanhamento familiar, o qual se materializa pelo trabalho social com famílias, sendo necessário um processo tecnicamente qualificado, executado por profissionais de nível superior com base em pressupostos éticos, diretrizes teórico-metodológicas, conhecimento do território e das famílias que ali residem. Este serviço pode ser realizado de forma particularizada se destinado a somente uma família, ou em grupo, se dirigido a um grupo de famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade ou têm necessidades similares.

Para o trabalho realizado em grupo, o guia orienta sobre a importância do investimento em dinâmicas que favoreçam a socialização e integração de seus participantes, buscando estimular a criação de vínculos entre seus membros. O estabelecimento desse vínculo favorece a participação, interação, exposição de opiniões, ideias e experiências (BRASIL, 2012).

Para a operacionalização do trabalho social com famílias e para o alcance dos seus objetivos, é imprescindível a adoção de uma abordagem metodológica que norteie as ações do PAIF. Os guias mostram diretrizes para facilitar a execução do trabalho dos profissionais, não restringindo que o trabalho seja realizado somente a partir das sugestões metodológicas apresentadas (como a Pedagogia Problematizadora, de Paulo Freire e a Pesquisa-Ação).

Assim, o que se pretende, mais que orientar, é inspirar reflexões sobre “o que se quer” e contribuir na materialização de ações que respondam ao “o que fazer e como fazer para chegar aonde se quer.

[...] Todavia, há pouca produção bibliográfica nacional sobre o assunto, em especial que faça uma reflexão sobre o trabalho social desenvolvido na rede socioassistencial. Essa baixa produção se contrasta, no entanto, com a quantidade de projetos sociais e práticas de trabalho social realizados por ONGs e instituições religiosas, nas quais há o uso de diferentes instrumentos e abordagens metodológicas, com destaque para a abordagem sistêmica (BRASIL, 2012, p. 8 e 86).

O serviço realizado por profissionais do CRAS em sua execução pelo PAIF não deve seguir ações do senso comum, pois estas reproduzem ideias carregadas de preconceitos e culpabilizações às famílias por sua situação social, impossibilitando movimentos de transformação social da realidade. Portanto, o trabalho social com famílias deve ofertar responsabilidade estatal na proteção às famílias e assumir como embasamento de sua prática o conhecimento científico – o que requer profissionais qualificados aptos a compreender a realidade dada e construir conhecimento com os quais questionem estruturas sociais injustas, elaborando estratégias para modificá-las (BRASIL, 2012).

Enfim, o guia de orientações descreve todos os procedimentos para atuação dos profissionais no trabalho social com famílias, pontuando as legislações do SUAS e possibilidades de implementação de metodologias para execução deste trabalho (BRASIL, 2012). Também, são pontuados entre os maiores desafios do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF, a superação no agir tutelar no atendimento das famílias, a valorização da racionalidade técnico-instrumental e não dá razão comunicativa, e a ênfase no controle, e não na emancipação (BRASIL, 2012).

No capítulo a seguir abordaremos a abordagem hellingeriana, seus conceitos e possibilidades de aplicação no trabalho socioeducativo com famílias de adolescentes em conflito com a lei.

2. SOBRE A ABORDAGEM HELLINGERIANA

*Deste jardim cujo eu sou jardineiro
E de amor eu sempre vou regar
És a fonte deste amor tão verdadeiro
O meu herdeiro quem eu vou sempre cuidar*

*Só lhe peço verdade e respeito
Com aquele que te fez e te criou
Esse é um sábio procedimento
Para poder aumentar o seu valor*

*O resto é só lembrar de agradecer
Para ter sempre paz no coração
Aproveitar tudo o que merecer
E deixar a vida em minhas mãos*

Gratidão (Eu agradeço), Marie Gabriella

Neste capítulo pretende-se apresentar a abordagem hellingeriana e alguns de seus conceitos. Apesar de haver muitos livros já publicados no Brasil sobre o assunto (alguns traduzidos direto do alemão), a teoria é densa por ser fruto de um conhecimento empírico, cujas publicações descrevem histórias e práticas realizadas em dinâmicas de grupo e seminários realizados por Bert Hellinger. Por ser uma abordagem de cunho filosófico e prático, a compreensão dos seus fundamentos se dá, em grande medida por meio de vivências práticas, onde os participantes de seminários, por exemplo, colocam suas questões problemáticas e a pessoa que conduz esses encontros realiza uma configuração espacial desses problemas, sendo capaz, a partir das informações que emergem dessas configurações, trazer uma nova perspectiva sobre os problemas do cliente que lhes permitem sentir, muitas vezes, um alívio imediato de seus problemas, e ter melhor compreensão dos mesmos para uma ação prática e transformadora no seu cotidiano.

Os principais descobrimentos de Bert Hellinger dizem respeito ao funcionamento da consciência nos relacionamentos, como essa consciência reage às necessidades humanas primordiais de vínculo, ordem e compensação nas trocas. A partir das configurações gráficas e

espaciais dos problemas vividos pelas pessoas, já realizada antes dele por outros psicoterapeutas como Jacob Moreno no Psicodrama e a escultura familiar realizada por Virginia Satir, Bert Hellinger descobriu ainda que se conformam nessas configurações um "campo de força", um fenômeno não totalmente explicado pela ciência até os dias atuais, que faz com que os representantes (as pessoas colocadas em nome de outras dentro dessa configuração) se sintam como as pessoas que representam e a partir dessa sintonia surgem informações inconscientes que se encontram relacionadas às pessoas representadas e à questão do cliente.

Ao observar esse processo de maneira fenomenológica, ou seja, observando como esse fenômeno impactava em sua consciência e dos participantes, Bert Hellinger descobriu, por exemplo, que algumas das informações que surgiam nessas configurações familiares diziam respeito ao passado familiar. Ou seja, que por um processo que ele descreveu como "emaranhamento transgeracional" também descrito por outros autores como psiquiatra húngaro-americano Iván Böszörményi-Nagy como "lealdade invisível", um membro atual da família pode repetir o destino de membros excluídos no passado familiar e histórico.

Ao longo de seu trabalho de assistência a famílias e organizações, Bert Hellinger também descobriu e descreveu a existência de alguns princípios filosóficos universais que, quando observados nos relacionamentos humanos, os conduzem ao sucesso e à paz. Ele chamou esses princípios de "ordens do amor". Além disso, em sua vasta obra Bert Hellinger descreveu outros princípios fundamentais que contribuem para o êxito da ajuda profissional. Essa dissertação buscou investigar a aplicabilidade desses princípios filosóficos ao trabalho de assistência social e de que maneira sua aplicação pode trazer resultados efetivos para as famílias e os profissionais que podem vir a utilizá-la.

Segundo Braga (2018), a abordagem hellingeriana é capaz de identificar pontos de tensão emocional que condicionam comportamentos humanos, revelando a origem dos emaranhamentos descritos por Bert Hellinger e seus efeitos nos desequilíbrios familiares e sociais. Essa abordagem se fundamenta numa leitura particular de Bert Hellinger do método fenomenológico, desenvolvido por vários filósofos ao longo da história entre eles: Edmund Husserl, Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty.

A fenomenologia é um método ou modo de conhecimento filosófico que retoma a importância de se estudar os fenômenos e seus efeitos em nossa consciência como um caminho válido de conhecimento na medida em que tudo que experimentamos passa por essa experiência consciencial que se produz nas relações humanas e com seu entorno.

A abordagem fenomenológica de Bert Hellinger não segue nenhuma corrente filosófica dos autores citados nem tão pouco segue seus preceitos e métodos. Bert Hellinger desenvolveu um caminho particular de conhecimento fenomenológico a partir de sua experiência de ajuda a pessoas especialmente com as constelações ou configurações familiares realizadas por ele.

Apesar de os fenômenos que se manifestam nessas configurações familiares nem tampouco seus efeitos serem completamente compreendidos recentes avanços no campo de outras áreas do conhecimento contribuem para o seu entendimento tais como o conceito de campo na física; de genética, epigenética e campos morfogenéticos na biologia e os efeitos da transgeracionalidade familiar estudados pela psicologia e a terapia familiar.

Nesse sentido, as informações trans e multidisciplinares que são apresentadas sobre o que acontece numa constelação familiar não tem o objetivo de explicar o que acontece nessa abordagem, mas sim, trazer alguns conhecimentos que contribuam para o entendimento do motivo pelo qual aplicação dos princípios filosóficos tem efeitos positivos nas pessoas, conforme comprovado por essa investigação.

a) Abordagem fenomenológica hellingeriana e campos morfogenéticos

Na abordagem fenomenológica de Bert Hellinger, especialmente na configuração espacial realizada em uma constelação familiar, observa-se que acontece uma ressonância entre os representantes (como são chamadas as pessoas que se posicionam no lugar de outras nessas configurações) e os representados (pessoas reais que representam). É a partir dessa ressonância, fenômeno relativamente natural e observado entre os animais (SHELDRAKE, 2020), que emergem informações não evidentes nas famílias e organizações e que estão contidas na memória transgeracional da família ou dos grupos. A ideia da existência de uma memória transgeracional na família (e seus efeitos de repetição de destinos familiares e sociais) já havia sido postulada por outros pesquisadores como Ivan Boszormenyi-Nagy. Ivan descobriu a existência do que ele chamou de “lealdades invisíveis” que se estabelecem entre pessoas de gerações diferentes de uma família ou grupo, levando-as a repetir destinos nefastos.

The origins of loyalty commitment are typically dialectical in nature. Their internalized image pattern originates from something owed to a parent or to an internalized image of a parent representation (superego). In a three generational system repayment for the instilling of norms and for care and

concern given to us by our parents may go to our children, unrelated others, or to the internalized parents (NAGY, SPARK, 1984, p. 46)²

Mesmo fenômeno foi observado pela psicóloga francesa Anne Ancelin Schützenberger (1997, p. 11, grifos da autora):

Somos afinal, de certa forma, *menos livres do que acreditamos*. Entretanto, *podemos reconquistar nossa liberdade* e sair da repetição, ao *compreender* o que acontece, ao distinguir esses fios no seu contexto e na sua complexidade. Podemos, enfim, viver “nossa” vida e não a de nossos pais, ou avós, nem a de um irmão falecido, por exemplo, que vamos substituindo, consciente ou inconscientemente...

Esses vínculos complexos podem-se ver, sentir, ou pressentir, ao menos parcialmente, mas, em geral, deles não se fala: vivem no *indizível*, no *impensado*, no *não-dito* ou no *segredo*.

Desde o início do século XX, os biólogos embriologistas propuseram a ideia da existência de um campo morfogenético, um campo de informações que influencia os seres vivos e que armazena informações sobre a forma genética e o comportamento social. Tal conceito foi expandido pelo biólogo inglês Rupert Sheldrake (2020) que estudou a existência de uma ressonância não-local e imediata entre animais de uma mesma espécie. Isso explica em parte o chamado “fenômeno da representação”, da sintonia entre representante e representado, que foi descoberto por Bert Hellinger e que forma a base de sua abordagem fenomenológica e do procedimento de configuração da constelação familiar

Na biologia evolutiva, o conceito do campo foi utilizado para descrever o que dava estrutura e forma a seres vivos, começando com os fungos e posteriormente se aplicando a plantas e animais. Seria, portanto, os campos que organizavam a forma de um determinado organismo ou campos morfogenéticos. Porém, focada em como estes campos se davam em gerações posteriores dos organismos, que não herdaram somente uma estrutura física, mas também um determinado comportamento, mostrava que havia uma determinada memória coletiva (FRANKE, 2012).

Para Hellinger (2020) a abordagem da Constelação Familiar não pode ser explicada com conceitos tradicionais. Dentre as mais variadas tentativas de explicação do fenômeno ocorrido

² Tradução: “As origens do compromisso de lealdade são tipicamente dialéticas por natureza. Seu padrão de imagem internalizado se origina de algo devido a um pai ou a uma imagem internalizada de uma representação dos pais (superego). Em um sistema de três gerações, o reembolso pela aplicação de normas e pelo cuidado e preocupação que nossos pais nos deram pode ir para nossos filhos, outras pessoas não relacionadas ou para os pais internalizados”

neste trabalho, a mais evidente é que os representantes entram em outro campo espiritual, o qual Sheldrake chama de campo morfogenético. Para Hellinger “Isso significa que nele os acontecimentos anteriores, relativos a uma família ou grupo, e os sentimentos a eles ligados são armazenados em uma memória coletiva” (HELLINGER, 2020, p. 136).

Segundo Rupert Sheldrake ³ o comportamento se perpetuava nas espécies, resultados em que os indivíduos daquela espécie já “nasçam sabendo” como se comportar e agir, sem ter tido uma experiência prévia. Sheldrake passou a falar então de “campos comportamentais” e logo chegou a um termo genérico que continha todos esses campos, o “campo mórfico”. Este campo mórfico não contém apenas informações sobre o comportamento do próprio indivíduo, mas de toda estrutura de um coletivo e uma sociedade, que constituiriam os campos sociais. Para este cientista, essa informação dá forma às nossas relações, o que, portanto, é refletido no que observamos na abordagem hellingeriana⁴

Para Franke (2012), Rupert Sheldrake retomou a antiga ideia da totalidade abrangente, desenvolveu-a continuamente e a transformou em um aspecto central de suas pesquisas. Os princípios básicos do campo mórfico refletem as ideias de Thales sobre a alma universal e os pensamentos sobre o inconsciente coletivo de Carl Gustav Jung. De acordo com Franke (2012, p. 39):

Toda estrutura, seja uma organização, um organismo ou um sistema vive num campo mórfico que atua como uma memória onde estão armazenadas todas as informações importantes do sistema...Nesse sentido, a memória não é observada como uma função ou uma conquista pessoal do nosso cérebro, mas como um “campo de memória”, no qual nos movimentamos como um rádio, no meio de ondas radiofônicas. A ideia de um campo mórfico ou morfogenético serve como modelo para entender melhor o que acontece nas constelações.

b) O caminho de conhecimento hellingeriano

Segundo Bert Hellinger (2019) a fenomenologia é um velho método filosófico que exige uma grande autodisciplina. Para atuar fenomenologicamente é preciso esquecer tudo que se escuta da consciência, e não se leva em consideração o que se sabe – o que gera neutralidade para agir sem intenção, sem medo e sem julgamentos. Portanto, de acordo com Bert Hellinger (2019, p. 24):

³ http://www.esalq.usp.br/lepse/imgs/conteudo_thumb/Resson-ncia-m-rfica.pdf

⁴ Informações adquiridas em anotações da aula do professor Matthias Bronk sobre Campos Mórficos, em 25/02/2021, realizada na Pós- graduação em Constelação Familiar pela Hellinger Schule no Brasil, onde a pesquisadora é aluna.

Na base da fenomenologia existe um outro conceito de verdade ou uma outra experiência da verdade, diferente da usual. Frequentemente, queremos compreender a verdade e a tratamos como algo incontestável e eterno. Pensamos talvez: “Eu próprio a descobri, tenho-a nas mãos e com essa verdade domino um problema ou até o mundo”.

Observa-se, então, diferenciação no conceito do tema: a verdade de um indivíduo pode não ser a mesma verdade de outro, o que acarreta constantes discussões já que cada pessoa tende a defender a sua verdade, ou seja, a sua ideia sobre o que é verdade. “Assim, ela se torna um brinquete nas lutas pelo poder. Todos nós conhecemos esse tipo de controvérsia” (HELLINGER, B. 2019, p. 24). Portanto, Bert Hellinger aponta a necessidade de uso da postura fenomenológica básica: procedimento fenomenológico que não tem de querer, nem saber, nem temor. Nesta observação, pode-se dizer que a verdade se torna um acontecimento e se completa na ação (HELLINGER, B. 2019).

Na fenomenologia filosófica procuro perceber o essencial dentre a grande variedade dos fenômenos, na medida em que me exponho totalmente a eles, com minha máxima abertura. Esse essencial surge repentinamente do oculto, como um raio, e sempre ultrapassa em muito o que eu poderia excogitar ou deduzir logicamente a partir de premissas ou de conceitos. Não obstante, ele nunca se revela totalmente, permanece envolvido pelo oculto, como cada ser é envolvido pelo não ser (HELLINGER, 2007, p. 16).

O caminho de conhecimento fenomenológico hellingeriano tem como premissa fundamental e ponto de partida uma postura neutra e centrada que pelo seu exercício, pode trazer grandes benefícios para as pessoas num nível pessoal e social e especialmente para os assistentes sociais.

Segundo Bert Hellinger a postura básica que permite que novas compreensões emergjam sobre a realidade envolve o "não julgamento", a neutralidade no sentimento (evitando-se especialmente a "vontade de ajudar ao próximo a qualquer custo", a não intencionalidade (ou a isenção de expectativas), a coragem para reconhecer o que se mostra por meio dessa abordagem e a necessidade de se evitar lastimar sobre os eventos sejam eles passados ou presentes.

A partir dessa postura básica, segundo Bert Hellinger, na qual os facilitadores de constelação familiares são treinados, é possível entender ou "captar" o essencial, a informação mais importante que precisa ser compreendida pela pessoa e sua família e que podem conduzir a ela e seu grupo para ações práticas e transformadoras no cotidiano.

c) **A compreensão do funcionamento da consciência nos relacionamentos por Bert Hellinger**

É através da consciência que percebemos e experimentamos o mundo e a nós mesmos. No entanto, pouco se sabe sobre o que vem a ser a consciência e distintas áreas do conhecimento oferecem contribuições para o seu entendimento tais como: a psicanálise, a psicologia, a neurociência, a filosofia.

Desde S. Freud no início do século XX, e até mesmo antes deles quando se consideram as investigações dos filósofos e artistas alemães, além do conhecimento dos povos nativos, já se sabe da existência de uma dimensão inconsciente do nosso ser, da nossa *psyché* (alma). Freud foi o primeiro a fazer uma descrição das instâncias que atuam na nossa consciência a saber: o nível consciente, pré-consciente e inconsciente.

Esse conceito foi ampliado mais tarde por outros psicanalistas e discípulos de Freud como C. G. Jung e Isidoro Berenstein que descreveram respectivamente, a existência de um inconsciente coletivo e de uma representação dos membros familiares e arquetípicos nesse inconsciente.

Por sua vez, Bert Hellinger (2019) também compreendeu que além de um nível da consciência que é percebido como consciente (chamado por ele de consciência restrita ou pessoal), há outros níveis mais profundos e amplos que são inconscientes, mas que atuam profundamente nas pessoas e grupos (o que ele chamou, respectivamente, de consciência de grupo ou coletiva e consciência espiritual) e descreveu a atuação desses níveis de consciência nas trocas humanas e na transmissão transgeracional de informações dentro de uma família. Apesar de percebermos na nossa vida cotidiana a consciência pessoal e orientarmos nossas ações por ela, segundo Bert somos movidos de maneira muito mais profunda e instintiva pelas informações contidas na consciência coletiva que são, primordialmente, as informações que emergem ao longo do processo da constelação familiar e que, portanto, permitem à pessoa que usa essa abordagem ter o acesso às informações ocultas, não visíveis nem expressas verbalmente, mas que determinam poderosamente o destino das pessoas e grupos.

Para melhor compreensão desta abordagem, é necessário entender que a consciência coletiva ou grupal vem antes da consciência individual. Uma consciência coletiva é oposta aos desejos e intenções individuais. De acordo García (2019, p. 113):

[...] as Constelações Familiares não representam apenas uma alternativa terapêutica, mas também uma experiência pedagógica com intuito de estimular a aprendizagem e a socialização. Como terapia, constituem uma

vivência controlada pelo facilitador; e como ferramenta de aprendizagem, através do uso de representantes, permite que o cliente se converta em um observador criativo capaz de transformá-la em uma ação preventiva ou corretora de conflitos, enquanto pode aproveitar a construção de uma imagem de solução.

Para Hellinger, a consciência pessoal primeira é vivida como um sentido por meio do qual percebemos diretamente o que é necessário para pertencermos à família ou a um grupo. Portanto,

Quando alguém se afasta do que é válido em sua família ou em seu grupo, ou seja, quando precisa temer que poderá ser excluído do grupo devido a sua ação, fica com a consciência pesada. Como esta situação é muito desagradável, sua consciência pesada o leva a mudar seu comportamento, para que ele possa voltar a fazer parte do grupo (HELLINGER, 2020, p. 138-139).

A consciência pessoal une, vincula a pessoa ao seu grupo, levando-a a agir e pensar de acordo com sua família ou o grupo em que participa para se sentir protegida e estável. Observa-se que pessoas se sentem fortalecidas dentro de um grupo quando se tem os mesmos ideais, porém, o grupo aprisiona. Se uma pessoa aprende algo novo que lhe traga crescimento geralmente é excluída daquele grupo, e para o seu crescimento, precisaria ficar com a “consciência pesada”.

Na abordagem hellingeriana, constata-se que quando se considera a consciência pessoal em profundidade, ficam explícita três necessidades universais: a necessidade de pertencimento; de equilíbrio nas trocas e de ordem. Em resumo, a consciência pessoal vincula a pessoa a determinado grupo, e cada grupo tem suas regras de pertencimento. Esta consciência pode ser nomeada por algumas pessoas de “boa consciência” ou “má consciência”, ou mesmo, “leve” e “pesada”.

A consciência reage a tudo o que promove ou ameaça o vínculo na família. Assim, temos boa consciência quando agimos de uma tal forma que podemos continuar pertencendo ao grupo. E temos má consciência quando nos desviamos das condições impostas pelo grupo de tal forma que receamos ter perdido, em parte ou no todo, o direito de pertencer a ele. Contudo, ambos os lados da consciência servem a um propósito único. Como o açúcar e o chicote num adestramento, eles nos puxam ou nos impelem na mesma direção, para assegurar nosso vínculo às raízes e ao tronco familiar (HELLINGER, 2015, p. 29).

Ao longo da presente pesquisa, as compreensões de Bert Hellinger foram essenciais para o entendimento, no trabalho com adolescentes em conflito com a lei, o papel essencial que a consciência restrita (ou pessoal) tem na exclusão social e estigmatização dos adolescentes. Percebe-se, por exemplo, que a imagem/ideia das pessoas sobre os adolescentes como não merecedores de credibilidade pelo fato de eles não terem cumprido a lei. Outro exemplo é como fica a imagem de um funcionário do setor de segurança perante seus colegas de trabalho se não é adepto à violência e isso o difere da conduta dos demais funcionários da mesma equipe. Diante desses dois exemplos, pode-se dizer que, em muitos casos, é preciso desobedecer a regra, ou seja, estar de consciência pesada perante o grupo de pertencimento no próprio trabalho, para atuar de acordo com o SINASE.

Hellinger, em sua trajetória profissional como facilitador de dinâmicas de grupo, não teve interesse que sua abordagem fosse cientificamente provada, tendo em vista que a filiação da mesma a uma associação profissional poderia aprisionar seu trabalho a normas específicas. Para ele, isso o impediria de trabalhar livremente, a serviço das pessoas, e não da moral.

... mudei-me por muitos caminhos conduzidos por ideias adicionais que me permitiram ampliar esse foco e ajudar os outros de novas maneiras e com resultados de longo alcance. Aqueles que me conhecem entendem que eu me movo constantemente para reunir o que antes parecia separado. Isso nem sempre foi fácil. Eu encontrei muita oposição de lados diferentes e nem mesmo no começo fui compreendido por muitos. No começo, quando comecei a fazer Constelações Familiares, tive que enfrentar essa oposição e ainda agora tenho que encarar isso. Mas eu sigo meus '*insights*' e aplicações com total confiança, onde quer que eles me levem e seja qual for o desafio (HELLINGER, 2007, p. 56).

O segundo nível de consciência da abordagem hellingeriana é chamado de consciência de grupo ou coletiva, e atua de maneira mais ampla que a consciência pessoal. Hellinger (2020) refere que esta é mais poderosa do que a primeira, pois ela permanece no inconsciente das pessoas. É também chamada de consciência de clã. Ela defende os interesses dos excluídos pela consciência pessoal que tem prioridade em relação à coletiva, e por isso uma costuma entrar em conflito com a outra. “Uma vez que a consciência coletiva atua de modo inconsciente, não podemos sentir sua força especial, apenas constatar seus efeitos em nossa vida” (HELLINGER, 2020, p. 143). É possível visualizar seus efeitos através do conhecimento das leis férreas da consciência coletiva, chamadas de “princípios básicos da vida”, ou “ordens do amor”.

Segundo Schneider (2019) pode-se observar que pessoas estão interligadas por uma dimensão sutil que foi chamada por Bert Hellinger de alma e que é compreendida por

pesquisadores como o biólogo Rupert Sheldrake consideram que seja um campo de informação que existe entre organismos da mesma espécie. Por meio dessa participação numa "alma coletiva" as pessoas se conectam inconscientemente aos grupos aos quais pertencem, de uma forma que ultrapassa a transmissão consciente de informações, a comunicação, o comportamento e os sentimentos individuais. Na abordagem hellingeriana pode-se verificar a existência dessa alma coletiva em cada grupo, seja ele uma família, empresa ou círculo de amigos.

A ideia de que, numa família, acontecimentos e destinos se comunicam através de gerações, mesmo quando nada disso nos foi contado, causa inicialmente estranheza nesta época da informação que se julga esclarecida. O fato de continuarmos vinculados a nossa família e aos nossos relacionamentos, mesmo que tenhamos interrompidos contatos, não nos temos mais com a grande família e mudemos constantemente as nossas relações é algo que contradiz nossa concepção de individualidade, de autonomia. (...) As constelações familiares permitem que voltemos a sentir-nos como seres relacionais, elas fazem valer a dimensão sistêmica e história de nossa existência, de uma forma que às vezes parece arcaica, ou mesmo mágica (SCHENEIDER, 2013, p. 21).

Para Beaumont (2006) Hellinger não separa a ciência e a literatura da espiritualidade e usa livremente as palavras “alma” e “coração”, porém em um sentido específico. “Para ele, a alma reside na experiência; é sentida como algo real. Distingue-se da mente e do corpo, mas está à vontade entre ambos. O desejo e a saudade, por exemplo, não são apenas pensamentos, mas coisas que sentimos sob a forma de dor, golpe ou ardência” (BEAUMONT, 2006, p. 17). O conhecimento da realidade pode ajudar a distinguir as pressões inconscientes do condicionamento social, como exemplo, o preconceito religioso e ideologia política.

Como bem nos assegura Garcia (2019, p. 113), “o Método Hellingeriano⁵ parte do pressuposto de que os eventos de grande impacto ou traumatizantes ocorridos no sistema familiar, chegam a ser uma das causas subjacentes dos efeitos residuais em todos os membros que pertencem ao sistema”. A autora explica que este fator foi nomeado por Bert Hellinger de dinâmicas ou lealdades sistêmicas não resolvidas, podendo ser também denominadas de implicações. Pode-se dizer, então, que são acontecimentos que ocorreram em gerações anteriores à geração de uma pessoa, fatos antes não lembrados ou esquecidos dentro de uma família.

⁵ Importante esclarecer que Bert Hellinger descrevia seu trabalho como método em suas primeiras obras, mas que com o passar do tempo passou a usar o termo “caminho fenomenológico” para descrever sua abordagem hellingeriana.

d) Os “princípios básicos da vida” ou “ordens do amor”

Para Oliveira Junior e Oliveira (2020), Hellinger observou que existem três leis naturais que atuam nos relacionamentos humanos, as quais ele nomeou de “ordens do amor”. Estas leis não são inventadas, elas regem as relações humanas desde que o mundo é mundo e é possível identificá-las em diversas culturas, e podem influenciar uma pessoa em todas as áreas da vida. São elas: Pertencimento, Hierarquia e Equilíbrio de Troca.

Essas ordens são princípios filosóficos, que quando aplicados aos relacionamentos humanos conduzem esses relacionamentos a uma maior harmonia seja no âmbito pessoal, familiar, laboral ou social. Elas produzem esse efeito positivo pelo fato de atenderem às necessidades mais básicas de todo ser humano: vínculo, ordem e compensação nas trocas.

Oliveira Junior e Oliveira (2020) pontuam que são princípios básicos que podem ser comparados com a lei da gravidade e eram desconhecidas até serem observadas fenomenologicamente. Pode-se dizer que estas leis sempre foram naturalmente respeitadas pelos seres humanos pois, para sobreviver desde a antiguidade, a humanidade precisou de mecanismos e regras: os que conseguiam seguir os padrões estabelecidos no grupo sobreviviam, e ainda deixavam seus descendentes e legados.

O primeiro princípio básico da vida é o Pertencimento, ele garante a sobrevivência. O vínculo ao grupo significa uma forte conexão com a família, o primeiro vínculo existencial de qualquer indivíduo. E, na antiguidade, pertencer ao grupo era uma questão de sobrevivência.

Isso é refletido na nossa consciência pessoal. Quando fazemos algo que ameaça o nosso pertencimento, sentimos medo, angústia, culpa etc. Na verdade, nos sentimos com “consciência pesada”. Por outro lado, pertencer significa sentir uma leveza, uma situação de inocência, de coesão, de acolhimento, que nos leva a fazer tudo que se faz para poder pertencer ao grupo - e isso também tem a ver com a consciência pessoal. Parece ter se desenvolvido um mecanismo intuitivo natural para manter todos dentro do grupo (OLIVEIRA JUNIOR, 2020, p. 83).

A consciência de grupo é coletiva, todo ser humano está ligado aos seus pais e ao seu clã em uma comunidade de destino. Com a união dos pais, os filhos ganham a vida e passam a pertencer a um clã. Portanto, a primeira “ordem do amor” é o direito de pertencer àquele grupo, ou seja, a família. Bert descreve em seu último livro as seguintes pessoas como fazendo parte da família e cujos destinos influenciam nas gerações posteriores (HELLINGER, 2020, p. 144-145):

1. Todas as crianças, incluindo as abortadas, as que partiram, as natimortas, as entregues para adoção e as esquecidas. Meios-irmãos também contam como membros integrais da família.
2. Os pais e seus irmãos de sangue, incluindo os abortados, os que partiram, os natimortos, os entregues para adoção e os esquecidos.
3. Ex-companheiros dos pais.
4. Os avós, mais sem seus irmãos, embora haja exceções nesse sentido.
5. Em casos excepcionais, também os ex-companheiros dos avós.
6. Todos cuja morte ou perda precoce, proporcionou algum benefício aos membros da família e se desse modo contribuir para a sobrevivência da família atual e de seus descendentes.
7. Se membro da família foram culpados pela morte de outras pessoas, suas vítimas também pertencem à família.
8. O contrário também é verdadeiro: se na família houve vítimas de assassinos externos, estes também pertencem à família.
9. Se a família obteve alguma vantagem em detrimento de outrem, o prejudicado também pertence à família.

O segundo princípio básico da vida é a Ordem de Precedência ou Hierarquia. Não basta pertencer ao grupo, para seu desenvolvimento satisfatório é preciso um respeito à ordem de chegada à família ou grupo assim como um respeito pelo lugar do outro. Trata-se de regras básicas para existência pacífica de qualquer grupo, caso contrário, tudo ficaria em desordem e geraria conflitos. Dentro de um grupo, as pessoas precisam e sentem a necessidade de agir em sintonia com o coletivo, para estarem em ordem.

Em um grupo predomina a ordem arcaica, que se orienta pelos antepassados ou pósteros, que é determinada pelo tempo de pertencimento, ou ordem de chegada na vida ou em um grupo. Conforme explica Hellinger (2020, p. 152) “Assim, os que vem primeiro estão em posição mais elevada, e os que vem depois, em posição inferior”. Um exemplo que ocorre na relação familiar dado por Hellinger (2020, p. 153):

Quando um filho assume algo por seu pai, ele tem uma boa consciência pessoal. Sente que ama seu pai e que é inocente. Ao mesmo tempo, viola a hierarquia da consciência coletiva, pois esta é poderosa e pune a violação com o fracasso e a morte. Por isso, as grandes tragédias terminam com a morte daqueles que pensam estar fazendo o bem. (...). Quem vem depois, nunca pode ajudar quem vem antes. Contudo, se isso acontecer, o pósteros reage a essa usurpação sobre a influência da consciência de clã com a necessidade de fracasso e ruína.

O terceiro princípio básico da vida é o Equilíbrio entre dar e receber, o que se observa geralmente na relação de casal e de trabalho. Quando uma pessoa recebe algo de outrem, conscientemente ele sente-se na obrigação de retribuir ou compensar de maneira correspondente. Somente após esta troca nos relacionamentos entre iguais é que a pessoa se sente livre novamente. Quando não há esta retribuição ocorre uma dívida: o doador fica aguardando o retorno do recebedor, e caso não aconteça, muitas vezes a relação se rompe. Esta compensação ocorre não apenas com o lado do bem, mas também do mal.

Nesta lei, ocorre uma desordem quando uma pessoa dá mais do que a outra. Para que o equilíbrio possa se estabelecer e as relações prosperarem é preciso trocar em pé de igualdade. Na verdade, naquilo que é positivo, um pouco mais para que o que é bom prospere e naquilo que é negativo, um pouco menos, com amor, para que as trocas negativas diminuam progressivamente até ser possível retornar a uma troca positiva novamente.

Na relação entre pais e filhos isso não ocorre, já que os pais dão aos filhos e estes somente retribuem passando o que ganharam para frente, através de seus filhos ou de seu próprio trabalho, servindo à vida – o que traz uma evolução natural para o grupo familiar e para toda a sociedade. No equilíbrio das relações é importante atentar-se à segunda lei que é a Ordem, pois se há inversão dos papéis (os filhos dão e os pais recebem), o sistema fica em desordem, os membros da família perdem a força e não há evolução. De acordo com Hellinger (2020, p. 159):

Quando ele dá ou recebe o que não lhe diz respeito, viola a ordem do amor. No entanto, a ordem não pode ser superada pelo amor, pois antes de todo o amor, atua na alma um senso de equilíbrio que ajuda a ordem do amor a alcançar a justiça e a compensação mesmo à custa da felicidade da vida. Por isso, a luta do amor contra a ordem também é o início e o fim de toda tragédia, e só há um meio de escapar: conhecer a ordem e segui-la com amor. Conhecer a ordem é sabedoria e segui-la com amor é humildade.

Por tudo que foi exposto, é possível perceber que os descobrimentos de Bert Hellinger sobre os princípios que norteiam a convivência humana são muito úteis e por isso foram a fonte primordial de inspiração para a proposta de intervenção social realizada nesta investigação que realizou uma verificação incipiente de sua validade no contexto da assistência social.

A partir da abordagem hellingeriana pode-se entender também as desordens nos sistemas que levam a conflitos no âmbito da convivência humana e quem sabe, como proposto

nesse trabalho, serem construídas formas de intervenção social mais adequadas, eficientes e em sintonia com as necessidades humanas mais básicas.

e) Ordens da ajuda

Para Hellinger (2013) ajudar é uma arte. Faz parte dela uma faculdade que pode ser aprendida e praticada, porém também uma sensibilidade para compreender a pessoa que busca pela ajuda – é necessário saber aquilo que é adequado ao ajudado, e simultaneamente, o que vai promover nele emancipação e autonomia. Os seres humanos dependem uns dos outros, e isso traz o desenvolvimento da humanidade, portanto, quando ajudamos aos outros, esta ajuda também retribui algo ao ajudante, ela é recíproca.

Na relação de ajuda, o dar e o receber (chamado por Bert Hellinger de tomar) acontecem em dois níveis, o primeiro ocorre entre duas pessoas equiparadas, no mesmo nível, por exemplo entre parceiros; no outro entre pais e filhos ou professores e alunos, existe um desnível pois, por exemplo, tudo aquilo que os pais dão não pode ser devolvido pelos filhos Hellinger descreve (2013, p. 14) que:

Tomar e dar se assemelha aqui a um rio que leva adiante o que recebe em si. Este tomar e dar é maior. Tem em vista o que vem depois. O ajudar dessa maneira aumenta o que foi presenteado. Aquele que ajuda é tomado e inserido em algo maior, mais rico e duradouro.

Essa ajuda pressupõe que, primeiro, nós próprios tenhamos recebido e tomado. Somente assim teremos a necessidade e a força de ajudar outros, principalmente quando esta ajuda exige muito de nós.

No que diz respeito à ajuda profissional Bert Hellinger observou que para que ela possa ser bem-sucedida é necessário que sejam respeitados alguns princípios que ele chamou de "ordens da ajuda". A compreensão desses princípios pode ser de grande utilidade para um serviço social mais eficiente.

Hellinger (2013) pontua cinco ordens para que a ajuda funcione nos relacionamentos humanos, são elas:

- Dar apenas o que se tem e esperar e tomar apenas o que se necessita.

De acordo com esse princípio, quando uma pessoa não tem o que quer dar, ela não pode ajudar e caso o faça é muito provável que a ajuda fracasse. Por outro lado, se uma pessoa pede e quer receber mais do que realmente necessita também não adquire força para um crescimento

necessário em direção a sua autonomia pessoal. Portanto a ajuda que respeita esse princípio simples é, segundo Bert Hellinger uma ajuda humilde. Pois o respeito a esse princípio pode levar por exemplo, quando não se tem o que dar, a renunciar à ajuda ao próximo mesmo em face de sua dor e expectativas, uma compreensão que contradiz muitas ideias do senso comum sobre a maneira correta de ajudar;

- Permanecer dentro das possibilidades

Para que a ajuda aconteça ela também depende e precisa se submeter às condições externas que a possibilitam ou não. Quando o ajudante não considera as possibilidades externas, esta ajuda está fadada ao fracasso. Para Hellinger (2013, p. 15) “Para muitos ajudantes pode ser que o destino do outro pareça difícil e por isso querem mudá-lo. Entretanto, não porque o outro precise ou queira, mas porque os próprios ajudantes não conseguem suportar esse destino”. A ajuda que segue esse princípio, é uma ajuda discreta, que tem força e que está a serviço da sobrevivência, da evolução e do crescimento.

- Ajudar de igual para igual

O arquétipo primordial da ajuda é o da mãe que ajuda seu filho. Nesse sentido é comum, que alguns ajudantes, principalmente no campo da psicoterapia ou no trabalho social, realizem esse trabalho ajudando às pessoas como pais (e às vezes pais melhores que os pais biológicos) ajudam a seus filhos pequenos. Inversamente, os ajudados muitas vezes buscam e esperam a ajuda como crianças, como filhos esperando que esses ajudantes façam por eles, aquilo que os pais não fizeram, ou aquilo que ainda exigem ou esperam dos próprios pais. Nesta relação, segundo Bert Hellinger, os ajudantes permanecem presos à uma relação de transferência e contratransferência de suas relações parentais primordiais, o que, dificulta que o cliente, o assistido assumam uma responsabilidade como adulto sobre sua vida. Cria-se aqui uma relação de dependência entre ambos, ajudante e ajudado, que impede o crescimento e amadurecimento pessoal dos dois. A partir dessas observações Bert Hellinger percebeu que a ajuda efetiva é aquela que acontece entre iguais: dois adultos;

- Permanecer dedicado à família toda

As compreensões de Bert Hellinger ampliam o olhar para as pessoas que necessitam de ajuda, incluindo sua família (inclusive seus ancestrais) e seu contexto. Suas observações e todo trabalho das constelações familiares revelaram informações novas e possibilitam grandes transformações na família justamente porque existe uma compreensão sistêmica dos problemas vividos por um indivíduo. Nesse sentido, a ajuda se torna mais efetiva quando se olha não

apenas para o ajudado mas para ele junto toda a sua família, entendendo que ele não está isolado, que por vezes o que mais pode ajudá-lo pode ser, por exemplo, que alguém excluído da família seja de novo reconhecido como fazendo parte. Ajudar dessa maneira requer do ajudante uma "empatia sistêmica", uma empatia não só pelo ajudado mas por toda sua família, especialmente os excluídos do sistema pois o ajudante compreende que ao incluir essa pessoa em sua empatia ajuda que o ajudado possa ele também incluí-lo, respeitando seu direito ao pertencimento e assim atendendo à necessidade básica do vínculo a mais vital dentro das relações humanas. Esta ajuda traz liberação e é fonte de força para o ajudante e o ajudado;

- Ajudar sem julgamento, para além do bom e do mau

O julgamento, a determinação do que é bom ou mau, aceitável ou não, certo ou errado muitas vezes limita, segundo Bert Hellinger, que o ajudante perceba aquilo que realmente ajuda à pessoa e sua família. Em última instância o julgamento exclui, condena e não percebe o todo. Por outro lado, o julgamento dificulta muitas vezes a reconciliação que é justamente um dos pontos centrais da ajuda com as constelações familiares. Quando, por exemplo, um cliente pede ajuda e reclama da vida, dos pais ou dos relacionamentos, e o ajudante concorda com sua visão de mundo e condena as pessoas que ele cita, esse ajudante, na compreensão de Bert Hellinger, não pode ajudar à reconciliação necessária nem tão pouco a que essa pessoa assuma sua parte de responsabilidade na solução do problema. “A desordem da ajuda seria aqui, o julgamento sobre os outros, que geralmente é uma condenação, e a indignação moral ligada a isso. Quem realmente ajuda, não julga” (HELLINGER, 2013, p. 19). Quando o ajudante olha com amor e respeito para a pessoa de quem o ajudado se queixa, por mais que este seja diferente, com valores e visões de mundo distintas e seu destino seja difícil, ele acolhe-o no coração, assim abre novas percepções e possibilidades para ajuda.

f) Abordagem hellingeriana na prática

O conhecimento da abordagem hellingeriana pode ser aplicado em diversas áreas, já tendo sido realizadas experiências exitosas na educação, saúde, organizações e no judiciário. Trata-se de uma abordagem de cunho filosófico e prático que ajuda os profissionais e leigos a se conscientizarem de questões pessoais e coletivas que atrapalham o bom desenvolvimento das relações e permite um olhar diferenciado para a realidade dos conflitos. Na educação permanente, apresenta-se como uma alternativa pedagógica com intuito de estimular a aprendizagem e a socialização, permitindo que a pessoa possa se tornar uma observadora

criativa de sua própria história e, assim, enfrentar os problemas do cotidiano com dignidade e força.

Francelino et al. (2017) realizaram pesquisa em que se utilizou a Constelação Familiar como abordagem de intervenção no apoio aos adolescentes que apresentavam problemas de aprendizagem e comportamento, em uma escola pública de ensino médio em Fortaleza. Como principais resultados tiveram que,

Na escola, as mudanças percebidas e relatadas pelos professores foram: maior paciência, mais tranquilidade e melhor dedicação aos estudos. Eles acreditam que isso vem acontecendo porque os jovens não trazem mais as “dores de casa” para a escola (FRANCELINO et al., 2017, p. 5).

Na pesquisa de Francelino et al. (2017), um facilitador de Constelação Familiar atuou primeiramente com os professores e posteriormente com os alunos. A repercussão foi observada também nos familiares que, ao observar a mudança de postura nos filhos, tiveram interesse em participar do projeto. Portanto, observa-se que esta abordagem pode ser aplicada tanto para profissionais, como famílias ou alunos. Ficou claro também no resultado da pesquisa que esta abordagem possibilita criação de dinâmicas que ajudam as pessoas a olharem com profundidade questões de repetição nos sistemas familiares. Evidentemente, a aplicação pode ser utilizada para que as pessoas consigam viver sua própria vida, saindo dos emaranhamentos sistêmicos de gerações anteriores, geralmente acontecimentos trágicos, o que gera apaziguamento de conflitos nas relações escola, família e aluno.

O conhecimento da abordagem hellingeriana tem potencial para ser usado em qualquer profissão de ajuda pois traz conhecimentos essenciais sobre aquilo que conduz os relacionamentos humanos e a ajuda ao sucesso. Ao ouvir as histórias trazidas pelas pessoas, é possível identificar questões sociais, pessoas excluídas ou não lembradas da família e conflitos gerados a partir disso. Portanto, essa abordagem permite compreender às pessoas que necessitam de ajuda com uma escuta qualificada as suas histórias, promovendo um novo olhar sobre elas, um olhar sem medo, sem intenção e sem julgamentos, que leva a uma ajuda mais leve, simples e eficiente. Que pode facilitar a averiguação e a transformação não apenas dos eventos traumáticos vividos pela pessoa em sua história de vida como também de eventos vividos a várias gerações por outras pessoas da família (HELLINGER, B. 2019).

Segundo Storch (2018), juiz de uma comarca na Bahia, a atuação tradicional nos processos judiciais já não é mais eficiente. Ao ter contato com as constelações familiares para

resolução de questões pessoais, observou que a utilização desta abordagem poderia contribuir no trabalho e na resolução de conflitos. Esclarece ele: “Tal fenômeno é ainda mais visível nos conflitos de ordem familiar, que têm origem quase sempre numa história de amor e geralmente envolve filhos” (STORCH, 2018, p.01). Após conhecer e se aprofundar nesta abordagem, o juiz colocou em prática esse conhecimento nas audiências em sua comarca, e teve como resultado que 90% dos casais em conflito chegaram a um acordo diante de uma ação de guarda dos filhos. Portanto,

... as pesquisas preliminares indicam que a prática contribui não apenas para o aperfeiçoamento da Justiça, mas também para a qualidade dos relacionamentos nas famílias – que, sabendo lidar melhor com os conflitos, podem viver em paz e assim proporcionar um ambiente familiar melhor para o crescimento e desenvolvimento dos filhos, com respeito e consideração à importância de cada um. Consequência natural disso é a melhora nos relacionamentos em geral e a redução dos conflitos na comunidade (STORCH, 2018, p. 05).

Pode-se dizer que, na experiência prática desta pesquisadora, o conhecimento empírico da abordagem hellingeriana contribui para visualizar o indivíduo em sua totalidade e realidade vivida, ou seja, não se olha apenas para o indivíduo e sim para toda a família e sua história. Como exemplo, podemos citar as mães que procuram ajuda do CRAS para resolver as dificuldades dos filhos em frequentar a escola, pois seus benefícios provenientes do PBF haviam sido suspensos. Uma trajetória comum é escutar dessas mães que os filhos não têm interesse na escola por conta do uso de drogas. A abordagem hellingeriana observa que o consumo excessivo de drogas se relaciona, muitas vezes, com a falta real ou sentida do pai, fato muito comumente verificado na assistência social. A partir dessa compreensão e de uma ajuda sem julgamento, ou seja, usando princípios básicos da abordagem hellingeriana o assistente social poderia, por exemplo, contribuir para que o pai excluído fosse reconhecido dentro da família, ou lembrado com gratidão, promovendo assim, um resultado prático da ajuda sistêmica que, de acordo as experiências realizadas e documentadas por Bert Hellinger, tem o potencial de conduzir não só a uma redução do consumo de drogas como a uma maior saúde familiar.

Na área da saúde, no Brasil, há várias experiências que mostram como a doença pode estar ligada aos emaranhamentos sistêmicos. Saccol (2018) fez reflexões utilizando uma revisão bibliográfica do trabalho de Bert Hellinger e pontuou que esta prática existe há pouco mais de 30 anos no mundo e menos de 10 anos no Brasil. O foco de sua investigação foi a compreensão do trabalho com Constelações Familiares a partir do binômio saúde-doença e a relação destas questões com os conflitos familiares de gerações passadas. Para a autora

A sensibilidade de Bert Hellinger para um olhar além do aparente trouxe uma profunda maneira de olhar para o ser humano. Por meio de métodos psicoterapêuticos úteis, ordens familiares e intervenções essenciais, visando à imediata experiência e compreensão, fez com que ele adotasse esse método, para condensá-lo à sua própria maneira, reconhecendo que as constelações são um método ou movimento fenomenológico para representar processos psíquicos e vinculações familiares. Utilizando livres movimentos dos representantes, trocas intencionais de posições, introdução de pessoas excluídas e curtos diálogos liberadores, permite provocar processos favoráveis em uma pessoa, a ponto de se libertar de doenças e de mal-estares que vêm se prolongando há muitos anos (SACCOL, 2018, p. 216).

Oliveira Junior conhecedor da abordagem sistêmica e médico pediatra em um posto de saúde de periferia, contou que, ao atender uma avó que levava seu neto de cinco anos à consulta, verificou hiperatividade na criança. Sem realizar uma Constelação Familiar propriamente dita e com apenas algumas perguntas, identificou a exclusão do pai da criança, o qual a criança nunca conhecera. Conforme a avó, este homem “não prestava”, teria engravidado sua filha e outra mulher ao mesmo tempo. Então, o médico explicou à avó sobre o amor inconsciente que a criança sentia pelo pai. Diante da descrença da avó, Oliveira Júnior solicitou autorização para lhe mostrar e então chamou a criança para uma brincadeira e lhe deu uma frase: “querida vovó, me olhe com carinho se eu tenho um grande lugar no meu coraçãozinho pro meu papai. Ele me faz muita falta!” (OLIVEIRA JUNIOR; OLIVEIRA, 2020). Conforme Oliveira Junior; Oliveira (2020) conta, a criança não só repetiu sua frase como, nesse momento, caiu uma lágrima de seus olhos. Diante disso, a avó pode perceber efeitos da exclusão do pai na vida do neto, saindo do consultório agradecendo, e dizendo que o levaria para conhecer o pai.

Oliveira Junior relatou ainda que, após algumas semanas, as professoras da creche da criança procuraram o médico para solicitar ajuda no atendimento de outras crianças, pois perceberam que o menino melhorou o comportamento, aprendizagem e obediência em sala de aula, elas queriam “a receita” para mais crianças com o mesmo perfil. Assim, o autor pontua que

A partir dessa experiência seminal comecei a compreender a importância de estarmos atentos às leis naturais dos relacionamentos e como essas compreensões podiam ser utilizadas de forma integrada e natural dentro do cotidiano, sem a necessidade de uma constelação “formal” para isso (OLIVEIRA JUNIOR, OLIVEIRA, 2020, p. 43).

Por tudo que foi exposto é possível perceber que a abordagem hellingeriana, especialmente seu corpo de conhecimentos, alcançou uma dimensão que ultrapassa e se distingue do campo terapêutico e que é, na atualidade, um corpo de conhecimentos sobre os

relacionamentos humanos amplamente aplicável a várias áreas do conhecimento. De acordo com o próprio Bert Hellinger (2020 p. 135):

No início, eu achava que a constelação familiar fosse exclusivamente um enriquecimento para o trabalho de psiquiatras e psicoterapeutas; porém, mais tarde, afastei-me dessa opinião. Reconheci que ela também é importante para leigos. Por isso, quando se trata de constelação familiar e de nova constelação familiar, falo não de um método terapêutico, e sim de uma ajuda para a vida, pois aquele que irá constelar quer esclarecer algo sobre si mesmo – por exemplo, quer descobrir as possíveis razões para a doença, para as dificuldades no relacionamento com o parceiro ou para o que o impede de ter sucesso na vida.

Nesse sentido, pode-se observar que a abordagem hellingeriana serve como um conhecimento de apoio para muitos profissionais e que pode ser de especial valia para os profissionais de ajuda. Ao vivenciar na prática este conhecimento empírico no trabalho e na vida pessoal, esse pode contribuir trazendo clareza aos problemas advindos de conflitos transgeracionais, possibilitando assim alternativas de atuação e apoio às famílias em seus diversos contextos.

Importante pontuar aqui que, em 2018, a Constelação Familiar tornou-se uma das 28 técnicas reconhecidas pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do SUS. De acordo com esta portaria nº 702 de 18 de março de 2018, a Constelação Familiar

[...] é uma abordagem capaz de mostrar com simplicidade, profundidade e praticidade onde está a raiz, a origem, de um distúrbio de relacionamento, psicológico, psiquiátrico, financeiro e físico, levando o indivíduo a um outro nível de consciência em relação ao problema e mostrando uma solução prática e amorosa de pertencimento, respeito e equilíbrio. [...] é indicada para todas as idades, classes sociais, e sem qualquer vínculo ou abordagem religiosa, podendo ser indicada para qualquer pessoa doente, em qualquer nível e qualquer idade, como por exemplo, bebês doentes são constelados através dos pais (BRASIL, 2018, p. 03).

Diante dessa nova normativa, e do reconhecimento social que a acompanha, e dos usos bem sucedidos dessa abordagem em outras áreas do conhecimento, torna-se fundamental refletir sobre de que forma a abordagem hellingeriana pode ajudar profissionais de outras áreas afeitas ao campo da ajuda, ou até mesmo no encaminhamento das famílias para um trabalho mais eficaz que pode ser incorporado com a perspectiva de Bert Hellinger dentro de novas políticas públicas. Dessa maneira, a partir do conhecimento do referencial teórico hellingeriano

e das experiências práticas desta pesquisadora, a presente investigação objetivou utilizar os conhecimentos desta abordagem no trabalho socioeducativo com famílias de adolescentes em conflito com a lei acompanhadas no território do CRAS Oasis, no município de Itanhaém. A pesquisa foi realizada por meio da construção de uma intervenção junto às famílias de adolescente em conflito com a lei, que se fundamentou e foi inspirada, essencialmente, na observação das ordens da ajuda no atendimento às famílias e na reflexão de todos os participantes sobre as ordens do amor em seu contexto familiar, social e ao longo da história da família.

Um aspecto importante da pesquisa foi a reflexão sobre a intervenção proposta e o processo grupal que se desenrolou a partir dela, assim como dos desafios que se fizeram presentes na implementação de uma intervenção baseada na abordagem hellingeriana no cotidiano profissional no trabalho social com famílias em grupo desenvolvido pelo PAIF. A seguir, abordaremos a metodologia utilizada nesta pesquisa.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Eu agradeço, eu agradeço, eu agradeço

Eu agradeço, eu agradeço

Se as flores se misturam nos canteiros

Os ideais podem também se misturar

Se as cores se complementam nos desenhos

As diferenças podem se complementar

Não há melhor, não há grande nem pequeno

O que há é muito o que trabalhar

Cada um fazendo o seu direito

Só alegria e belezas vão brotar

Gratidão (Eu agradeço), Marie Gabriella

A presente investigação acompanhou o processo grupal com famílias de adolescentes em medida socioeducativa de internação acompanhadas pelo CRAS Oásis na cidade de Itanhaém, no estado de São Paulo, e ocorreu através da pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2014), essa abordagem se preocupa em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, crenças, valores, atitudes e hábitos presentes. Além disso, para esse estudo foi importante possibilitar a compreensão da experiência e a cotidianidade nas instituições como resultado da ação humana.

Abordagens qualitativas são aquelas capazes de incorporar a questão de significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação como construções humanas significativas (MINAYO, 2016). Para Minayo (2014) as pesquisas nascem da inserção em uma determinada realidade, e nela encontra razões e objetivos. Esta autora define a pesquisa como uma atividade básica das ciências na sua indagação e construção da realidade.

Também, definimos este estudo como uma pesquisa social. Minayo (2014) compreende ser este um tipo de investigação que trata o ser humano na sociedade, nas suas relações e instituições, na sua história e sua produção simbólica.

Esta pesquisa se classifica em descritiva e exploratória, tendo em vista obter resultados qualitativos a partir da análise das falas dos sujeitos. As pesquisas descritivas caracterizam-se pela procura em determinar status, opiniões e projeções futuras nas respostas obtidas. A sua valorização está baseada na premissa de que os problemas podem ser resolvidos e as práticas podem ser melhoradas através do uso e, também, de observações objetivas e diretas. Segundo Gil (1995, p. 46) “[...] as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.”

A presente pesquisa buscou analisar o processo grupal ofertado às famílias de adolescentes em medida socioeducativa de internação, através do trabalho social ofertado pelo PAIF em prol das famílias em situação de vulnerabilidade social e conflitos transgeracionais. O grupo teve a finalidade de acolher e acompanhar as famílias em um momento de sofrimento das mesmas devido à separação familiar por conta da internação do filho na Fundação CASA por determinação judicial.

Dentre as diferentes estratégias previstas nas pesquisas qualitativas, a pesquisa-intervenção foi adotada como a mais adequada para o processo desta pesquisa. Para Mendes Pezzato e Sacardo (2016), a pesquisa-intervenção é uma forma de investigação voltada para a prática e inovação profissional, sendo realizados encontros em grupo de pessoas com saberes diversos, o que possibilita trocas. O objetivo é de transformação social e de subjetividades, fortalecendo a autonomia dos sujeitos, a participação, e atribuindo significados para as experiências.

Durante o processo de pesquisa, observa-se uma relação dialética que se estabelece entre a pesquisadora, as famílias e o contexto em que a pesquisa acontece.

[...] o pesquisador ao investigar uma determinada situação se mantém em contato direto com as pessoas e seu território. Assim, modifica e é modificado pela experiência produzida pela intervenção. Isso acontece maior, a menor intensidade, dependendo de como cada sujeito irá se implicar com e na pesquisa, pois temos “diversos graus de participação no sentido de comprometimento em uma situação” (MENDES; PEZZATO; SACARDO, 2016, p. 1741).

Nesta pesquisa, por meio dos encontros grupais, foram ofertados temas que envolveram o relacionamento familiar inspirados na abordagem hellingeriana, com a proposta de trazer possibilidades de compreensão dos conflitos transgeracionais gerados no sistema familiar, objetivando identificar a origem destes para conseqüentemente promover e facilitar o

fortalecimento de vínculos afetivos, emancipação social e autonomia às famílias. Trata-se de proposta de intervenção na realidade por meio da educação permanente realizada a partir de um trabalho socioeducativo grupal.

Neste sentido, a pesquisa-intervenção altera a clássica afirmação: “conhecer para transformar” da pesquisa-ação por “transformar para conhecer”, e “ainda coloca o pesquisador enquanto produtor de novos sentidos e novas intercessões” (MENDES; PEZZATO; SACARDO, 2016, p.1741).

Procedimentos

Inicialmente, foi previsto para o grupo um total de cinco encontros para abarcar cinco temas, numa frequência mensal. No entanto, em função da pandemia da COVID-19 e das normas de distanciamento social, foram realizados três encontros antes da pandemia e dois durante a pandemia, quando normas de distanciamento social foram abrandadas. O primeiro e segundo encontros aconteceram em fevereiro de 2020 e foram sobre o mesmo tema, tendo em vista a dificuldade de compatibilidade de horários das participantes. O terceiro encontro foi realizado no mês de março. Depois, houve a suspensão por quatro meses dos encontros seguintes previstos. O quarto e o quinto encontro foram realizados nos meses de agosto e setembro de 2020, respectivamente.

Os encontros grupais foram gravados por meio de um gravador de voz, e filmados com celular, e contaram com o apoio de duas auxiliares da pesquisa: uma estagiária de psicologia e outra de serviço social do CRAS (essa participou apenas de dois encontros). Utilizou-se o diário de campo para anotações complementares daquilo que se mostrou necessário tomar nota. Conforme Mendes, Pezzato e Sacardo (2016, p. 1743) “a escrita num diário é uma escrita verdadeira, um documento que contém o que foi vivido, o que foi percebido do que foi vivido, com suas contradições, dúvidas, conflitos, alegrias, o que tocou e atravessou da experiência no campo, na pesquisa”.

Pontuamos que foram utilizados conhecimentos teóricos e práticos, dinâmicas e músicas para exposição da abordagem hellingeriana. Tais conhecimentos compõem o rol da formação complementar da pesquisadora, adquiridos nos cursos de Treinamentos em Constelação Familiar do IDESV (cursos de Constelação Familiar, Justiça Sistêmica, Atendimento Individual e Educação Sistêmica) e da Pós-graduação em Constelação Familiar Original Hellinger pela Faculdade Innovare. Ademais, foram utilizadas anotações em cadernos das aulas presenciais e à distância assistidas pela pesquisadora durante o decorrer da pesquisa.

Participantes do estudo

Participaram do estudo seis mães de adolescentes internados na Fundação CASA de Itanhaém. Para a participação, foram delineados como critérios de inclusão: 1) ser responsável pelo adolescente interno; 2) ser residente do município de Itanhaém; e 3) ser referenciado no território do CRAS Oásis. Inicialmente prevíamos uma reunião com as famílias de adolescentes na Fundação CASA de Itanhaém para realização do convite às famílias interessadas, porém, esse encontro não foi autorizado pelos gestores da instituição. A justificativa dada foi de que as famílias deveriam ser acompanhadas pelo CREAS e não pelo CRAS, pontuando que os técnicos da instituição entrariam em contato diretamente com os técnicos do CREAS caso alguma família necessitasse de acompanhamento familiar.

Diante da negativa, solicitamos apoio e autorização ao juiz da Comarca de Itanhaém para obter os dados das famílias. Esta solicitação foi enviada por e-mail e protocolada diretamente na Vara da Infância e Juventude com cópia do projeto de pesquisa e autorização do secretário do SADS (Anexo A). Com o passar do tempo e diante da falta de resposta, fizemos contato telefônico ao que nos foi informada a negativa, sem haver nenhum documento comprobatório.

Diante dos desafios acima citados e com intenção em manter o público alvo da pesquisa como famílias de adolescentes internos na Fundação CASA, a solução foi convidar participantes para a pesquisa no próprio equipamento do CRAS. Durante o mês de janeiro de 2020 foram colados cartazes com o convite na recepção do CRAS, complementado por convites orais nas outras atividades do serviço (como Programa Viva Leite, Renda Cidadã e grupos de acompanhamento contínuos do PAIF). Então, quatro mulheres que correspondiam aos critérios de inclusão da pesquisa ficaram interessadas.

Cabe aqui ressaltar que dentre as quatro interessadas, duas participavam do Grupo Novos Passos, e duas do Grupo Fortalecendo Laços, que são grupos realizados desde 2016 pela pesquisadora. Houve a indicação de duas genitoras por duas das mães previamente interessadas que, segundo elas, eram moradoras do território e estavam com os filhos internados na mesma instituição que os seus. Após verificação no sistema de prontuários do CRAS, foi constatado que elas eram referenciadas no equipamento, cumprindo assim os critérios de inclusão da pesquisa. Após contato, uma por telefone e outra através de visita domiciliar, ambas aceitaram participar da pesquisa.

Cenário da pesquisa

O cenário da pesquisa foi o CRAS de Itanhaém, localizada no território do Oasis. O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da PNAS. Atuando como entrada no SUAS, é responsável pela organização e oferta de serviços da PSB nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

O trabalho do CRAS consiste em desenvolver ações de PSB, através da potencialização da rede de serviços, restabelecendo os vínculos familiares e comunitários, proporcionando espaços de discussão e enfrentamento dos problemas e viabilizando a integração da comunidade, realizando a referência e contrarreferência com as políticas sociais. O principal serviço ofertado pelo CRAS é o PAIF, cuja execução é obrigatória e exclusiva. Este consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2012).

Dados coletados no site do IBGE em 2019, indicavam uma população estimada de 101.816 pessoas para o município de Itanhaém⁶. De acordo com esse tamanho populacional, o atendimento da PSB é ofertado em quatro pontos da cidade. A presente investigação foi realizada no CRAS Oasis, situado em uma região central dentro de seu território de abrangência, sendo referência para 29 bairros, além da área rural. É o território de maior índice de criminalidade e conflitos no município, incluindo dois bairros de extrema vulnerabilidade social e econômica, que são Guapurá e Oásis.

Em julho de 2020 havia 12.000 famílias referenciadas na cidade de Itanhaém, das quais 500 eram acompanhadas pelo PAIF e pelos Programas Estaduais de Viva Leite, Renda Cidadã e Ação Jovem. Das 19.293⁷ famílias cadastradas no Cadastro Único da Assistência Social, 8.781 eram beneficiárias do PBF. O município possui famílias vivendo em extrema vulnerabilidade e risco social. As atividades econômicas da área de abrangência estão direcionadas ao mercado informal e eventual, há falta de empregos, mulheres chefes de família, na maioria sem companheiros ou rede de apoio familiar, sem qualificação e baixa escolaridade. Em quase seis anos de atuação profissional neste espaço, os estudos identificaram famílias com vínculos fragilizados; indivíduos envolvidos direta e indiretamente com abuso ou uso de substâncias químicas e no sistema prisional.

⁶ Disponível no link: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/itanhaem.html>

⁷ Dados adquiridos com o gestor do Programa Bolsa Família de Itanhaém em 03/09/2020, retiradas no site mds.gov.br, sendo informações referentes a julho/2020.

Para a pesquisa (e antes do início da pandemia), utilizamos um espaço físico novo, localizado na Praça da Cidadania, na periferia do território do Oásis. Nesse espaço, além das ações do CRAS, são desenvolvidas atividades das demais políticas públicas e é um espaço idealizado para atuação das três secretarias articuladas com as organizações da sociedade civil em prol da população do território. No terceiro encontro do grupo, mudamos para outro equipamento do território, a Casa da Mulher, tendo em vista que no período de isolamento social, o espaço anterior foi depredado, ficando sem condições de uso.

Procedimentos éticos

O presente estudo se deu em conformidade com a Resolução 466/12 (2012). O estudo foi submetido e aprovado pelo Secretário e a Diretora da PSB da SADS do município de Itanhaém (Anexo A) e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Paulo. Foi aprovado em 11 de dezembro de 2019, sob parecer nº 1065/2019 (Anexo B).

Todas as participantes, após serem esclarecidas dos objetivos e procedimentos da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, Apêndice A). Em relação ao sigilo e anonimato dos dados, foram utilizados nomes fictícios para as participantes, escolhidos por elas mesmas.

Análise dos dados

Foi empregada análise de conteúdo enquanto procedimento técnico e de avaliação dos dados. Esse tipo de análise foi escolhido tendo em vista sua aplicabilidade à abordagem hellingeriana ao compreender a investigação social com grupos, englobando teoria e prática simultaneamente em prol do aperfeiçoamento do processo de trabalho do profissional de ajuda. Foram levantados *a priori* temas de interesse para os grupos, com objetivo de proporcionar estímulos para comunicação e conscientização das relações familiares, identificação de vulnerabilidades sociais e conflitos transgeracionais, exclusão de membros familiares, num processo de inferência no contexto familiar das participantes.

Na análise temática, o tema traz o conceito central e, através da comunicação em grupo, podem surgir palavras, frases ou contextos de vida que direcionam a resposta dos objetivos propostos na pesquisa. Para Bardin (1979, p. 105) “O tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia

a leitura”. Minayo (2014) em seu livro “Desafios do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde”, cita a definição de análise de conteúdo para Bardin e, em seguida complementa:

... análise de conteúdo diz respeito a técnicas de pesquisa que permitem tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos. Em comum, as definições ressaltam o processo de *inferência* (MINAYO, 2014, p. 303, grifo da autora).

Para análise do material produzido nesta pesquisa utilizamos uma leitura minuciosa de cada grupo transcrito, uma etapa desgastante, porém de conscientização do processo prático da pesquisa. A cada nova releitura do material descobria-se algo novo e dinâmico no contexto das participantes, da instituição e dos profissionais atuantes neste estudo.

Dentre as várias modalidades de análise de conteúdo, a escolhida e mais apropriada para esta investigação foi a análise temática visto que, no desenvolvimento prático de cada grupo, foi escolhido temas pensados a partir dos objetivos da pesquisa em consonância com o referencial teórico abordado durante o percurso da investigação. Identificamos os núcleos de sentido, elencando categorias de análise para posteriormente seguir as seguintes etapas, quais foram: 1) pré-análise; 2) exploração do material e tratamento dos resultados; 3) inferência e; 4) interpretação baseada no referencial teórico estudado.

Na segunda etapa foram escolhidas unidades de análise, como palavras, frases, gestos ou acontecimentos históricos na família, que configurassem recortes do objetivo proposto pela pesquisa. Todo conteúdo foi lido e estudado para início do processo de categorização, para que fossem escalados os elementos que indicassem significados e uma visão ampla do tema pesquisado.

No estudo de inferência e interpretação dos dados, procuramos analisar as falas e histórias familiares mencionadas pelas participantes da pesquisa, e assim analisar aquilo que as participantes trouxeram e relembavam de seus contextos familiares, em interação com o referencial teórico da pesquisa. As categorias e subcategorias de análise estão apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias e subcategorias de análise

Categorias	Subcategorias
Tema 1 - Pertencimento familiar	Família, pais, irmãos, companheiro ou marido, filhos, exclusão de membros familiares.
Tema 2 - Hierarquia	Ordem, parceiros, filhos, nascimento (vida), irmãos, troca de papel.
Tema 3 - Equilíbrio entre dar e receber	Casamento, separação, dar e receber, trocar, conflitos.
Tema 4 - Exclusões dos membros da família	Consciência individual e coletiva, certo x errado, histórias transgeracionais, repetições.

Fonte: elaboração própria.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

*Deste jardim, cujo eu sou jardineiro
E de amor eu sempre vou regar
És a fonte deste amor tão verdadeiro
O meu herdeiro quem eu vou sempre cuidar*

*Só lhe peço verdade e respeito
Com aquele que te fez e te criou
Esse é um sábio procedimento
Para poder aumentar o seu valor*

*O resto é só lembrar de agradecer
Para ter sempre paz no coração
Aproveitar tudo o que merecer
E deixar a vida em minhas mãos*

Gratidão (Eu agradeço), Marie Gabriella

O planejamento inicial dos grupos previa a realização dos encontros nos meses de fevereiro a maio de 2020. Para isso, após o convite e aceitação das participantes, foi confeccionado um banner para dar boas-vindas (Figura 1), oferecer um espaço acolhedor e propício às discussões que surgiriam. Então, foi criada uma arte e dado um nome grupo, que passou a ser chamado “Integrando Vidas” – direcionando a proposta para uma identidade grupal e pertencimento de um coletivo.

Também, foi confeccionado um calendário para ser entregue às participantes com intuito de facilitar o agendamento (Figura 2). Contudo, as três últimas datas que constam no material impresso tiveram de ser modificadas devido à pandemia da COVID-19.

Figura 1 – Banner de boas-vindas



Figura 2 – Calendário



DATAS DOS PRÓXIMOS ENCONTROS

- 06/03
- 03/04
- 01/05
- 22/05

Local: Praça da Cidadania
Rua Manoel Ribeiro dos Santos
s/nº - Jardim Oásis

(sempre às 9:00h)

2020

20 - Outubro

MARÇO 2020

SEM.	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
10	1 <small>a1</small>	2 <small>a2</small>	3 <small>a3</small>	4 <small>a4</small>	5 <small>a5</small>	6 <small>a6</small>	7 <small>a7</small>
11	8 <small>a8</small>	9 <small>a9</small>	10 <small>a10</small>	11 <small>a11</small>	12 <small>a12</small>	13 <small>a13</small>	14 <small>a14</small>
12	15 <small>a15</small>	16 <small>a16</small>	17 <small>a17</small>	18 <small>a18</small>	19 <small>a19</small>	20 <small>a20</small>	21 <small>a21</small>
13	22 <small>a22</small>	23 <small>a23</small>	24 <small>a24</small>	25 <small>a25</small>	26 <small>a26</small>	27 <small>a27</small>	28 <small>a28</small>
14	29 <small>a29</small>	30 <small>a30</small>	31 <small>a31</small>	<small>02</small> cresc	<small>09</small> cheia	<small>16</small> ming	<small>24</small> nova

2020 FEVEREIRO 2020

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29

ANOTAÇÕES

2020 ABRIL 2020

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

Utilizamos nomes fictícios com intuito de preservação da identidade das participantes, e assim garantir o sigilo e anonimato delas. Os nomes foram escolhidos pelas próprias participantes durante os primeiros dois encontros. Essa proposta serviu também para que elas pudessem participar desde o início no processo desta pesquisa, proporcionando um sentimento de pertencimento ao coletivo grupal. No Quadro 3 estão apresentados dados de características das participantes, identificadas pelos nomes fictícios, a respeito de idade, formação, estado civil, número de parceiros que tiveram na vida, número de filhos, trabalho atual, renda mensal, valor dos benefícios recebidos e situação da moradia.

Quadro 3 – Perfil das participantes

Participante	Idade	Formação	Estado civil	Parceiros	Filhos	Trabalho	Renda (R\$)	Benefício (R\$)	Moradia
Júlia	40	6ª ano	casada	3	11	cozinheira	1000,00	838,00	financiada
Eliane	51	superior	divorciada	5	3	escriturária	1350,00	-	própria
Franciele	34	5º ano	solteira	4	5	faxineira	3000,00	346,00	doadada
Paola	39	4º ano	solteira	5	6	faxineira	800,00	279,00	própria
Perla	46	8º ano	divorciada	2	3	faxineira	980,00	211,00	financiada
Pamela	36	7º ano	casada	1	5	do lar	700,00	446,00	financiada

De forma geral, a idade das participantes variou entre 34 e 51 anos. Com relação à escolaridade, observa-se que cinco delas tinham ensino fundamental incompleto, e apenas uma possuía Ensino Superior (curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos feito à distância). A respeito do estado civil, duas eram solteiras, duas casadas e duas divorciadas. As solteiras e as divorciadas moravam apenas com seus filhos (sem outros membros da família).

Quanto à quantidade de parceiros, entendemos ser um dado importante nesta pesquisa visto que, segundo a abordagem hellingeriana, estes homens pertencem ao sistema familiar, o que interfere na hierarquia dentro do sistema. Na quantidade de filhos, observa-se que Julia tinha o maior número, porém, dos 11, três eram enteados. Ressalta-se que todas tinham mais do que três filhos.

Sobre a situação de trabalho, apenas duas estavam trabalhando formalmente: Eliana que era funcionária pública da Prefeitura Municipal de Itanhaém, na função de recepcionista, e Perla que era auxiliar de limpeza em escritório de contabilidade. Franciele e Paola eram faxineiras informais, e Julia cozinheira autônoma (preparava e vendia marmitas em sua residência informalmente em um território de moradia popular).

Franciele recebia renda fixa de um salário-mínimo proveniente do Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência (BPC), pois seu filho de sete anos tinha paralisia em um braço (sequelas de um acidente vascular cerebral). Ela complementava o restante de sua renda com trabalho informal de faxineira. Outro dado que merece esclarecimento é sobre a renda de Pamela que era proveniente do trabalho informal do marido.

Diante dos dados sobre o PBF, apenas uma participante não recebia este benefício de transferência de renda, a Eliane. Apesar de possuir renda que ultrapasse o limite para receber o benefício, verificamos que estava excluída do Cadastro Único do Governo Federal. Ao tentar entender sua situação, percebemos que a exclusão do cadastro aconteceu por desconhecimento dela da necessidade de atualização dos dados cadastrais há cada dois anos no CRAS.

Quanto à moradia, a maioria tinha casa financiada pelo Programa Minha Casa Minha Vida, em território específico de moradia popular; uma foi beneficiada com a doação da residência pelo Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal; as outras duas possuíam casa própria. Uma delas foi contemplada com o apartamento pelo Programa Minha Casa Minha Vida e não conseguiu se adaptar, e então o transferiu para terceiros e voltou para sua residência anterior.

Encontros grupais

Ao todo, aconteceram cinco encontros do grupo. Foram trabalhados temas diferentes em cada um deles, ressaltando que no primeiro e segundo encontro foi discutido o mesmo tema. No Quadro 4 está apresentada a presença de cada participante nos encontros (cada participante está representada com uma cor, para melhor visualização). Eliane e Pamela frequentaram todos os grupos; Julia faltou apenas no último encontro; Franciele e Paola participaram em dois e; Érica, acompanhando sua mãe Paola, participou de um encontro.

Quadro 4 – Presença das participantes por encontro

Encontro	Participantes						
Primeiro (19/02/2020)	Eliane	Pamela	Júlia				
Segundo (28/02/2020)				Franciele	Paola	Paula	
Terceiro (06/03/2020)	Eliane	Pamela	Júlia		Paola		Érica (filha da Pamela)
Quarto (07/07/2020)	Eliane	Pamela	Júlia	Franciele			
Quinto (30/09/2020)	Eliane	Pamela					

Fonte: elaboração própria.

Tema 1 “Pertencimento familiar”

O primeiro e o segundo encontro foram utilizados para a realização da apresentação da pesquisa, do compromisso ético e do TCLE. Os encontros foram com participantes diferentes, tendo em vista a dificuldade encontrada em reunir todas as participantes em uma data única. Após duas tentativas de início adiadas devido às chuvas e alagamento no local, a opção foi realizar os grupos em datas distintas para que as seis pudessem participar dos grupos, mesmo que não ao mesmo tempo.

Os encontros realizados com o mesmo tema ocorreram no mês de fevereiro de 2020, um no dia 19 e outro em 28. Inicialmente, foi realizada uma explanação sobre o trabalho socioeducativo desenvolvido pelo CRAS, através do PAIF. Posteriormente explicamos os temas a serem trabalhados nos próximos encontros, firmando assim um compromisso com as participantes. Na segunda hora destes encontros iniciamos a abordagem do primeiro tema previsto, Pertencimento Familiar, o primeiro princípio básico da vida ou “ordens do amor” da abordagem hellingeriana, objetivando uma reflexão sobre os membros familiares.

i) Primeiro encontro (19/02/2020)

Interessante observar que após todo planejamento e organização prévia para a realização deste encontro, no fim foi diferente do previsto. A ansiedade ou ânsia pela perfeição, foram anotadas no diário de pesquisa como um dos desafios vivenciados no cotidiano da prática

profissional desta pesquisadora e observado nas falas de outros profissionais do SUAS. Faz refletir o quanto é importante o planejamento das ações para o desenvolvimento do PAIF, um serviço que objetiva o acompanhamento integral de famílias no território do CRAS.

Neste primeiro grupo, foi explicado sobre o PAIF, que esse objetiva o fortalecimento das famílias no território de moradia. O grupo Integrando Vidas era específico para famílias de adolescentes internados na Fundação CASA, com proposta de criar um espaço de troca de conhecimento entre participantes e pesquisadora, momento para exposição de conflitos e relações familiares. Segundo Eliane disse:

Que legal! Acho que um espaço assim pode ajudar a gente, desde que meu filho foi internado, eu não tenho com quem falar, as vezes me sinto culpada e não tenho com quem dividir, dá vergonha né?

Para Braga (2018, p. 05) “A política de Assistência Social deve então ‘apoiar’ a família quando esta fracassar no seu papel de ‘núcleo básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social’, para que esta recupere sua função protetiva”. No entanto, na prática, mesmo seguindo todos os cadernos de orientações e normativas que direcionam o trabalho social com famílias, não há metodologia específica para o desenvolvimento do serviço, o que gera dúvidas aos profissionais do SUAS. Como trabalhar com famílias que perpassam por ciclos de violência, vulnerabilidade social e conflitos familiares? Qual a metodologia usar e a sua eficácia?

Para Guimarães e Almeida (2002) o trabalho com famílias não pode ser feito de forma aleatória e pragmática. É fundamental ter como preocupação constante no processo de trabalho discussões sobre ações solidárias, direitos sociais, propostas de geração de renda, direito ao acesso e participação nos bens culturais e de lazer na cidade.

Diante da fala de Eliane, pode-se inferir que o simples fato de ter um espaço de escuta e fala é suficiente para que se possa trocar conhecimentos e para que ela possa trazer para o contexto do grupo suas dificuldades, o sentimento de sentir-se culpada pela situação do filho e sofrimento pela ausência do filho. No caso das famílias com filhos que cometeram ato infracional, muitas sentem-se envergonhadas por isso.

Nesse sentido, a abordagem hellingeriana se mostra pertinente ao contexto pois compartilha o conhecimento em grupo sobre os princípios básicos da vida. Para Bert Hellinger, é importante que os temas trazidos possam viabilizar a lembrança das histórias familiares, trazendo à consciência situações conflitantes já vivenciadas por gerações anteriores. Porém uma

das dificuldades de utilização deste conhecimento é o fato de que não existe uma regra, cada caso é um caso, por isso a importância de o profissional vivenciar e experienciar uma mudança de postura, permitindo um olhar neutro e sem julgamentos para cada história familiar.

Nesse dia, ao refletirmos sobre o tema Pertencimento Familiar, foram feitas perguntas que direcionassem as participantes a se lembrar dos membros de suas famílias, inclusive os excluídos por problemas como alcoolismo e envolvimento no crime. Nisso, Pamela teve a seguinte lembrança:

Era o meu caso... Minha mãe morreu de tanto apanhar do meu pai, era muito sofrimento, eu tinha um mês de vida, mas me contaram tudo. Fui criada pela minha tia paterna, uma mulher ruim, me batia, casei cedo, tinha 14 anos. Mais tarde isso aconteceu comigo, meu marido me batia e isso também afetava meus filhos, várias vezes eles viram ele vindo para cima de mim me bater até que uma hora eu disse que ele ia ficar sozinho e não queria mais essa vida pra mim, não queria morrer na mão de um homem.

Neste encontro estavam presentes três participantes e observamos as caras surpresas delas ao ouvir a participante contar algo tão trágico sobre sua família de origem, trazendo a lembrança de seus pais. Em seguida pontuamos a mudança em sua família atual, refletindo a evolução em sua história de vida, já fazendo conexões com a abordagem hellingeriana:

[...] muitas vezes ao criticar a história de algum membro, a pessoa fica presa a esse sofrimento, assim há grandes chances da história se repetir, exatamente como aconteceu. Mas você conseguiu a força necessária para sair dessa situação (PESQUISADORA).

Imediatamente, a mesma participante trouxe ao grupo sua mudança de postura, pontuando que esta força veio por conta de seus filhos, ou seja, não poderia deixar os filhos órfãos de mãe como lhe havia acontecido. Em seguida, ela trouxe um fato de repetição de história, a consciência de que o filho internado repetiu a história de seu pai ao se envolver em tráfico de drogas mesmo sem conhecê-lo. Também, marido agressivo e usuário de álcool, repetindo aquilo que seu pai era com a sua mãe.

Sempre me vinha em mente que a minha mãe morreu e deixou eu e minha irmã, eu não queria morrer e deixar cinco filhos. Meu pai bebia muito, ele chegava bêbado, muitas vezes drogado, jogava pratos e batia na minha mãe e ela não conseguia se defender. E isso se repetiu comigo, meu marido já quebrou a casa inteira, chegou a ser preso por conta dessa situação. Eu sei que se eu tivesse aceitado, o meu futuro ia ser o mesmo da minha mãe. E isso eu sinto que prejudicou meus filhos, porque um é muito agressivo, diferente do que está internado, ele já é muito mais calmo. Quando o irmão foi preso, meu outro filho foi para cima de mim dizendo que a culpa era minha, já o irmão nunca teve esse tipo de reação (PAMELA).

Outra participante confundiu a história do pai e do marido, dizendo:

Nossa, mesmo os filhos não tendo convivido com o marido dela a situação refletiu muito neles [espanto] ... Ou seja, realmente repete a história. Isso já está dentro da família? (ELIANE).

A fala possibilitou esclarecer a confusão com o apoio da participante, e logo apontar que cada caso é um caso, não acontecendo em todas as famílias situações iguais. Neste caso, pode-se observar que houve repetições, as quais faz a genitora lembrar de fatos que ela tinha esquecido, excluindo o seu pai da sua vida. Hellinger, S (2019a, p. 27) exemplifica as repercussões e desordens na família ao privar um membro do pertencimento com casos práticos: “Quando um membro da família é excluído, porque a família sente vergonha, por exemplo [...] um membro da família, [...] que cometeu alguma transgressão”. Esta participante era integrante de outro grupo do CRAS conduzido pela pesquisadora e foi em um destes grupos anteriores que ela lembrou do pai com sentimento de vergonha. No grupo da presente pesquisa, em sua fala, trouxe que o filho se envolveu no mesmo ato ilícito que seu pai (avô do menino, no caso), aquele membro excluído da família.

Não, na verdade meu filho está internado por tráfico de drogas, a mesma história do meu pai, mas meu filho nem conhece o meu pai. E lembrando da história ele é muito igual ao meu pai (PAMELA).

Na abordagem hellingeriana, o pertencimento familiar, um dos princípios básicos da vida, nos mostra que problemas familiares surgem a partir da violação destes princípios. No caso acima citado, observamos que também foi violado a ordem de chegada à vida, o princípio da Precedência, sendo este o segundo tema abordado nos encontros. Segundo Bert Hellinger, a exclusão de um membro da família produz um emaranhamento entre descendentes e esses ancestrais excluídos, levando-os a repetir inconscientemente seus destinos. Neste caso, a internação, ou seja, a separação do filho, nos mostra um comportamento de exclusão, semelhante ao que se passou em relação ao avô, exemplificando o que Hellinger nomeia de emaranhamento familiar (HELLINGER, S., 2019).

Para este encontro estava programada uma atividade, o genograma⁸, uma ferramenta de apoio já usado por profissionais do serviço social para compreensão dos arranjos familiares.

⁸ Modelo retirado do curso de Educação Sistêmica, realizado pelo IDESV, ministrado pela Professora Hellen Vieira da Fonseca em 2016, sendo o mesmo retificado com o logo da arte do grupo Integrando Vidas.

De acordo com Macedo (2014, p. 10) o uso deste recurso agrega “possibilidades de trabalhar com famílias, ajudando-as a perceber as interligações entre seus componentes, os padrões que se repetem, os cortes emocionais, as triangulações, enfim, o nível de diferenciação nas sucessivas gerações e suas influências”. No entanto, não houve tempo hábil durante o encontro e ficou a proposta de que realizassem em casa, caso fosse de interesse delas, e deixando claro não ser obrigatório, mas que o exercício poderia ajudar a reconhecer os integrantes da família.

ii) Segundo encontro (28/02/2020)

O segundo encontro foi reagendado por duas vezes devido a chuvas e alagamentos para que participantes que não puderam comparecer no encontro anterior fossem integradas na pesquisa. Por conta disso, a proposta desse encontro era de fazer uma “repetição” do primeiro, tendo o mesmo tema e processo cronológico. No entanto, a dinâmica do grupo foi diferente já que cada integrante tem um perfil, modificando assim um coletivo.

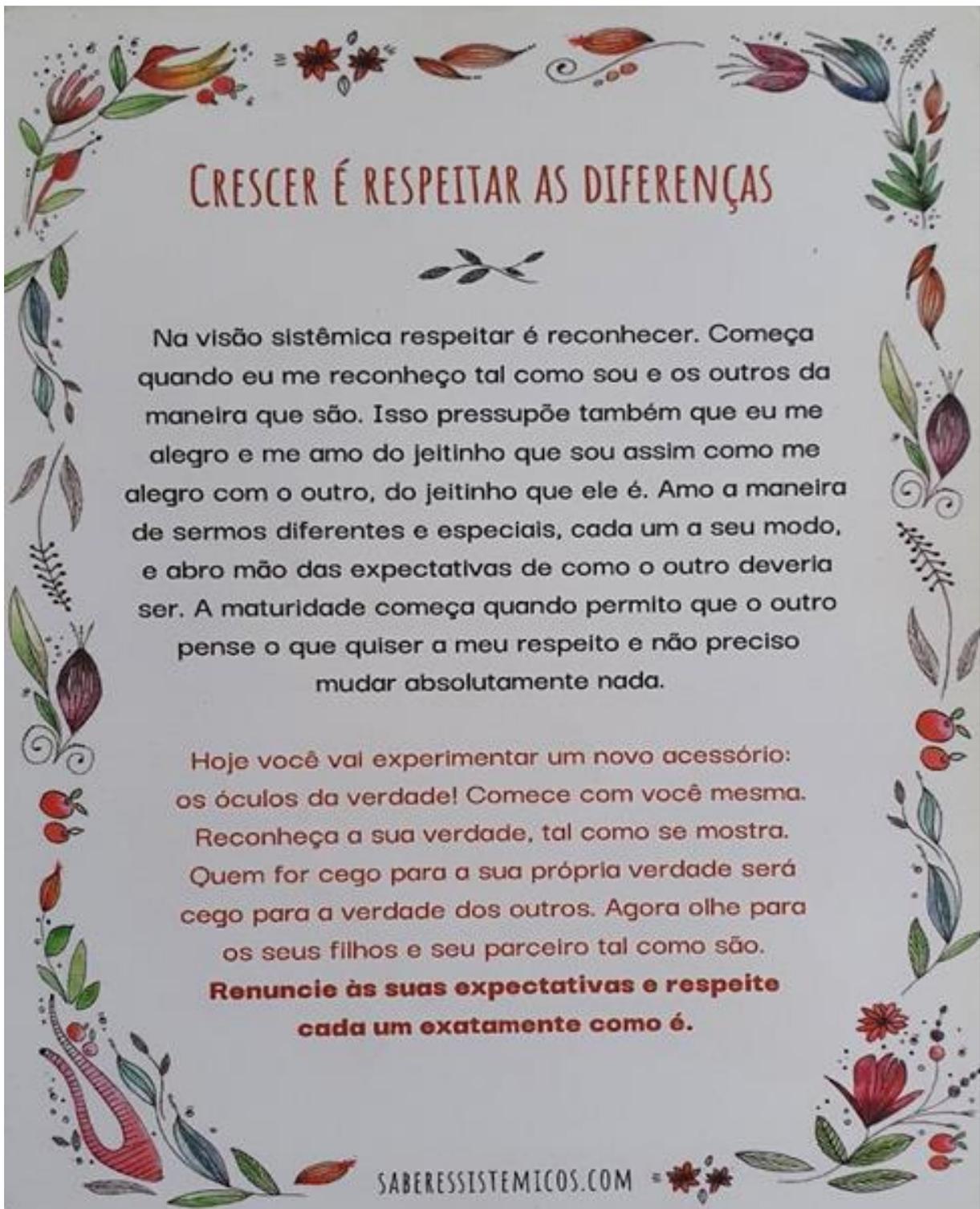
Cabe ressaltar que as três participantes já foram acompanhadas por esta pesquisadora. Duas integrantes participavam de outros grupos do PAIF, sendo que Franciele era acompanhada por vários atores do SGD como a vara da infância e juventude, saúde (CAPS I e Programa CUIDAR), educação, conselho tutelar e assistência social (CRAS E CREAS), tendo seus filhos sido abrigados por um período (fato que a levou a ser contemplada com uma casa popular). Seus dois filhos adolescentes foram moradores de uma favela e traficantes – um deles morava com ela, e outro estava internado na Fundação CASA à época dos encontros da pesquisa.

Observamos que neste grupo as participantes eram “mais falantes”. Durante a assinatura do TCLE, por exemplo, uma das integrantes contava sua história de vida para outra (o que não foi possível transcrição devido ao volume do áudio) e conversavam entre si. Observa-se também que nesse dia a pesquisadora estava menos tensa e objetiva, o que nos mostra que a experiência traz mudança no profissional que coordena o grupo.

No planejamento anterior à data do encontro, tivemos a ideia de apresentar para as participantes uma reflexão retirada de um material pedagógico “Cartas de saberes sistêmicos para as mães”⁹ (Figura 3). Este grupo iniciou com esta diferença, já introduzindo o tema proposto e abrindo espaço para reflexões e falas das participantes.

⁹ Material adquirido durante um treinamento em Justiça Sistêmica, um dos cursos do IDESV, ministrado pelo professor José de Magalhães Campos Ambrósio, em 2020. Este instituto comercializa livros e materiais didáticos produzidos por seus alunos, tendo este material sido criado por uma aluna do curso de Educação Sistêmica.

Figura 3 – Reflexão “crescer é respeitar as diferenças”



Fonte: Saberes Sistêmicos para Mães (FELICIO, 2019)

Paola falou sobre seus filhos e parceiros, repetição de histórias familiares, seu jeito de ser, sobre o seu uso de drogas, contando os detalhes de como iniciou e como foi diminuindo o uso, abordando que seus filhos nunca conseguiram esconder isso dela, visto sua experiência no assunto. Os detalhes sobre sua experiência com o uso de drogas eram desconhecidos pelas outras participantes. Nesse momento do grupo foi possível observar pelas expressões da participante Perla o juízo de valor, ao mesmo tempo em que reconhecia a importância daquele aprendizado. Já a participante Franciele, dava gargalhadas, as quais demonstravam, espontaneidade e espanto pela sinceridade da participante, além de concordância, visto que vivenciou com seus dois filhos e parceiros situações parecidas, fatos ocorridos em sua vida de difícil aceitação, sendo ela uma participante tímida, que falava pouco de sua vida.

Aqui entendemos ser importante trazer a fala inicial da participante Paola que iniciou as reflexões:

Sim, eu falava da caminhada dos meus filhos, porque eu fiz, eu falo assim pra eles, “filho a mamãe fez”, porque eu fiz mesmo [gargalhada de Franciele, momento que Paola olhou e riu para ela confirmando com a cabeça], eu só falo para eles que por mim eles não usariam drogas, não estavam lá, porque o pouco que a gente tem, a gente divide, mas não está bom para eles, querendo ou não, nesta cidade não tem nada [observa-se tom de voz elevado e gestos com as mãos] então para ele o tráfico é um modo de ganhar dinheiro né? (PAOLA).

Momento que a pesquisadora disparou a seguinte pergunta:

Você fala ter um pouco mais de dinheiro? (PESQUISADORA).

A participante confirma e as outras concordam, afirmando com a cabeça, em seguida vem a frase justificando o envolvimento dos filhos no tráfico.

O tráfico é uma forma de ganhar dinheiro para comprar as coisas deles (PERLA).

Nesse momento, a pesquisadora aborda a questão sob um outro ângulo, referindo que, muitas vezes, o tráfico de drogas não é apenas por dinheiro, mas pode ser por algo que aconteceu nas histórias anteriores, seja da família ou do país. Ao falar em história brasileira, não explicitou em sua fala, mas referia-se ao uso de ervas, uma cultura vivenciada no Brasil pelos moradores nativos, os indígenas.

Ao destacar o tema da repetição transgeracional, Paola traz reflexões seguidas de indagações:

Será que eles pensam assim “se minha mãe fez, vou fazer também”? Se bem que meus filhos foram descobrir que eu usava droga quando eles já tinham uns 13 a 14 anos, mas aí eles já estavam começando a dar um traguinho aqui, outro ali. Porque a gente não é besta, eu conheço bem, chegava falando “uma fome, uma fome” com olho vermelho, dizendo que era o sol. Aí eu já falava “para cima de mim?!” Qualquer estilo de droga eu conheço. Eu nunca fui presa, mas já andei muito de camburão (risos). [...] Andava muito com traficantes, e como se diz “quem anda com os porcos come lavagem”, não adianta eu falar que eu não tava, se eu tava com a pessoa, mas não estava fazendo nada de errado.

Na fala da participante pode-se compreender que os filhos, mesmo sem saber do seu uso e envolvimento com as drogas e suas ações de rebeldia, repetiam a sua história. Isso nos mostra, na prática, a existência de um campo morfogenético atuante nesta família. Schützenberger (1997, p.79) diz “Os duelos não feitos, as lágrimas não derramadas, os segredos de família, as identificações inconscientes e lealdades familiares invisíveis passam para os filhos e os descendentes.”

Paola contou algumas recordações de sua adolescência, o trabalho que deu para seus pais com a sua rebeldia. Em continuação ao diálogo, contou sobre seu uso de drogas e a gravidez na adolescência, sendo este acontecimento que a fez parar com o uso de crack. Depois citou o nome de cada um de seus filhos, apresentação proposta naquele encontro. Dando continuidade, as outras participantes se apresentaram, falando um pouco de sua história e membros familiares. Iremos analisar aqui a fala de cada uma delas.

Meu nome é Paola, eu tenho seis filhos, três netos e sou solteira (PAOLA).

Esta participante contou também que tinha o interesse em ter seis filhos, assim como sua mãe, recordando-se naquele momento de seus irmãos.

Perla, então, contou sobre sua família

Meu nome é Perla e eu tenho 46 anos, tenho três filhos: um de 23 anos que é pai dos meus dois netos; um de 15 anos que atualmente está internado na Fundação e; um de 13 anos. Eu cheguei a participar de dois grupos no CRAS, por causa do meu Bolsa Família, meu filho tava faltando na escola, eu nem sabia, lembra? Mas logo foi preso. Parei de ir porque fiquei mal. Sou divorciada. Meu filho que tá preso presenciou muitos conflitos com o pai dele, ele ficava me protegendo, o pai dele bebia muito e chegava me batendo em

casa. Os dois mais novos são deste último marido e o mais velho é do primeiro casamento. O Raniel eu tive com 22 anos de idade.

Perla ao se apresentar falou sobre seu trabalho e suas qualidades, frisando que nunca se envolveu no meio delitivo, nomeando de “coisas erradas”. Disse, no entanto, que era “contra” as pessoas que o fazem, se comparando à participante que revelou ser o seu oposto. Segundo ela, seu filho adentrou no mundo “das coisas erradas” por curiosidade. Falava em nome de Deus, demonstrando sua religiosidade e agradecendo a todo momento. Agradeceu a internação do filho referindo que, ao ser apreendido no início de seu envolvimento no ilícito, isso evitou ocorrências piores como sua morte ou se tornar um bandido. Contou que o filho adoeceu dentro da instituição e foi bem cuidado pelos profissionais. Falou de seu bom comportamento e da esperança que ela tinha de ele sair logo. Cabe aqui a observação que, em 2019, antes deste filho ser internado, Perla participou em um grupo do PAIF chamado “Fortalecendo Laços” no CRAS por motivos de suspensão do benefício do PBF, em consequência da ausência deste filho na escola.

A última que se apresentou, Franciele, era acompanhada pelo PAIF desde julho de 2018, momento que mudou para o território do CRAS Oasis. Tinha acompanhamento também do CREAS, Programa Cuidar¹⁰, CAPS Infantil, Conselho Tutelar, Ministério Público e Vara da Infância e Juventude. No CRAS foi acompanhada por meio de atendimentos individuais e grupais.

Meu nome é Franciele, tenho 34 anos e tenho cinco filhos. Uma filha de nove anos mora com a minha mãe e o Vinicius está internado na Fundação CASA. Eu morava lá com ela, agora faz dois anos que moro neste bairro porque ganhei a casa, né. Participo dos grupos já um tempo, quando eu posso, né [gargalhada] porque nem sempre eu consigo, tem as crianças, as faxinas, mas eu gosto destes grupos, me ajuda muito. Meu filho de 14 anos usava crack, roubava, ficava na favelinha, lembra? Foi internado por uma semana, mas não adiantou nada. Saiu do hospital e, no mesmo dia, ganhou uma geladeira velha, vendeu e usou de novo. O médico do Cuidar até desistiu dele. Eu custei para trazer ele para casa comigo, ele não tomava banho [risos]. É um filho carinhoso. Você conversou muito comigo sobre o pai dele [gargalhada], eu nem lembrava mais deste homem. E depois comecei a falar com o Gabriel [segundo filho, nome fictício] do pai, comprei uma égua para ele que tá com filhote, ele foi melhorando, parou de usar crack, cuida da égua, gastei uma nota para comprar. Ainda fuma maconha, mas me ajuda com as crianças, a casa, faz até comida. O pai dele tá preso... comecei a ter notícias pelas tias. Ele quer conhecer o pai, mas não tem jeito né... Como é que faz? Tá preso... é quem sabe um dia né? [gargalhadas] (FRANCIELE).

¹⁰ Um núcleo de apoio para cuidados especializados com profissionais das três secretarias localizado no mesmo espaço físico que os CAPS.

Interessante Franciele ter contado tantos detalhes da sua história, pois sempre era tímida nos grupos. Observa-se que, ao falar de algo trágico em sua vida, dava gargalhadas, um disfarce e ao mesmo tempo vergonha de sua realidade. Acredita-se que, ao ouvir as histórias de Paola, tomou coragem de se expor no grupo.

Segundo Franciele, seu filho (Gabriel) roubava para usar crack, E vivia nas ruas. Devido aos roubos na favela, por vezes teve que ser protegido pelo irmão mais velho (Vinícius), visto que geralmente quem rouba na favela, pela lei do crime, é morto. Em atendimento individual, ao contar sobre seu relacionamento com o pai do adolescente, relembrou inclusive que o amara, abrindo um novo olhar para sua própria história com este homem. Ela não era consciente de que os filhos repetiam partes da história do pai que, além do crime, tinha também o vício das drogas. A separação deste homem, pai de seus dois primeiros filhos, ocorreu devido à mudança de cidade – ele foi morar junto com os pais dele e ela não pôde ir. Naquela época, ela seguiu os conselhos de sua mãe, a qual dizia que o genro não prestava, não tinha futuro bom ao lado dele, sendo o genro igual ao pai dela.

Nas falas da genitora, Gabriel aprendeu a usar drogas dentro do Abrigo junto com uma criança de 10 anos, fizeram amizade durante o período que estiveram abrigados e andavam juntos. Portanto, Franciele culpava os profissionais que o abrigaram e não confiava nos profissionais que a acompanhavam nos diversos locais, sentindo “medo” da justiça. No auge do uso de crack de Gabriel, julho de 2018, ela pedia ajuda nos atendimentos no CRAS, demonstrava um sentimento de cobrança por parte dos profissionais que a acompanhavam. Segundo ela, as consultas no CAPS I eram agendadas no período da manhã e era impossível levar Gabriel que, nos dias que dormia em casa, não acordava, em outros ela não sabia onde ele estava. Ela conta que em reunião no Programa Cuidar, os profissionais que lá estavam pediram que ela fosse nas consultas com o psicólogo e psiquiatra mesmo sem o filho – deixando clara a cobrança a respeito do seu papel de mãe.

No dia da reunião de rede no Núcleo do Programa Cuidar, Franciele havia levado consigo sua filha recém-nascida (de colo) e o filho de quatro anos que estava pleiteando BPC por ter uma deficiência (possui uma paralisia de um lado do corpo, sequelas de um acidente vascular cerebral). Naquele momento sua renda era proveniente apenas de seus trabalhos avulsos como faxineira e do PBF. Não recebia pensão alimentícia dos pais de seus filhos e, solicitou judicialmente apenas a pensão da última filha. Ela relatou sentir medo, no entanto, de

perder esta para os avós paternos. Pode-se perceber a situação de Franciele como de extrema vulnerabilidade econômica e social.

Durante as conversas no CRAS, em atendimentos individuais anteriores ao trabalho em grupo, Franciele foi revendo sua história, lembrando do pai dos seus dois primeiros filhos, e se conscientizando da importância deste homem. Passou a falar sobre ele para o filho e, conseqüentemente, Gabriel passou a se interessar em saber mais sobre seu pai. Havia ali uma história oculta para ele, já que era pequeno quando o pai foi embora. Mesmo sem ter tido muita convivência, sentia sua ausência e repetia sua história, além de buscar nas drogas, o pai. Quanto ao filho de Franciele internado na Fundação CASA, esse fazia uso de maconha e traficava. Ele morava com os traficantes antes da internação tendo, quem sabe, suprido sua necessidade da figura paterna junto a essas figuras de autoridade no grupo em que estava inserido. No entanto, tendo em vista o aspecto de transformação e intervenção social dessa pesquisa se faz relevante não apenas um possível entendimento dos fatores sistêmicos envolvidos no consumo de drogas como também, no caso, entender e compartilhar esse entendimento com a mãe, de como ela pode ajudar o seu filho partindo dessa compreensão do consumo de drogas ter uma possível relação com a falta do pai.

. Bert Hellinger traz a seguinte reflexão sobre o tema:

E as mães? Como elas ajudam seus filhos viciados? Elas reconhecem que, para seus filhos, são apenas uma metade, e nunca totalidade. Ao invés de manter seus filhos longe do pai, os guiam com amor até ele.

Esse movimento começa quando verem e amarem, em seus filhos, também o pai deles, recordando o tempo feliz em que se sentiam em unidade com ele em todos os aspectos. Dessa forma, reconhecem seu anseio por ele e se tornam um com ele novamente – e saudáveis (HELLINGER, 2017, p. 111).

Encerramos as atividades daquele encontro com uma explicação sobre o PAIF, pontuando que o grupo objetivava troca de conhecimentos e acompanhamento de famílias de adolescentes em MSE. Em seguida, foi feita uma reflexão sobre o tema Pertencimento Familiar, uma das leis naturais da vida e um dos princípios básicos inconscientes observados por Bert Hellinger nos relacionamentos humanos, chamada também de “Ordens do Amor”.

Pedimos, ao final, que as participantes preenchessem em casa o genograma, e que o trouxessem no encontro seguinte. A atividade do genograma serve para lembrar de todos os membros familiares, aqueles que não são lembrados na família ou até mesmo aqueles que ninguém quer que pertençam à família, os excluídos, incluindo os ex-parceiros e aqueles com

que tiveram vínculo afetivo duradouro. Ao perguntar a elas se elas conseguiriam realizar a tarefa, as respostas foram:

Será que eu consigo?! Vou tentar... interessante isso não...rsrsrs (PAOLA).

[gargalhada] vixe nem sei quem é meu pai, minha mãe só fala que ele não prestava (FRANCIELE).

não sei se vou ter tempo, minha família é grande (PERLA).

Na fala da primeira (Paola), observa-se um “ânimo” para escrever sobre seus membros familiares. A segunda (Franciele) já lembrou-se do seu pai com o qual teve pouco convívio, tendo este homem já sido excluído por sua mãe por “não prestar” e ela mesma tendo vivenciado situação semelhante (ela separou-se do primeiro parceiro, pai de seus filhos, por sua mãe ter dito a mesma coisa a respeito dele) – portanto uma exclusão e repetição de história familiar. A terceira (Perla) pareceu não gostar nada da atividade proposta, justificando-se que não teria tempo hábil para realiza-la. Podemos inferir aqui, só com essas falas a respeito da atividade para casa proposta, que duas delas tinham abertura para aprender e incluir o excluído em sua vida, e a outra não. Aqui se mostra um desafio na aplicabilidade deste conhecimento, é preciso compreender que a abordagem hellingeriana não serve para todas as pessoas, sendo importante que este profissional de ajuda possa respeitar e compreender a decisão e o destino do usuário.

Tema 2 – Hierarquia (terceiro encontro)

Este encontro ocorreu em seis de março de 2020, das nove às onze horas. Neste encontro, uma participante trouxe sua filha de 18 anos, que estava grávida, para participar. Explicamos se tratar de uma pesquisa, ao qual ela aceitou participar e assinou o TCLE.

Antes de iniciarmos os trabalhos propriamente ditos para aquele encontro, num momento de quebra gelo, foi observado que as mães começaram a falar sobre diversos assuntos, sendo o filho na Fundação CASA o mais recorrente. Fomos até uma outra sala para exibir um vídeo retirado do YouTube¹¹ chamado “O Milagre da Vida”. O vídeo mostra o encontro entre espermatozoides e o óvulo, desde a “largada da corrida” até a fecundação e consequente gestação. Durante a exibição do vídeo não conseguimos observar os rostos e as emoções das participantes e também não foi possível saber quem falava o quê. Mas se escutava falas como “nossa!”, “Que interessante”, “Nunca tinha visto isso”, “Muito bom”.

¹¹ Link de acesso ao vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=ORHE8FhR6ko>

Foi realizada uma explicação sobre o segundo princípio básico da vida de acordo com a abordagem hellingeriana, a Hierarquia. As participantes foram convidadas a fazer uma discussão sobre o vídeo e que refletissem a respeito do lugar de cada membro no contexto familiar. Uma fala da pesquisadora ao final da explicação do vídeo disparou algumas reflexões e que respondem ao segundo objetivo específico da pesquisa:

[...] então a gente vai trabalhar com a realidade. Às vezes a mulher não engravida por escolha própria, muitas vezes ela diz: “Eu não quero engravidar daquele homem”, mas é aquele homem que vai dar a vida a essa criança e só ele pode fazer isso. E nada por acaso a Erica vir hoje com a mãe dela no nosso grupo, grávida, não é mesmo? (PESQUISADORA).

Muito bom, né, eu chamei ela porque gosto do que aprendo aqui, pode ajudar ela também, né!!! (PAMELA).

Paola reconhece esse aspecto em si mesma, e lembrou-se do pai de um dos seus filhos

Interessante isso porque meu filho foi gerado em uma relação. Eu fiquei cinco anos com um rapaz e não tive filhos, já com esse outro aconteceu com uma noite [risos de surpresa] (PAOLA).

Neste encontro, ao lembrarmos do exercício proposto no encontro anterior, genograma, tivemos as seguintes respostas:

Eu parei nas minhas bisavós porque não cheguei a conversar com meus pais sobre o restante da família (ELIANA).

Eu fui até a casa do meu avô para poder fazer (PAOLA).

Aqui a pesquisadora interferiu no que Paola disse, pontuando ser legal conhecer os membros familiares, o que fez a participante falar mais sobre sua família.

Sim. Ele falou que minha vó era índia, mas morreu cedo. Já meu vô era africano. Percebi que ele não gosta de falar muito disso não (PAOLA).

Nesse momento a pesquisadora interveio novamente e passou a contar um pouco sobre a história do Brasil, dos povos indígenas e africanos. Falou sobre o processo de colonização e suas consequências, sendo uma delas as desigualdades sociais. Isso levou a participante continuar se lembrando de sua história, que traz aí um excluído da família (o bisavô), provavelmente africano e com uma história trágica de agressões. Conforme a abordagem hellingeriana, os descendentes podem ser influenciados a repetir histórias por conta do

mecanismo da ressonância mórfica. Conforme Sheldrake (2014, p. 211) “A ressonância mórfica representa uma nova maneira de encarar as memórias. Há pelo menos cinco tipos de memória: habituação, sensibilização, memória comportamental, reconhecimento e lembrança”.

Portanto os fatos trágicos nas famílias muitas vezes não são contados, mas podem ser transmitidos por ressonância mórfica. O fenômeno pode ser observado em Paola que não havia escutado essa história pelos familiares, mas em sua vida faz uso de drogas, vivenciou e vivencia conflitos, convive com pessoas que têm envolvimento no meio ilícito, quando adolescente foi “revoltada” e, atualmente, são seus filhos que repetem os seus comportamentos.

Eu tenho uma consciência dentro de mim desde muito nova. Minha mãe fala que é minha loucura, mas desde uns 12 anos de idade, eu sempre via um homem negro na casa da minha vó, ninguém mais via além de mim, mas eu tenho certeza de que não foi delírio porque eu estava lúcida. Só que ele sempre aparecia machucado, com várias marcas pelo corpo. Às vezes eu acho que pode ter sido meu bisavô... (PAOLA).

A pesquisadora realiza uma intervenção, pontua que após descobrir algo dos nossos antepassados, é importante guardá-los com amor e reconhecimento, utilizando o conhecimento da história antiga, fazendo uma mediação com a atualidade, com na época da escravidão as relações e vivências eram de tal forma, hoje pode-se fazer diferente. É importante olhar para sua história e ver a força dos ancestrais que a produziram, e ainda, a vida que se tem agora chegou através deles e estas histórias. Aproveitamos para falar um pouco sobre o uso de ervas na cultura indígena e a relação com a dependência de substâncias psicoativas.

Uma participante, ao ouvir a história, se interessou em buscar realizar a atividade posteriormente orientada (genograma) para compreensão de suas próprias origens. Esse acontecimento nos salta aos olhos a importância de um trabalho em grupo para que as pessoas falem de suas famílias sem medo e julgamentos.

Bom, pensando no que foi dito hoje, eu acho que vou ter que correr atrás de saber mais sobre minhas origens (ELIANE).

Em seguida foi Julia que tomou a fala: disse que não tinha conseguido fazer seu genograma e conhecia apenas sua família por parte de pai. Ela contou que foi criada pela tia e depois pelo pai e a madrasta. Segundo ela contou, ela tem “um bloqueio” e não consegue se lembrar de sua mãe.

Eu não consigo, tenho um bloqueio com essas coisas. Mas eu respeito minha mãe apesar de tudo. Hoje eu percebo que ela tenta uma aproximação, mas eu

não tenho mais paciência com essas coisas. Então eu tenho vínculo só com o meu pai, com a família do meu pai mesmo. Ela até parou com a bebida, mas ainda fuma muito. Eu fico morrendo de dó, mas infelizmente não posso fazer nada, ela já é idosa e até hoje não conseguiu se ajustar na vida ... sabe? Até na minha certidão de nascimento eu estou registrada no nome da mãe da minha meia-irmã. E eu só fui descobrir isso depois de adulta, porque antes eu não reparava nessas coisas. A partir disso eu não quis mais saber de nada e fiquei com esse bloqueio (JULIA).

A pesquisadora interveio nesse momento, parabenizando-a pelos avanços que havia conseguido em sua vida, apontando suas mudanças positivas. Pontuou que, lembrar-se de sua mãe (que ela existe, pelo menos), já a coloca como parte da sua vida e isso também era um avanço. A pesquisadora ressaltou que, o fato de não ter sido cuidada por ela poderia ter lhe causado sofrimento, o que a faz se esquecer “para não doer”, dando origem ao “bloqueio” que tem quando pensa na mãe. Ao final do encontro, Julia falou um pouco mais sobre si, trazendo um depoimento que responde o segundo objetivo específico desta pesquisa.

Há um tempo atrás a minha vida era um inferno, eu gritava dia e noite. Tenho até foto da minha casa vazia, não tinha nada, eu passava por muita necessidade e mesmo tentando seguir em frente eu não conseguia. Eu percebi que só frequentar igreja não ia me fazer sair daquela situação, pois eu não me movimentava. Atualmente fazem dois anos que eu estou participando desses grupos no CRAS e depois disso a minha vida melhorou muito porque eu tomei uma atitude. Eu melhorei muito com os meus filhos, com o meu marido que, independente da situação, sempre me apoiou, além dos meus objetivos pessoais (JULIA).

Observa-se que os temas pretendidos no encontro iam reverberando pelas falas das participantes sem seguir uma ordem exata, mas que se conectavam uns aos outros. Por essa razão, acabamos por não conseguir seguir apenas um tema por encontro. A partir disso, pode-se dizer que os princípios básicos da vida segundo Bert Hellinger podem contribuir para conscientização das vulnerabilidades sociais, identificadas nas repetições de conflitos transgeracionais. E pode ainda ajudar na averiguação da necessidade de encaminhamento ou não de um usuário para atendimento psicológico em uma UBS, fazendo a devida articulação SUAS e SUS.

Ao falarmos sobre o segundo tema, Hierarquia, uma participante trouxe que o filho não aceitava as ordens do pai, o que mostra a troca de papel dentro desta família. Ao não aceitar as ordens do pai, ele passou a ser obrigado a seguir as normas e regras de uma instituição, em que a maioria dos funcionários são homens e que podem representar para ele a figura paterna. Este adolescente passou por três internações, totalizando dois anos e nove meses dentro da Fundação

CASA (dos seus 15 aos 18 anos de idade) ou seja, em três anos e meio de sua adolescência, esteve apenas por nove meses em liberdade e convivência familiar.

Eu tento trabalhar isso com o Paulo (filho internado), porque ele não aceita o pai. Aí eu falo que se não fosse pelo pai ele não estaria aqui hoje e aos poucos ele começou a entender que precisa aceitar o pai do jeito que ele é, mas é difícil. Eu falo para ele, se não tivesse aquele homem você não estaria aqui, e ele é igual o pai (PAMELA).

Os temas dos encontros eram explicados de forma dinâmica, utilizando-se de histórias e fazendo indagações direcionadas a levantar reflexões para compreensão dos relacionamentos humanos. Utilizamos também os exemplos observados nas falas das próprias participantes.

Muitas vezes confundimos as coisas ao querer ajudar muito a mãe ou o pai. Queremos devolver algo. Então eu achei interessante o que a Julia falou sobre sentir pena da mãe, mas não ter mais o que possa ser feito, porque não está mais ao alcance dela. Para a gente ajudar os pais, precisamos ajudar na posição de filhos, é importante a gente fazer isso perante os nossos pais para que os nossos filhos aprendam a fazer o mesmo perante nós, seguir hierarquia. Então é muito importante nos mostrarmos fortalecidos para os filhos, caso contrário o filho fica no movimento de querer salvar a mãe ou o pai, ou pior, o relacionamento dos dois. Porque assim, quem chegou primeiro foram os pais, o pai e a mãe, a união dos dois. Depois deram a vida para o filho. Porém as vezes o filho vê o sofrimento da mãe, os conflitos com o pai. E o que o filho quer? Os pais juntos? (PESQUISADORA).

Imediatamente veio a resposta de uma participante, negando a afirmativa, mas trazendo base para uma nova intervenção da profissional, dentro do mesmo referencial teórico. Isso aponta para a abrangência da temática que nos mostra serem temas que contribuem no direcionamento do grupo e instigam a participação e fala das participantes.

Ah não, minha filha não quer não. A gente viveu tanta turbulência e ela sentiu tudo, então quando o pai dela chegou ela falou: “Não quero. Com a minha mãe você não vai ficar”. Ela tem cinco anos (PAOLA).

Viu só! Para ela não ver os conflitos, prefere os pais separados. Pode ser que ela queria salvar você do pai, por isso, é importante não brigar na frente dos filhos. E se há conflitos, realmente a separação é melhor para todos, porém lembramos que os filhos são os dois misturados, ou seja, o café com leite no copo, depois de misturar, ninguém mais separa [risos] (PESQUISADORA).

O assunto levantado já serviu como alavanca para apresentação do tema seguinte, o terceiro princípio básico da vida segundo Hellinger: o equilíbrio nas relações humanas.

Relacionamento de casal é o exemplo mais usado para se observar este princípio na prática cotidiana das famílias, além de servir para retomarmos o tema da Hierarquia.

Bom, no próximo encontro a gente vai falar sobre o equilíbrio em um relacionamento entre iguais, que é o equilíbrio de pai e mãe. O equilíbrio em uma relação, porque enquanto casal, eles chegam juntos, pai e mãe juntos, não existe no caso de um chegar primeiro que o outro, portanto não tem hierarquia (PESQUISADORA).

E no final da reflexão sobre Hierarquia, a pesquisadora lançou um exemplo para explicação abordando também o tema da Consciência segundo a abordagem hellingeriana.

Muitas vezes a pessoa não quer viver a própria independência por lealdade à família, isso tem a ver com pertencimento familiar, que é a primeira lei natural da vida. Porque, por exemplo, se você tem uma irmã que não está em boas condições de vida, você fica com a consciência pesada ao estar bem. Se sua família não tem muito dinheiro e você está em um momento bom financeiramente pois colocou sua própria vida em ordem e passou a viver bem consigo mesmo, a consciência tende a pesar (PESQUISADORA)

As participantes, então, trouxeram assuntos sobre irmãos e focalizamos a discussão na hierarquia entre os irmãos. Foram utilizados os exemplos ali explanados, das próprias participantes, já fazendo relação com o tema da Consciência.

Você deu um exemplo de que quando nós conquistamos algo e os irmãos não, geralmente nos sentimos mal. Mas eu tenho uma irmã que é totalmente diferente, ela conquistou muitas coisas através do marido dela e simplesmente foi afastando um a um dos irmãos, além de pegar minha mãe só para ela. Essa minha irmã sempre foi uma pessoa muito dominadora do espaço, mesmo sendo mais nova que eu (ELIANE).

Eliane trouxe, com sua fala, o tema da Hierarquia entre pais e filhos. E assim, nos diálogos, sem a realização da prática propriamente dita da constelação familiar, fomos trabalhando os princípios hellingerianos. Esses princípios podem levar as pessoas a reverem suas posturas perante suas vidas, e passando a ter um novo e mais amplo olhar que pode lhes mostrar novas soluções para problemas antigos.

Não mais [sobre ir visitar sua mãe]. Ela que vem me visitar porque elas [mãe e irmã com quem a mãe mora junto] estão em outra cidade. Mas hoje em dia a minha mãe sofre muito com isso, pois, por conta dessa minha irmã, ela não pode ver todos os filhos juntos e nem receber visita de nenhum de nós na casa dela. Ela queria muito sair de lá, mas minha irmã não deixa e infelizmente ela depende financeiramente dela (ELIANE).

Com a chegada do horário limite para o encontro, sem que nos déssemos conta, encerramos o encontro e falamos sobre as datas dos encontros seguintes.

A pandemia mundial e a suspensão dos encontros

O encontro seguinte estava previsto para o mês abril de 2020. No entanto, em 16 de março saiu o Decreto Municipal nº 3.899 (2020), adotando as medidas emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Uma delas era a proibição de eventos públicos com aglomeração de pessoas a partir do dia 17 de março, por tempo indeterminado. Foram, então, suspensas também as atividades presenciais do grupo e, conseqüentemente, dos encontros já agendados.

A comunicação sobre a suspensão se deu através da criação de um grupo no whatsapp® com o nome “Integrando Vidas”. Essa tarefa não foi fácil porque as participantes estavam gostando dos encontros tidos até aquele momento, do espaço de apoio e escuta. Algumas propuseram que houvesse continuidade, porém explicamos os riscos e impedimentos envolvidos e assim obtivemos a compreensão de todas.

As participantes e a pesquisadora utilizaram o whatsapp® como meio de comunicação para troca de informações, a despeito do proposto enquanto pesquisa, mas em uma sensibilidade em relação ao período caótico do começo da pandemia e levando em conta as necessidades das participantes também enquanto usuárias atendidas pela pesquisadora/servidora do CRAS. Uma dessas informações foram orientações da Fundação CASA sobre a mudança de normas para visitação, passando para o agendamento individual de visita por adolescente (durante a semana para os residentes do município de Itanhaém, e aos domingos, como era de costume, para as famílias de adolescentes de outros municípios distantes como o Vale do Ribeira).

A primeira mensagem sobre os horários de visitas foi lançada por uma genitora e as outras deram suas opiniões. Uma delas reclamou que “era sempre a última a saber”, e disse que ainda não havia sido comunicada por telefone (como as outras haviam sido). Interessante observar aqui uma mudança de postura dessa mãe, motivada por sua preocupação, que antes reclamou que a instituição cobrava suas visitas semanais e que nem sempre ela conseguia ir.

A pesquisadora deu orientações e informações de como estava sendo realizado o trabalho dos profissionais da Fundação CASA de Itanhaém, tendo em vista que as normas vêm de decretos estaduais, portanto as mesmas da Fundação CASA de Mongaguá onde a pesquisadora presta serviços. Nesse momento pontuou a importância da compreensão de todas

diante ao escasso tempo dos técnicos da instituição para contato familiar de todos os internos, sendo que alguns profissionais do grupo de risco foram afastados para o trabalho remoto. Informamos que, de acordo com uma manifestação do Ministério Público, os adolescentes do grupo de risco poderiam ser liberados e isso ocorreria através da avaliação de saúde realizada pela enfermagem, seguida de uma solicitação ao juiz da comarca pela liberação da MSE de internação feita pela equipe que acompanha o adolescente na Fundação CASA.

Diante da aflição apresentada nas mensagens das genitoras perante a situação geral da pandemia e seus desdobramentos, refletimos sobre importância de cada uma cuidar de si mesmo, de seus membros familiares. Ressaltamos que a doença poderia sim levar à morte, mas que com uma imunidade elevada, o risco seria menor. Nesse sentido, seguir o isolamento social e tentar manter boa saúde mental eram fatores fundamentais para a prevenção da doença e aumento da imunidade. O grupo no whatsapp® serviu, contudo, como um apoio para as participantes que, durante a quarentena, trocavam informações e esclareciam “*fakes news*” (esses esclarecimentos efetuados não apenas pela pesquisadora, mas por todas as integrantes).

Especificamente em relação ao serviço prestado no CRAS, foi determinado o trabalho remoto para os servidores portadores de doenças crônicas (grupo de risco), idade de 60 anos ou superior, gestantes e lactantes. Na primeira semana do início do isolamento social, trabalharam presencialmente no equipamento três servidores: a coordenadora, uma auxiliar de limpeza e esta técnica/pesquisadora. O CRAS Oasis tinha 13 profissionais, um estava de licença prêmio, outra de férias, três eram do grupo de risco e cinco estagiários foram afastados (três devido às normativas referentes à idade e o vínculo empregatício de aprendiz; e duas do serviço social devido à normativa do conselho profissional que orientava suspensão dos estágios em serviço social por tempo indeterminado). Na segunda semana, uma assistente social retornou das férias, e logo enviaram outra assistente social e um orientador social para apoio no trabalho. As estagiárias de serviço social solicitaram o retorno às atividades à coordenação serviço, pois compreenderam a necessidade de dar apoio ao serviço e também que seria uma oportunidade para aprender em meio à crise. Essa autorização veio com a assinatura de um documento que informava o retorno voluntário delas ao serviço.

Não bastava toda esta alteração no funcionamento do serviço, novas demandas surgiram quando o Governo Federal começou a lançar informações sobre o auxílio emergencial já que a população ia procurar orientações a respeito do benefício no CRAS. O serviço de atendimento às famílias nos grupos de acompanhamento do PAIF foi suspenso diante das novas demandas. Entre elas pode-se citar: pouca compreensão dos usuários sobre as notícias veiculadas nos

meios de comunicação (e então buscavam o serviço para compreensão dessas notícias); solicitação de alimentos (muito por conta das atividades de geração de renda perdidas em função da pandemia); reagendamento de consultas de saúde em outros municípios (justificados pelas medidas de contingenciamento de mobilidade urbana); orientações sobre as perícias agendadas do INSS (essas foram suspensas e a previdência social fechada); dúvidas geradas sobre o Cadastro Único e o Número De Inscrição Social (esses necessários para a obtenção do auxílio emergencial, segundo informações divulgadas na mídia).

Os usuários chegavam no serviço com suas dúvidas que nem mesmos os profissionais dos setores responsáveis sabiam esclarecer. A realidade era caótica com filas enormes, aglomeração de pessoas e o que se podia fazer era apenas “apagar incêndios”. Na primeira semana das medidas de isolamento social, a média de usuários atendidos diariamente passava de 120 pessoas, no período de quatro horas. Diante do estresse frente a demanda enfrentada pela equipe da linha de frente, e o risco de contaminação, a carga horária dos servidores foi reduzida para quatro horas diárias, inicialmente mantendo o serviço aberto apenas por estas horas e posteriormente, com a troca de funcionários, foi mantido aberto as oito horas diárias.

Diante de tudo isso o grupo no whatsapp® da pesquisa “Integrando Vidas” serviu como uma válvula proporcionadora de trocas de energias e fortalecimento não somente para as participantes, mas também para a pesquisadora. Em um dia bastante desgastante, foi enviada uma mensagem no grupo para justificar a suspensão da pesquisa de campo. Nesse momento, esta pesquisadora expôs ali o cotidiano vivido no CRAS, ao passo que as participantes responderam com mensagens encorajadoras – marcando com isso a troca e o equilíbrio na relação construída.

A assistência social foi instituída como serviço essencial no município de Itanhaém, porém, de imediato não houve o fornecimento de equipamentos de proteção individual aos funcionários. Para agravar a situação, havia uma dificuldade geral na compra de álcool gel e máscaras nos comércios da cidade (e no país).

O sistema do Cadastro Único, uma ferramenta que serve para cadastrar e atualizar os dados das pessoas que possuem baixa renda, e que foi importante, posteriormente para a obtenção do auxílio emergencial, passou a ter acesso negado a partir do dia 20 de março de 2020. Com isso, ficou bloqueada a inclusão e atualização de dados, sendo este o sistema mais usado diariamente no serviço, o que provocou suspensão de outras atividades no CRAS.

Com relação ao auxílio emergencial anunciado pelo governo federal, demoramos para ter mais informações a respeito (assim como toda a população). A princípio, o próprio secretário da SADS se incumbiu de repassar informações que ele recebia, atualizadas diariamente em um grupo de whatsapp® para os servidores da linha de frente. Isso facilitou a organização de um lado, e do outro, como as informações eram modificadas a cada hora, ficávamos entre o atendimento à população e os vídeos do secretário – um labirinto sem saída.

Quando lançado o auxílio emergencial, novas demandas, e problemas, surgiram. Os usuários queriam fazer o cadastro único ou atualizar seus dados, e por isso buscavam o serviço. Havia muitos casos de casais que tinham se separado e a mulher, geralmente a responsável pelo cadastro, não havia atualizado os dados e o nome do ex-companheiro ainda estava lá. Esse fato trouxe vários desentendimentos familiares que envolviam os profissionais. Inclusive isso ocorreu com o filho de uma participante da pesquisa, situação que envolveu dois CRAS: ele era morador do território do CRAS Oasis e a ex-companheira em outro CRAS. Esses casos eram desvendados e desmembrados apenas na prática, visto que a demanda que chegava era de que usuários não conseguiram o auxílio emergencial, e daí partíamos para uma averiguação do motivo da negativa do benefício através do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF). Nesse sistema, ao colocar o número do CPF, a pessoa aparecia em uma lista de beneficiados, ou seja, estaria recebendo o auxílio. No entanto, o benefício estava acoplado ao cadastro de outra pessoa, no caso, ex-companheiros que já nem se falavam mais. O profissional do CRAS era chamado para resolver a questão, mas tudo que podíamos fazer era orientar que as partes envolvidas conversassem entre si, ou buscassem ajuda de advogados. Esclarecíamos que não tínhamos permissão para resolver nada pelo sistema.

Os profissionais do SUAS estão a todo tempo em busca de orientar pessoas sobre seus direitos, um trabalho por si só desgastante, desgaste amplificado frente à pandemia em ano eleitoral. Toda essa situação nos leva a refletir sobre as questões complexas que levam a conflitos que esses profissionais vivenciam, como política social x programas ofertados; políticos x serviço prestado à população; assistência social x saúde x educação x habitação x previdência social x assistencialismo; questão social x capitalismo; marido x mulher; pais x filhos; empresas x desempregados, entre outros. Os desafios no processo de trabalho de um profissional do serviço social são diários, já que atuamos frente a seres humanos em suas diversas vulnerabilidades provenientes, por sua vez, de diferentes conflitos.

No início de abril, os profissionais da assistência social de Itanhaém resolveram elaborar um documento solicitando às chefias adequações para a garantia do atendimento aos usuários

de forma segura, bem como aos servidores. O documento continha outras solicitações como planejamento de ações para o enfrentamento do COVID-19, objetivando firmar acordo formal e compromisso técnico nos equipamentos socioassistenciais de Itanhaém, com a preservação da continuidade da oferta de serviços diante da crise da pandemia.

Os técnicos do CREAS foram chamados a participar da solicitação que foi entregue ao secretário, ao coordenador do PBF e às diretoras da PSB (os quatro CRAS) e PSE (CREAS e CREAS POP). Porém, no momento da assinatura do documento, os técnicos do CREAS após uma reunião com a diretora da PSE, desistiram de assiná-lo. Segue uma parte deste documento, relatando fatos sobre as condições da prática cotidiana nos CRAS até oito de abril de 2020:

- Com a divulgação da oferta de alimentos nos CRAS realizada pela prefeitura e intensa procura via presencial, não tivemos condições de identificar a real demanda da população atendida nos territórios (tanto relacionada a demanda reprimida por alimentos, quanto quaisquer outras relacionadas às vulnerabilidades sociais que já atendemos) e adequar a oferta de serviços de acordo com as suas especificidades;
 - Reações negativas da população diante da demora ou do não encaminhamento para a retirada do kit alimentos. O que gera congestionamento da linha telefônica e retorno presencial da população aos equipamentos.
 - Os usuários se sentem motivados a comparecer aos CRAS, já que estão atendendo de portas abertas e ainda mais diante do estímulo do governo municipal com relação à doação de alimentos, descumprindo todas as determinações de saúde sobre o isolamento social.
 - Por mais que não haja aglomeração de usuários dentro do espaço físico dos equipamentos, estes se colocam em risco no trajeto até as unidades e enquanto permanecem no aguardo para atendimento.
 - Os usuários são colocados em risco quando necessitam se deslocar de suas residências até o centro da cidade no Banco de Alimentos.
 - Salientamos que parte dessa demanda que está procurando o serviço para auxílio de alimentos são usuários encaminhados também por unidades de saúde (básica e especial), em sua grande maioria com problemas crônicos de saúde, somado a idade avançada, colocando-os em grupo de alto risco tanto no seu trajeto de deslocamento, quanto nas filas que são formadas nos equipamentos.
 - Coloca-se em questão a segurança de nossa acolhida, a qualidade das ações voltadas ao convívio familiar e de fortalecimento da autonomia junto às famílias, vulneráveis não apenas no seu aspecto econômico/material, mas também no seu aspecto subjetivo e emocional
- EQUIPE TÉCNICA PSB¹²

A resposta ao documento veio oralmente, tendo esse não sido validado devido à falta de assinatura dos técnicos (maioria dos profissionais estavam em *home-office*). Como medidas

¹² Documento realizado pela equipe técnica da Proteção Social Básica (PSB)

adotadas, disseram que os EPIs estavam a caminho e foi disponibilizado um chip com um número de telefone para cada equipamento, mas sem internet e aparelho celular para colocar em uso esse número. E nada mudou quanto à aglomeração de pessoas nos equipamentos.

Na situação de crise instalada, muitas famílias sem ter o que comer e sem emprego, o CRAS começa a distribuir cestas básicas vindas do Governo Estadual direcionadas às famílias incluídas no Cadastro Único com renda mínima de R\$89,00 per capita. As informações sobre o recebimento das cestas foram repassadas pelas redes sociais, sendo as famílias distribuídas para retirada direta no Banco de Alimentos, por letras, seguindo um calendário organizado por datas. O papel do CRAS neste momento foi averiguação dos nomes daqueles que procuravam o serviço para confirmação da retirada, e posteriormente, localização por telefone das famílias ausentes – o que era difícil devido a troca constante de números de celular dos usuários do SUAS. Houve um número elevado de cestas sobrando, já que muitas pessoas que constavam nome na lista já não moravam mais no município. Assim, as cestas básicas foram redistribuídas aos usuários da lista de espera. A insatisfação dos técnicos era perante as solicitações, visto que aquelas pessoas que realizavam trabalhos informais, não chegavam ao serviço, pois desconheciam o trabalho do CRAS.

No início de abril, foi solicitado meu afastamento do trabalho presencial, justificado por adoecimento frente à ansiedade no atendimento ao público. Inicialmente, foi difícil aceitar o *home-office* já que pensava na questão política momentânea. Na prática, a diferença percebida foi apenas com relação ao atendimento presencial, pois logo passei a usar meu número de celular particular para avisar as famílias sobre a cesta básica. As ligações e mensagens de whatsapp® não tinha dia e nem horário e, com isso, ganhei mais um aprendizado ao reconhecer que, mesmo em muitos casos em que os usuários não tinham o direito à cesta, agradeciam a escuta e a disponibilidade momentânea que eu lhes oferecia.

Com o retorno presencial pensamos na possibilidade de dar continuidade ao andamento das atividades do grupo da pesquisa, enviando um vídeo com explicações sobre os temas que faltavam. No entanto, devido à elevada demanda de trabalho e desgaste geral ocasionados pela alta frequência de limpeza necessárias para evitar o contágio pelo coronavírus, não foi possível retomar os atendimentos grupais. Contudo, demandas por atendimentos individuais feitas pelas participantes foram atendidas. Por isso, achamos importante citar esses atendimentos aqui, visto que faziam menção aos temas familiares já trabalhados em encontros presenciais do grupo. Essa demanda por atendimento individual e o retorno a temas anteriormente trabalhados apontam

para a importância do vínculo que se construiu no grupo “Integrando Vidas” para o enfrentamento das adversidades ocasionadas pela pandemia mundial.

No grupo do whatsapp® e também em atendimento individual, as participantes informaram sobre a liberação dos filhos. Uma delas, inclusive, solicitou apoio em orientações sobre a escola e a MSE de liberdade assistida, sendo feita a articulação entre os serviços e direcionamento do caso. O Quadro 5 mostra a data do término da MSE de internação dos filhos das participantes desta pesquisa.

Quadro 5 – Data de término da Medida Socioeducativa de Internação dos adolescentes filhos/enteados das participantes

Participante (genitora)	Adolescente interno (filho/enteado)	Liberação da MSE Internação	Tempo de internação	MSE LA (CREAS)	Reincidência na MSE Internação
Eliane	Erick	16/04/2020	9 meses	Extinção	não
Franciele	Vinícius	28/09/2020	1 ano	LA	não
Julia	Leonardo	10/09/2020	9 meses	LA	20/12/2020
Pamela	Paulo (3 internações)	11/12/2017	10 meses	LA	14/02/2019
		19/03/2020	1 ano e 1 mês	LA	08/08/2020
		24/06/2021	10 meses	Extinção	não
Paola	Matheus	19/03/2020	7 meses	Extinção	não
Perla	Jose	08/06/2020	7 meses	LA	não

Nota: MSE = Medida Socioeducativa; LA = Liberdade Assistida.

Fonte: autoria própria.

Analisando as datas de saída, observamos que dois adolescentes reincidiram e retornaram para a MSE de internação: o enteado de Julia foi apreendido em menos de três meses, o filho de Pamela foi internado quase cinco meses depois – ambos foram internados na Fundação CASA São Vicente. Paulo encerrou sua terceira MSE e teve o processo extinto já que agora está na sua maioridade.

No segundo semestre de 2020, a Fundação CASA de Itanhaém teve suas atividades suspensas (o serviço foi fechado), visto que o número de adolescentes internados no período pandêmico diminuiu. Segundo Peixoto para o jornal local A Tribuna (2021): “No caso de Itanhaém, no dia da suspensão das atividades, em doze de novembro último, o Poder Judiciário concedeu extinção de medida a dois jovens. No final, sete adolescentes foram transferidos para o CASA Mongaguá, e dois, para o CASA Peruíbe”.

A Fundação CASA Mongaguá, local que a pesquisadora trabalha, chegou a ficar com apenas seis adolescentes, sendo a capacidade para 56. Foi um momento peculiar, três dos seis

técnicos pediu transferência para a Fundação CASA Peruíbe diante do medo de fechamento. Observamos que até os funcionários da segurança mudaram o comportamento perante um adolescente recém-chegado: no acolhimento inicial, a equipe demonstrava estar mais receptiva, descontraída, permeada de sorrisos e frases “Seja bem-vindo! Que bom que você chegou!”. Confesso que foi bom trabalhar em um ambiente menos tenso, além de poucos adolescentes, a sala que antes era coabitada por seis técnicos passou a ser sala individual e com três computadores à disposição. Um aspecto positivo trazido pela pandemia, eu nunca imaginei que um dia realizaria o sonho de não faltar recursos materiais no serviço e estar em uma sala individual, o que me ajudou a ser mais produtiva por não ter tantas conversas paralelas.

O grupo do whatsapp® foi criado em nove de fevereiro de 2020 para disseminar informações gerais sobre data, horário e dia dos encontros da pesquisa. Durante a pandemia, ele serviu também para esclarecimentos, parabenização de datas festivas, além de apoio e fortalecimento de vínculos. No decorrer dos cinco meses de suspensão dos encontros do grupo da pesquisa, foi realizado acompanhamento com todas as seis participantes, pelo whatsapp®. Porém, aqui delimitamos analisar apenas alguns casos que reverberaram sobre os temas trabalhados nos três primeiros encontros.

Dentre as primeiras postagens no grupo do whatsapp®, estava a mensagem de Eliane, compartilhando seus sentimentos dez dias depois da liberação de seu filho. Ela disse que havia sido a primeira vez que participava de um grupo no CRAS, e conforme seus relatos, o último atendimento individual neste equipamento aconteceu em outubro de 2014. Observa-se que, desde o primeiro encontro, ela tinha se mostrado interessada na proposta. Sua mensagem mostra como fica uma genitora após tanto tempo de separação de seu filho (no caso de Eliane, foram quase oito meses).

Olá grupo, Meu filho saiu dia 16 no final da tarde, desde lá estou passando por um momento de readaptação ou não sei explicar direito o que acontece, tipo: “caindo a ficha”, é como se depois de toda tempestade vc acaba por desmoronar, então aí vem o momento calmaria, hj sou alguém com medo de tudo, mas sei que tudo é fase e vou melhorar, obrigada a todas por me lerem. Kkk, beijos (ELIANE)¹³.

Eliane em mensagem privado para a pesquisadora, relatou ter dificuldades de expor seus sentimentos, esclarecendo que no grupo ela sabia que não ia conseguir. Ela se lembrou de sua

¹³ Typos e erros gramaticais do conteúdo escrito pelas participantes em mensagens no grupo do WhatsApp foram mantidos na transcrição. Dos conteúdos em áudio, foram mantidos os erros gramaticais.

infância e da convivência com o primeiro marido, falou também um pouco do filho e seus medos

O Erick está com a cabeça Boa, ele sempre foi amoroso, sempre grudadinho em mim e continua dormindo comigo 😊 pensei que ele agiria diferente, mas não... ele continua sendo meu doce, bom de vez em quando ele sai para encontrar alguns amigos para jogarem bola, e outros momentos jogar papo fora, ficando fora de casa por períodos bem curtos. Falo para ele sobre minha insegurança, que já era doentia antes, agora piorou, mas ele entende e não me deixa sozinha por muito tempo, ainda não posso falar que estou feliz. Pois sinto angústias por alguns momentos, sei que estou doente, mas nada como o tempo para ajudar a melhorar qualquer fase que passamos. Adriana sou uma pessoa com muita dificuldade de me abrir, sempre fui assim, na infância foi bem pior, mas melhorei isto com o primeiro marido que me ajudou a aprender a falar, mas ainda tenho bloqueio quanto a isto, até que falei bastante aqui 😊 (ELIANE).

Diante da fala de Eliane, entendemos que o grupo do CRAS pôde lhe ajudar a rever suas questões familiares. Na abordagem hellingeriana, não há necessidade de contar toda a história, uma pequena parcela que vem para a consciência pode aos poucos transformar a vida de uma pessoa, porém, a mudança depende do interesse do sujeito em tomar nova postura diante da vida e dos pais. Importante ressaltar que ela dividiu com o filho suas dificuldades emocionais. No entanto, segundo Hellinger (2007, p. 39) “Nenhum filho é capaz de preencher a necessidade emocional do pai ou da mãe”. De acordo com o segundo princípio básico da vida, a Hierarquia, os pais dão, os filhos recebem, e assim seguem por gerações. Se uma mãe não recebe, ela tende a não passar ao filho, e assim segue por gerações a repetição da violação dessa ordem. De acordo com os depoimentos de Eliane nos encontros da pesquisa, ela não conseguiu ser filha: é uma pessoa séria, teve uma infância difícil. Observou-se logo no primeiro encontro que ela queria cuidar da mãe e, conseqüentemente, o filho passa a cuidar dela. Nas analogias de Bert Hellinger (2006, p. 109).

A ordem do dar e receber, numa família, é invertida quando os pais não receberam o suficiente de seus próprios pais, ou quando não deram nem receberam o bastante na parceria. Então anseiam para que suas necessidades emocionais sejam satisfeitas pelos filhos, que passam a sentir-se na obrigação de atendê-los. Nesse caso, os pais recebem como filhos e os filhos dão como pais.

Em 30 de abril de 2020, havia três adolescentes filhos/enteados das participantes internados e três liberados. Com esse levantamento, aproveitamos o desfecho e a conversa sobre

sentimentos quanto à situação atual do filho. Instigamos todas a falarem um pouco, apenas uma escreveu, segue

Boa tarde eu a mãe do José falei hoje com ele sei que a maioria das mães sofrem como eu estando longe de nossos filhos o meu agora dia 5 já paga a sentença de seis meses que o juiz determinou logo estarei com meu filho em casa em nome de Jesus e desejo a muitas mães o mesmo sentimento faltas dos nossos bebês 🙏 (PAOLA).

Cada família tem um jeito de ser, seus incômodos, suas preocupações, seus medos, suas angústias, seus conflitos e inseguranças. No momento da separação do filho, a dor de uma é diferente da outra. Paola contava os dias, olhando para o tempo da MSE como um pagamento que o filho fazia pelo erro cometido. Em sua colocação, mostra a ordem em sua casa, chamando o filho de bebê: ela o coloca no lugar de pequeno e assume o lugar da grande. Aguarda ansiosamente o fim do processo, para o retorno de seu filho para o lar. Já Franciele, apesar do sentimento de saudade, teme o retorno do filho, sente insegurança de perdê-lo novamente para os amigos (aqueles que ela chama de inimigos, os envolvidos no crime):

O Vinicius tá internado, né? Entrou lá, acho que vai fazer um mês, que a gente não se vê mais, aí ele liga toda semana, ele liga, tá difícil, né? A gente fica sem ver, né? Porque antes a gente tava indo lá, aí só que, assim como ele tá ligando, aí todo mundo tá conseguindo falar, né? Com ele, né? E ele fala que ele né? Que vai sair, que ele tá achando que ele vai sair mês que vem, não sei. E só que mês que vem já faz seis meses de internação, né? E aquilo, né, Adriana? Eu acho que aqui tá muita violência. Eu tenho umas preocupações aí com o Vinicius, né? Então, pra mim lá, ele tá guardado, mesmo assim, entendeu? Assim, onze, mas peço as coisas acalmar, porque aqui se ele sair de lá ele vai querer vim pra cá, pra essa favela, se amostrar que tirou a fundação, só que é, né? Pra ele vai ser um mérito, um prêmio, que tirou a fundação, e que correu perigo, foi preso e tal, vai vim pra cá contar as coisas, né? E aqui nós criamos a memória, as coisas não tá muito boa não, né? Então, eu queria que ele criasse mais responsabilidade, quando ele saísse de lá, ele ia esquecer totalmente essa vida do crime dele, que ele se envolveu e que e feito esses amigo também, né? Porque isso é inimigo, né? Esses que ele tem, né? Amigo de droga, né? Só Deus (FRANCIELE).

De acordo com sua fala feita posteriormente, no atendimento privado (via whatsapp®), quando o filho saiu, ela não pode ir até o CREAS com ele, pediu para sua mãe levá-lo (por ter 17 anos precisa ser necessariamente acompanhado por um responsável). Quando saíram de lá, Vinicius foi para a casa desta avó, ao lado da favela onde traficava antes de ser internado. Assim, a fala de Franciele se confirmou e ele foi encontrar com os amigos do crime. Franciele, entrando em desespero, diz o seguinte

[...] Quando ele chegar aqui, eu vou falar pra ele, que se for pra ele ficar passeando na favela enquanto... nem o Gabriel, cê acredita? Que o Gabriel era aquele que mais dava trabalho, que às vezes se descabelava não sai mais de casa, né? Meu sofá fez até um buraco, tá de parabéns... o Gabriel é outra pessoa, vamos ver quando começar as escolas, como vai ser, né? Mas o Gabriel mudou, outro, outro menino. Agora eu falei pra minha mãe, eu vou ficar passando nervoso com o Vinicius, 17 anos, some, aí minha mãe pegou e deu um celular usado ele, que eu tava usando, minha mãe pegou na minha mão e deu pra ele e ele não atende ligação, e eu tenho medo, né Adriana? Dessas coisas, porque pra mim, na vida do crime, ninguém é amigo de ninguém, uma vez cê lembra da história de droga, né? Que eu tinha falado, que parece que tava devendo 10 mil. E eu falei pra ele: “o que eu vi o que seu pai passou”, entendeu? Que quando o pai dele saiu da cadeia, os amigos dele que dizia ser amigo dele, foi lá na casa da vó dele, chamou o pai dele pra fora e deu vários tiros no pai dele, entendeu? Porque essa coisinha, uma coisa fora do lugar, eles já viram inimigo, né? E eu não sei o que o Vinicius tá querendo da vida, né? E eu fiquei muito brava, muito brava mesmo com ele (FRANCIELE, MENSAGEM DE ÁUDIO PELO WHATSAPP® EM 30/09/2020).

Logo após Franciele envia outra mensagem. Quando inicia a fala, dá para escutar o filho Gabriel estava chamando-a em voz alta. Ela interrompe o que estava falando no áudio para mim e diz a Gabriel: “não fala assim com a mamãe, não”. Com essa fala percebemos o amor dela pelo filho que antes não conseguia expressar. Agora, mesmo em meio a conflitos, ela se acalma e impõe um limite ao filho, de um jeito amoroso e calma, e ele a obedece. De forma rápida, ela disse que ele estava ótimo e por isso ela comprou uma TV Smart e instalou internet wi-fi para que ele ficasse em casa e aproveitasse. Relembrei com ela o que ela tinha feito para resgatar este filho e, sem comparar os dois, poderia ir se aproximando de Vinicius também, podendo conversar com ele sobre seu pai, as consequências do meio ilícito e o sofrimento causado aos familiares pelo envolvimento com tais atividades. Pela análise da história familiar de Franciele, observa-se que ela excluiu o pai destes dois filhos que era envolvido no meio delitivo. Ele tinha mudado de cidade e perdido contato com os filhos que, por sua vez, repetiam a história do pai mesmo sem conhecê-la. Segundo Hellinger (2006, p. 156)

Os membros de uma família se sentem naturalmente tentados a excluir os que cometeram um crime, envergonharam a família ou violaram-lhe os valores; mas a exclusão de qualquer membro é pernicioso para os que apareceram mais tarde no sistema, independentemente de qual tenha sido a justificativa original.

Franciele teve de enfrentar diversos desafios para criar seus filhos na ausência dos pais. Ressalta-se que ela não recebia pensão alimentícia e sua renda mensal era composta por um salário-mínimo do BPC, somados a R\$346,00 provenientes do PBF. Trabalhos avulsos como

faxineira lhe ajudavam a compor a renda, somando quase R\$2.000,00 por mês com “as faxinas”. No entanto, logo no início do isolamento social seus patrões dispensaram-na, sem ao menos perguntar se ia precisar de algo, parece que os patrões simplesmente dispensaram-na e não a queriam em sua casa, por conta do medo de se contaminarem com o vírus. Em meio ao desespero, ela enviou mensagens no whatsapp® a charge apresentada na Figura 4.

Figura 4 – Charge enviada por Franciele



Fonte: grupo do whatsapp® da pesquisa, 14/04/2020.

Ao enviar a charge, Franciele denota ver-se no mesmo papel: as crianças fora da escola e sem creche, além de cuidar dos filhos (os quais ela chamou de “crias”) o dia todo, os gastos de alimentação aumentavam. Franciele contou que em seu aplicativo constava a informação de que o benefício do PBF estava suspenso, e naquele momento não se tinha notícia sobre como seria o auxílio emergencial do governo federal. Ali estava um dilema: o isolamento social como medida sanitária, sem o amparo imediato a famílias como a de Franciele, parece que devia-se escolher entre morrer de fome ou da doença. Neste momento observa-se que nem era tanto o medo da fome e sim o desespero de ter que cuidar dos filhos diariamente. Segundo ela, o trabalho doméstico havia aumentado: “trabalho mais em casa do que fora dela, começo as seis

e as vinte ainda não acabei”. Franciele mostra resiliência, como não admirar uma mãe assim? Aqui o profissional da ajuda, ao invés de julgar pode ganhar com a escuta de uma história de vida que fortalece qualquer ser humano. Para o assistente social, isso pode ser um presente ou um problema, o que depende da postura que utilizará ao interpretar, como um sofrimento para ela, ou admirar esta força e determinismo em cuidar e sustentar os próprios filhos, do jeito que ela consegue e ainda sem a ajuda material e de cuidado dos pais destes filhos. Essa participante ganha força para olhar sua história de um novo ângulo e, tanto a usuária como a profissional, se abrem a olhar para uma solução para as dificuldades cotidianas. Nesse sentido, é possível observar que a abordagem hellingeriana não traz a solução mágica, não determina nada, mas sim, amplia a visão para as diversas dificuldades encontradas no cotidiano destas famílias.

O filho de Pamela foi o primeiro a ser liberado dentre as participantes da pesquisa, em 19 de março de 2020. Por conta disso, Pamela me solicitou apoio por diversas vezes: o filho não a obedecia, saía de casa e a deixava apreensiva. Sua medida havia sido convertida para MSE Liberdade Assistida, e como o nome mesmo diz, trata-se de uma liberdade, porém vigiada por profissionais do CREAS. Realizamos contato com a coordenação do equipamento e a informação dada foi de que os processos como o deste caso estavam suspensos durante a pandemia, portanto, sem acompanhamento. Diante disso, Pamela pediu socorro ao CRAS, que também acompanhava a família.

Bom dia Adriana, tudo bem? Então, a [nome da profissional] do [nome do serviço] ligou. Eu não consigo conversar com [nome da profissional] do [nome do serviço], como eu converso com você a respeito do Paulo [filho desinternado], a respeito da situação que eu estou passando, entendeu? Eu não consigo me abrir com essa mulher não! (PAMELA).

Na fala de Pamela fica nítido o medo de falar a verdade sobre o filho tendo em vista que existe um processo que o avalia. Mesmo diante de nossas orientações sobre a importância de ela “abrir o jogo”, ela resiste e solicita conselhos ao CRAS para ajudar a tirar o filho do envolvimento com o tráfico. Por conta disso, foi realizado um atendimento ao adolescente por telefone, com orientações para ele e a mãe.

No atendimento, o filho de Pamela, Paulo, descreveu suas dificuldades em ficar sem dinheiro, “parado em casa,” dependendo da ajuda financeira dos pais em um momento de crise. Sem perspectiva de afastamento do tráfico, foi sincero em seu relato. O caso foi acompanhado semanalmente com oferecimento de escuta qualificada, via whatsapp®, tanto para a genitora como para o adolescente e o pai. Foi um período difícil para toda a família. Em momentos que

a genitora se desesperou, pediu socorro. No dia nove de maio, em menos de dois meses da saída do filho da Fundação CASA, ela enviou a seguinte mensagem:

Adriana, tudo bem? Então, cê tem que me ajudar, cê tem que bolar alguma coisa, algum papel, que dê um susto no meu Paulo, que meu Paulo tá demais. Acabei de passar, maior susto. Paulo tá traficando lá no Umuarama, mandaram um áudio pra mim, ele fugindo da polícia, tô como aqui? Passando maior nervoso com esse menino, pelo amor de Deus me ajuda. Eu já pedi ajuda pro [nome do serviço] não adianta, esse [nome do serviço] aí, não presta pra nada. E eu vejo a hora acontecer alguma coisa de novo com meu filho e ninguém vai fazer nada. Pelo amor de Deus. Você precisa me ajudar, inventa algum papel.... pra dá um susto nele, se eu chamar Conselho não vai dar certo, porque o Conselho Tutelar pode levar ele. Aí misericórdia, aí como que eu fico, né? (PAMELA)

A partir desse relato, e sob a ótica da abordagem hellingeriana, fica nítido que a mãe pede para a profissional de ajuda tomar lugar do papel de autoridade perante seu filho. Em outros momentos, esse papel havia sido realizado pelos policiais, os únicos que o adolescente temia. Quando os pais não conseguem exercer a autoridade perante os filhos pode ser em decorrência da violação do segundo princípio básico da vida, a Hierarquia, ou seja, a ordem de precedência. Nesta família existe uma troca de papel, o filho não ocupa seu lugar e assim acaba indo para a Fundação CASA, local onde fica contido. A polícia o apreende e leva-o para o juiz, este, por sua vez, faz a sentença, ou seja, o “papel” que determina a MSE. Já os funcionários da Fundação CASA acabam por fazer o papel de pais que impõem os limites, dentro das grades onde se tem à disposição alimentação, atividades lúdicas, escola e saúde. Para Hellinger, S. (2019, p. 28) “Em uma família, a ordem de precedência às vezes é invertida. Quando um filho assume algo pelo pai ou pela mãe, o filho se coloca acima deles”.

No terceiro encontro presencial do grupo o tema da Hierarquia havia sido discutido com as participantes. Naquele momento, Pamela havia trazido que Paulo não obedecia a seu pai. Agora, ela pede que a profissional faça o seu papel perante seu filho, inventando uma estratégia para “assustar” o adolescente. Hellinger em seu livro “Ordens da Ajuda” (2013, p. 104)

Aqui, neste tipo de ajuda, o que o cliente traz de infantil é imediatamente cortado [...] ter aqui a força de permanecer claro e ver no outro uma pessoa adulta é caracterizado frequentemente como ser duro, mas é o amor maior. Ele exige muito mais, tanto do ajudante quanto do cliente.

Diante do pressuposto na abordagem hellingeriana, o profissional deve levar a pessoa atendida a refletir o seu papel em determinada relação. No caso, o atendimento feito à Pamela

foi no sentido de fazê-la refletir sobre seu papel de mãe, como ela chegou à vida antes do filho, lembrando também a história de seus próprios pais, de como ela era a pequena perante os pais e agora deveria ser a grande perante o filho. O profissional deve se atentar, contudo, para não substituir os pais da pessoa atendida e, ao mesmo tempo, não “obedecer” a seus pedidos e cumprir com seu desejo de não ter que fazer o seu próprio papel de mãe perante o filho. A postura fenomenológica é lançada nesses casos, visando o fortalecimento e reconhecimento do lado adulto daquele que é atendido, na confiança de que ele é capaz de resolver seus próprios problemas (mesmo em face de tantas adversidades como as vivenciadas por Pamela, que veio de uma família que não lhe ofertou os devidos cuidados, tendo sua mãe falecido quando ela tinha dois meses de vida, e o pai excluído devido ao envolvimento com meio ilícito).

O atendimento com Paulo, filho de Pamela, foi oferecido no sentido de esclarecê-lo sobre as consequências de seus atos. Por exemplo, a reincidência da MSE pela terceira vez, provavelmente resultaria no encaminhamento dele para uma unidade da Fundação CASA distante de seus familiares. Foi lembrado com ele sobre como era a privação de liberdade, o sofrimento que isso gerava em toda a família, além da saudade, já que durante a pandemia os adolescentes internos não podiam receber visitas.

E não pararam as solicitações de ajuda, pois, os conflitos familiares continuavam a se desenrolar. Pamela pediu para que eu conversasse com seu marido, pedido disparado pelo limite que ele havia imposto ao filho: caso ele continuasse no meio delitivo teria que se retirar da casa. No atendimento à genitora, refletimos sobre o papel de cada membro na família, mãe e pai, abordando a diferença dos dois. Houve conflitos entre o pai e o filho, momento que o pai expulsou o filho de casa, e Paulo foi morar na casa da irmã.

Nas intervenções, foi oferecido uma escuta qualificada e reflexões sobre os temas trabalhados. A situação familiar foi se acertando, o filho se dispôs a pedir desculpas ao pai, porém isso não ocorreu visto que o pai não permitiu a conversa (ainda estava bastante magoado). A filha de Pamela mudou da casa, deixando esta aos cuidados de Paulo. Assim ele levou a namorada para morar junto com eles, comprou móveis e assumiu os gastos da casa (não estava trabalhando formalmente, portanto, havia indícios de que continuava no tráfico de drogas). Pamela, queixando-se e reclamando do envolvimento do filho no meio ilícito, me solicitou apoio para elaboração de um currículo para Paulo entregar no Atacadão Tenda (supermercado atacado da região).

A situação culminou na apreensão de Paulo, em oito de agosto. Pamela voltou a sentir os sentimentos de culpa que teve anteriormente, e a sofrer de insônia. Segundo ela contou, não

teve forças para ver o filho na delegacia, pedindo que a filha mais velha fosse em seu lugar (o pai sempre negou ir). Quando ela me contou sobre a reincidência do filho pelo WhatsApp, em mensagem privada, pediu segredo e disse que sentia vergonha das demais participantes do grupo por conta disso.

Tema 3 - O equilíbrio entre o dar e o receber (quarto encontro)

Em 28 de agosto de 2020 retomamos os encontros presenciais com mudança de local agora na Casa da Mulher, visto que o espaço anterior havia sido depredado por usuários de drogas que residiam nas proximidades. Cabe ressaltar aqui, que o CRAS Oasis não possui salas grandes para o desenvolvimento de grupos e, na maioria das vezes, é utilizado um espaço aberto (tipo uma garagem, nos fundos do equipamento). No entanto, há trânsito de pessoas nesse local, o que atrapalha o sigilo e inibe os usuários.

Durante o período das medidas mais restritivas de isolamento social, as atividades no espaço que ocupávamos foram suspensas, com a demanda desenfreada do cotidiano, também não nos lembramos de passar por lá para cuidar do espaço. Assim, diante do abandono do local pelos servidores da prefeitura, usuários de drogas quebraram o banheiro, levando o vaso sanitário, o lavatório, as cadeiras e o ar-condicionado. Um espaço que já sofria depredações e pequenos furtos, com o abandono, acabou sendo destruído. Isso trouxe tristeza, mas também uma certa confirmação de algo que já se falava: quando o setor público não envolve a comunidade nas ações, todos acabam perdendo. Quando iniciamos as atividades da pesquisa naquele local, as famílias residentes do entorno demonstraram interesse em participar de grupos e ofereceram apoio para cuidar do espaço.

O encontro foi iniciado com uma discussão sobre a pandemia e os desafios encontrados pelas participantes no período. Foram levantadas as dificuldades que tanto a pesquisadora como as participantes tiveram em dar continuidade à pesquisa, e também sobre o grupo no WhatsApp. Foi sugerida a ideia de se criar vídeos com relatos sobre os temas, porém elas pontuaram dificuldades que tinham em relação à exposição em meios eletrônicos. Quando pontuei sobre a timidez para vídeo, uma se pronunciou

Eu confesso que tenho muita dificuldade com isso também, até cheguei a comentar com você, Adriana (ELIANE)

Eliane complementou que, por ser servidora pública, tem melhorado sua timidez, porém expor suas questões pessoais em um grupo de WhatsApp é algo novo para ela. Observa-se no processo grupal que ela fala pouco, e quando diz algo, é em relação a alguma dúvida que teve reverberada por algum fato ocorrido em sua vida pessoal. Era perceptível que às vezes ela começava a falar e depois parava.

Ao refletirmos sobre o cotidiano da pandemia, cada uma trouxe um pouco dos desafios enfrentados, tendo a maioria falado sobre o aumento da quantidade de alimentos necessários e o custo aumentado da alimentação da família de forma geral. A situação de todas era semelhante: os filhos em casa, sem a escola, com aumento dos gastos e diminuição da renda. Das quatro participantes no encontro, três tiveram sua renda diminuída já que a complementação de sua renda vinha do trabalho informal avulso como faxineiras (trabalho que não aconteceu durante o período mais crítico do começo da pandemia). A ajuda financeira que tiveram na pandemia tinha sido do auxílio emergencial, que no caso destas, foi o valor de R\$1.200,00 (valor máximo do benefício). Julia e Pamela, receberam R\$1200,00, como os maridos inclusos no cadastro único, receberam automaticamente, cada adulto na casa foi repassado R\$600,00. Pamela referiu que seria melhor que o marido não estivesse em seu cadastro único, visto que assim por ser chefe de família, receberia o mesmo valor, R\$1200,00 e ele os R\$600,00, totalizariam os R\$1800,00. Franciele chamou atenção, quanto às incertezas do momento, pois não se sabia até quando o auxílio emergencial ia durar, de quanto (R\$1200,00) ia ser, etc. Como já colocado anteriormente, as informações sobre o auxílio foram sendo dadas aos poucos, em agosto havia apenas uma previsão de que duraria até o mês de dezembro.

Demais, porque eu trabalhava todo dia, aí eu ganhava R\$100,00 por dia, então diminuiu muito, porque como é faxina, por conta da pandemia tive que parar com todas, só fiquei com uma fixa. Aí agora o que tá me ajudando é esse auxílio, mas e quando acabar? Porque eu não sei se vou conseguir voltar a trabalhar em todas as casas de novo. Então ficou difícil, é? (FRANCIELE).

A única participante que recebia um salário fixo era Eliane, exercendo o cargo de recepcionista, servidora pública. Mesmo assim, ela também relatou problemas de renda já que houve aumento dos gastos da família com o aumento do consumo de alimentos e a liberação do filho em abril, tendo a namorada ido morar junto dele. Ela conta que recebeu ajuda desse mesmo filho que trabalhou informalmente antes da chegada do inverno, em várias funções desde ajudante de pedreiro até venda de picolés na praia.

Ainda bem que eu não pago aluguel porque veio o filho e a namorada junto, aumentou o peso, porque são dois adolescentes né. Até abril eu estava sozinha né, aí tudo bem, ele saiu e eu pensei, o que eu tenho dá pra dividir com ele, mas aí veio a namorada junto (ELIANE).

Eliane contou um pouco sobre como estava o convívio entre os dois. Segundo ela, o filho “não gosta de ficar parado”, por isso estava sempre trabalhando, quando não em trabalho remunerado, cuidava da casa e do jardim. Com relação à escola, ele não tinha se matriculado e disse que só iria voltar a estudar no ano seguinte (2021). Como ele saiu da Fundação CASA com a extinção da MSE (finalização do cumprimento da pena, diríamos assim), não há continuidade no processo e acompanhamento pelos profissionais do CREAS, portanto sem a obrigatoriedade de comparecer à escola. De acordo com as orientações técnicas sobre o PAIF, as famílias de egressos da MSE em meio aberto ou de internação necessitam de atendimento visto que possuem situação de vulnerabilidade, o que demanda um olhar peculiar, e caracterizam-se como públicos prioritários do trabalho social do CRAS (BRASIL, 2016).

Interessante que, ao questionar uma outra participante (Pamela) sobre suas dificuldades, ela referiu que o período da pandemia aumentou as “provas” em sua vida. Citou a questão financeira, mas estava claro para mim, que conhecia e acompanhava sua história, que ela se referia à reincidência do filho e não queria colocar isso no grupo por vergonha, ainda mais depois que Eliane havia falado sobre a evolução do filho dela.

Acho que aumentou mais as provas, as lutas, as dificuldades. O meu marido trabalha como pedreiro né, não tem como as pessoas descerem pra fazer serviço, aumentou muito (PAMELA).

Fizemos uma retrospectiva sobre os dois temas anteriores e então introduzimos as reflexões sobre o terceiro tema daquele encontro, o Equilíbrio entre o Dar e o Receber, terceiro princípio básico da vida. Para Hellinger (2006, p. 36) “O dar e o receber, nos relacionamentos íntimos, são regulados por uma necessidade mútua de equilíbrio. Entretanto, nenhuma troca significativa ocorre entre parceiros que se recusam a passar por desequilíbrios periódicos”. A proposta era de refletir sobre o relacionamento de casal, apontando em experiências práticas do cotidiano o equilíbrio nas relações entre marido e mulher. Franciele contou sobre a experiência que teve com o último companheiro que disse a ela ter feito cirurgia de vasectomia, mas era mentira, e foi assim que foi gerada a vida da última filha.

Eu até tomava (anticoncepcional oral), só que quando eu estava trabalhando com a faxina, e depois eu comecei trabalhando em uma pizzaria,

sobrecarregou e eu não consegui tomar nesse mês. Foi aí que eu descobri a mentira, agora ele não quer cuidar da menina, fala que não tem a obrigação de cuidar (FRANCIELE).

Segundo Franciele, ela não recebia pensão ou nenhum outro tipo de apoio daquele homem, que era viciado em drogas (assim como seu primeiro companheiro). A abordagem hellingeriana mostra que, quando há uma separação com raiva e exclusão do parceiro, a tendência é vir outro parceiro com as mesmas características. No caso desta genitora, ela não recebia ajuda de nenhum dos pais de seus cinco filhos, e sempre cuidou e os sustentou sozinha. Uma filha de Franciele, a terceira, morava com a avó. Desta filha ela fala que é mãe apenas de barriga. Pode-se observar outros emaranhamentos sistêmicos na história familiar de Franciele relacionados à raiva aos homens passados de gerações: sua própria mãe teve dificuldades em aceitar os netos e o filho do sexo masculino, inclusive tendo cuidado apenas da filha mulher de um casal de gêmeos que deu à luz (o menino, e irmão de Franciele, foi adotado pela sua madrinha).

Quando foi levantado o tema pensão, Eliane trouxe ao grupo seu relato sobre sua dificuldade em relação ao reconhecimento da paternidade do filho que passou pela Fundação CASA

Mas a justiça o faz cumprir. É uma luta né... Eu sofri muito com esse meu filho porque o pai dele, mesmo morando com a gente não queria registrar, a luta é até hoje né [...] porque ele espera algo de um pai que ele não tem com o pai dele. Então foi uma luta que eu tive, porque ele morando com a gente, eu esperei 10 meses e tive que ir pra justiça. Aí fizeram teste de DNA, depois mandaram fazer a certidão com o nome dele... Mas sempre foi pela justiça, meu filho teve um pai biológico que nunca foi pai, ele sempre sofreu com isso desde criança. Eu sempre falei e as pessoas nunca acreditavam, mas até hoje eu falo, tem 18 anos que eu falo. Mesmo ele tendo o padrasto que não é mais nada meu, mas ele ainda considera padrasto dele (ELIANE).

Segundo a participante, o filho “adotou” o padrasto como seu pai, que demorou para aceitar esta responsabilidade. Segundo a abordagem hellingeriana um parceiro(a) não deve assumir a responsabilidade pelo filho do relacionamento anterior para não excluir o progenitor e garantir que a relação pais-filhos fique assegurada. Eles devem, então, dizer aos filhos do parceiro(a): “Eu sou somente o marido/a mulher da sua mãe/do seu pai. A sua mãe e seu pai continuam sendo os responsáveis por vocês” (HELLINGER, 2019b, p. 30). Observa-se, na prática, que muitas vezes os parceiros fazem esse acolhimento/adoção por amor, e se atentarmos a esta ordem (pai é pai, mãe é mãe, parceiro é parceiro etc), a família mosaica tende a funcionar

melhor. Como no caso de Eliane, ao excluir o pai e colocar o padrasto no seu lugar, o pai sente o desrespeito, gerando conflitos que necessitaram ser levados à justiça. A genitora precisa, então, respeitar o lugar do pai, sem isso o filho não consegue se aproximar dele e vice-versa, e a desordem fica instalada. Perguntei para Eliane sobre seu relacionamento de casal

Você nunca casou no papel com nenhum dos seus parceiros? (PESQUISADORA).

Não, nunca casei no papel. A primeira vez que eu morei com uma pessoa, fugi do cartório. Eu estava com a caneta na mão, larguei todo mundo lá e fui embora. [...] Sim. Estava minha mãe... padrinhos, mas eu não consegui. Eu olhei aquele papel com a caneta na mão, larguei a caneta e fui embora, larguei todo mundo lá... Marido, mãe, todo mundo (ELIANE).

Ao perguntar sobre sua história familiar e proporcionar a Eliane um momento de reflexão sobre as repetições transgeracionais de sua família, ela trouxe um acontecimento na história de sua genitora. Com esse exemplo, ela mostrou onde estava alocado um emaranhamento: o medo de passar pelo que sua genitora passou é inconsciente, além das outras consequências que atingiram a família por causa da exclusão do primeiro marido de sua mãe e violação do primeiro princípio básico da vida, o Pertencimento Familiar. Naquele instante surgiu fenomenologicamente uma pergunta, e a resposta a essa pergunta pôde desvendar algo que causava sofrimento na vida de Eliane, situação que ela não imaginava ter conexão com sua história. Observa-se que sua resposta veio carregada de críticas aos avós maternos, permeada dos conflitos de classes (na época a ela se referia, casar uma filha com um fazendeiro trazia tranquilidade aos pais, pois ela não passaria fome), legados familiares e passados por gerações.

Você conhece alguém da sua história familiar que não pôde se casar ou que casou obrigado? (PESQUISADORA).

Minha mãe! Casaram minha mãe com 13 anos de idade... Obrigada. Com 13 anos ela não era moça ainda e casaram... Minha mãe nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, e casaram ela porque era um fazendeiro, entendeu? E ainda entregaram ela e as filhas [...] Ela sofreu... Teve cinco filhos com esse primeiro marido que era mais velho que ela. Mas ele a colocava em uma casa que era na fazenda, ela só olhava pela janela, não podia nem sair da porta pra fora porque se ele visse as pegadas no quintal... Ela saiu fugitiva de lá e veio pra São Paulo porque ele queria matar ela. E ainda quatro filhos dela morreram. [...] Só o último que ela conseguiu... porque ela tinha os filhos em casa, ele não deixava nem ela ir ter filho fora, então eram todos medicados em casa. E aí só o último, com cinco anos, que ela conseguiu ir embora com ele pra São Paulo, ela só sossegou quando descobriu que ele faleceu porque ele prometeu matá-la, se ela fosse embora (ELIANE).

Isso esclarece o medo pelo casamento já que um homem jamais irá prender uma mulher que sente na alma o tipo de dor sentido por sua mãe. Seus relacionamentos não podem durar já que o papel significa a prisão, gerando um ódio generalizado aos homens. Ao mostrar isso a Eliane, veio uma respiração profunda seguida de sorriso.

Eu nunca tinha visto por esse lado (ELIANE).

Em seguida refletimos sobre o conhecimento fenomenológico, o qual ajuda a olhar para o outro, e não apontar o dedo e julgar. Viver uma vida sem julgamentos traz leveza e aproxima as pessoas ao invés de gerar conflitos.

As pessoas olham de fora sem saber e já julgam, não é? Exemplo: “Gente, essa mulher teve quatro homens e não parou com nenhum? É um problema”. Quantas mulheres não são julgadas como prostitutas? “Olha lá, um filho de cada pai” (PESQUISADORA).

E a resposta da participante veio imediatamente

O meu relacionamento com essa pessoa que eu estava, a vida toda eu ouvi isso dele: “Olha quantos maridos você teve e não deu certo... Antes de você só tive uma”. E ele fala até hoje, a semana passada ele falou “Você deveria correr atrás de mim e não eu atrás de você”. Eu perguntei o porquê, ele respondeu “Porque eu sou muito melhor que você”. E ele sempre me colocou pra baixo, sempre... E eu não consigo me livrar dele porque ele não sai da minha vida. Parece que é alguma coisa assim, um karma, alguma coisa que eu estou pagando, porque a pessoa não sai. Eu posso fazer de tudo, já arrumei outros namoros, mas não adianta, ele não sai da minha vida, não teve jeito, é sofredor (ELIANE).

Ao refletirmos a história de sofrimento da genitora de Eliane, vemos que a participante repete, mas em outro contexto, porém, a dor é a mesma. Até o sentimento de prisão se repete, mesmo não sendo obrigada a se casar como antigamente, ela se recusou a fazê-lo. Conforme Hellinger (2019b, p. 52) “Muitas vezes, uma relação de casal chega ao fim porque existem emaranhamentos nas famílias de origem. Neste caso, é preciso reconhecer o fim deste relacionamento. Quem não o faz, se vinga do outro e impede tanto a sua evolução como a do outro. Ele fica preso”. De acordo com os ensinamentos da abordagem hellingeriana, ao tomar consciência desta repetição, a pessoa pode ter um novo olhar diante da história e mudar sua postura perante os futuros homens que aparecerem em sua vida: deixando com a mãe o que é da mãe, e passar a viver apenas a sua própria história, com honra e admiração pela mãe, pois apenas uma mulher forte pôde ter este desfecho na sua história.

Nota-se que ao falar sobre o Equilíbrio entre o Dar e o Receber, apareceram nas falas das participantes outras leis: os conflitos de casal e as repetições de histórias transgeracionais. Isso possibilitou desvendar os conflitos existentes no cotidiano destas famílias, sem a realização de nenhuma terapia, apenas no bate-papo. As participantes puderam ver os julgamentos que fazem, e fazem sobre elas, e também aquilo que lhes impede de ter paz nas famílias. Ali foi possível visualizar a importância de se olhar para o relacionamento de casal e para os filhos de uma maneira diferente, mostrando que nem sempre uma pessoa está vivendo sua própria história, e os filhos tendem a sofrer como seus pais. O processo grupal, de uma forma dinâmica e fenomenológica, trouxe sem tanto esforço do profissional situações reais que levaram às disfunções e conflitos entre membros familiares. Se formos mais além, observa-se no caso de Eliane várias questões de vulnerabilidade enfrentadas como a paternidade não reconhecida, a busca inconsciente pela prisão, o sofrimento, e conclui-se que ela repete a história de sua mãe e, seu filho, a dela.

Outra vez, o tempo se esgotou sem que percebêssemos, sinalizando o quão interessante foi para as participantes estarem ali, o que vincula e aproxima o profissional dos usuários, permitindo a realização de um trabalho social atrativo – com a troca entre dar e receber equilibrada. Encerramos o encontro deixando como proposta a escuta da música enviada posteriormente pelo grupo de whatsapp®, “Eu me lembro” de Clarice Falcão¹⁴ para reflexões sobre os seus relacionamentos, os pais de seus filhos e um jeito de relembrar o primeiro encontro do casal com amor.

Tema 4 - Exclusão de membros da família (quinto encontro)

A proposta deste encontro foi discutir as experiências de afastamentos ou exclusão de membros da família. O encontro foi realizado no dia 30 de setembro de 2020 com duas participantes. As outras não puderam comparecer e esclareceram os motivos entrando em contato com a pesquisadora por whatsapp®. Importante ressaltar que, na abordagem hellingeriana, algumas pessoas não conseguem chegar nos encontros, treinamentos ou grupos com a proposta de temas que sentem dificuldade em lidar. Portanto, entendemos que apenas duas estavam dispostas a olhar para os membros excluídos da família e, mesmo assim, uma

¹⁴ <https://www.lettras.mus.br/clarice-falcao/eu-me-lembro/>

chegou com 10 minutos de atraso e a outra com 30 minutos, sendo que ambas foram pontuais nos encontros anteriores. Ressalta-se que estas duas participantes foram as que participaram de todos os encontros propostos na pesquisa.

Iniciamos o encontro com a música Família da banda Titãs¹⁵, lançada em 1986, que apresenta a realidade do cotidiano das famílias brasileiras. Assim, refletimos sobre o nascer, o sentir e agir em cada grupo de pessoas, com manias e leis estranhas, porém naturais e transgeracionais. Foi um momento em que elas lembraram o cotidiano de suas próprias famílias no período de intervalo de um mês entre este e o último encontro. De imediato vieram os conflitos na família de Pamela, que trouxe em sua fala a culpa quanto à reincidência do filho, internado pela terceira vez.

Assim Adriana, minhas atitudes mudaram muito, eu tinha atitudes totalmente diferentes, eu não gostava de sentar pra conversar, a minha conversa era na base dos gritos e pronto, deixar meu marido no lugar dele e eu no meu, porque ele não é de conversar. Depois que eu parei de gritar como antes, agora ele consegue enxergar o que está acontecendo, eu falo que quero ficar no meu canto, porque tem coisas que assim, eu quero passar sozinha e não dividir com ele, é uma coisa minha. Eu conversei com a assistente social [da Fundação CASA] do Paulo [filho internado] e ela falou que ele tinha falado que eu me culpo muito dele ser o que ele é, então que ela trabalhasse não com ele, e sim comigo e pra eu tirar essa preocupação de cima de mim. Eu não sei por que ele falou isso. Ele falou: “Ela pensa que eu não conheço ela? Eu conheço e sei que ela não está dormindo”. E ela veio falar isso pra mim ontem e eu fiquei besta [...] Eu já tentei tirar essa culpa de mim, só que eu não consigo, eu vejo o Paulo [filho] nessa situação e já tentei dizer pra mim mesma que não é culpa minha, só que parece que sempre vem na minha cabeça aquela voz dizendo “é culpa sua”. Então eu tento culpar meu marido e falo pra ele “eu não quero essa culpa pra mim, essa culpa é sua. Se você soubesse ser um pai como você nunca foi, ele não teria entrado nessa vida”. Então ele perguntou pra mim “E por que o Caio, não é assim?”, eu respondi “Quantos dedos tem na nossa mão, não é cinco? Todos são iguais? Não”. Aí ele olhou pra minha cara e falou “A culpa desse filho estar lá é sua”. Essa culpa dentro de mim está me matando, me tirando o sono. Chegou ao ponto do Paulo falar com a assistente social “senhora tem que trabalhar com a minha mãe e não comigo. Eu sei o princípio da minha vida” (PAMELA).

Em sua fala ficaram nítidos os conflitos vivenciados na família durante a internação do filho. Esta genitora, na primeira internação deste filho, separou-se do marido e iniciou tratamento no CAPS (queixas de insônia e depressão), depois abandonou o tratamento. Retomou o relacionamento com o marido, mas os conflitos continuaram, porém mais tolerantes.

¹⁵ <https://music.youtube.com/watch?v=EIdeVpSS9d0&list=RDAMVMEIdeVpSS9d0>

Não consegue se libertar da culpa, e a insônia continua. Segundo Bertarte¹⁶, “Quando os filhos estão envolvidos com dependência química, este filho envolve toda a família no sofrimento, ele mostra como o sofrimento é difícil para todos”.

No caso de Pamela, já citamos que houve a exclusão de seu pai, ferindo o primeiro princípio básico da vida, o direito de pertencer a família. Assim, o filho repete a história de seu pai quanto ao envolvimento no ilícito. E ela sente-se culpada, tenta culpar o marido, e os conflitos aumentam. Até a assistente social da instituição onde o filho está internado percebe a preocupação do filho com a mãe. Ao lhe serem oferecidos atendimento e ajuda, Pamela entra em desespero e a culpa vem novamente. A diferença aqui é que desta vez lhe fez refletir, “de onde vem esta culpa?”. Para Hellinger (2017, p. 35) “Por trás dessas ordens atua também uma consciência. Contudo, ela é diferente daquela que sentimos como culpa ou inocência em nossa consciência evidente”.

O filho de Pamela traficava para manter o próprio vício e o marido era alcoólatra. O alcoolismo pode indicar, provavelmente, que sua relação com seu pai, por sua vez, pode não ter sido boa, ou até mesmo não permitida por sua mãe. Além do vício, as repetições de padrões de comportamentos vão perpetuando de geração em geração. A culpa que Pamela sente pode ser real, já que, segundo a abordagem hellingeriana “O vício em drogas encontra-se sobretudo naqueles cujo acesso ao pai está vetado e, de fato, pela mãe” (HELLINGER, 2013, p. 66).

Diante disso, verifica-se que a solução para o problema vivenciado por estas famílias é de incluir todos os membros da família e olhar com respeito e amor para as dificuldades e repetições de histórias. Quando não se exclui e nem critica o comportamento nocivo de um membro familiar, a tendência é cessar a repetição e mudar a postura perante os problemas familiares. Podemos dizer que é perceber onde o amor atua nas relações. Para Hellinger (2015, p. 43)

Então, quando o amor recíproco dos parceiros flui do fundo do coração, também flui do fundo do coração o seu amor de pais pelo filho. E, quando esmorece o amor do casal, também esmorece o amor pelo filho. Tudo o que o homem e a mulher admiram e amam em si mesmos e no parceiro, também admiram e amam em seus filhos. E tudo o que os irrita e incomoda em si mesmos e no parceiro, também os irrita e incomoda o filho.

Em seguida, Eliane contou que, finalmente, havia se separado do padrasto de seu filho. A forma como se referiu ao companheiro mostrou que, o mais importante na relação entre eles,

¹⁶ Anotação em aula do professor Renato Bertarte, Pós-graduação em Constelação Familiar.

era o papel que este homem assumiu com relação a seu filho. Relembrando, no encontro anterior ela havia contado como seu filho tinha adotado o padrasto como pai, e assim a desordem estava instalada diante da violação dos três princípios básicos da vida. Para Eliane era um sofrimento não conseguir largar daquele homem. Ao tomar consciência da história de sua mãe, ela pôde modificar sua postura e se libertar do relacionamento. Ao se lembrar do primeiro marido da mãe, o pertencimento familiar foi restabelecido no sistema familiar pois este homem havia sido esquecido. Ainda uma outra interpretação quanto ao primeiro marido da mãe: no terceiro encontro ela havia contado como sua irmã prendia a mãe em casa, não permitindo que ela convivesse com todos os filhos. Pode-se inferir que esta irmã estivesse repetindo o marido excluído da mãe, pois era ele quem a prendia no passado. Para Hellinger (2006, p. 156) “Os sistemas são totalidades; e as pessoas, num sistema de relacionamento, só se sentem integradas quando o sistema inteiro está representado nelas”.

Ah, eu estou bem. Na minha cabeça eu me separei de vez do padrasto do meu filho, embora nós nunca tivéssemos morado juntos por tanto tempo, mas meu filho assim... amadureceu, virou homem (ELIANE).

Em sua fala, Eliane deu a entender que o filho, por ter crescido, não precisava mais de pai. Então foi perguntado a ela qual era a sensação de ver seu filho amadurecendo, no que emergiram outros conflitos

Então, eu estou me acostumando aos poucos porque eu olho assim e todo mundo fala “Ele já é um homem” e eu ainda vejo como um bebê. Esse é o problema, a gente vê como um bebê, mas não é, é um homem. Mas assim, está tudo muito bem, muito bem mesmo. Ele tá uma pessoa excelente, ele já era uma pessoa muito boa, sempre foi, mas ele melhorou muito (ELIANE).

Na abordagem hellingeriana, os filhos continuam sendo os pequenos para seus pais e aqueles que recebem dos pais os cuidados. Se há inversão dessa ordem, emaranhamentos podem surgir na família.

Neste grupo realizamos uma dinâmica com os tapetes de feltro no chão, retomamos a ideia do genograma, porém em novo formato. Visto que o dia a dia das participantes é corrido e não conseguiram fazer a atividade proposta no primeiro encontro, optamos por uma outra abordagem. No exercício, cada tapete simbolizou um membro familiar (Figura 5). A proposta era rever a história da família, ao olhar para as pessoas de nossa família, que elas pudessem trazer lembranças e incluir aqueles que foram esquecidos ou excluídos do sistema familiar. Segue abaixo a fala da pesquisadora com a explicação da dinâmica e do tema deste encontro.

Vocês viram como as coisas se repetem? Mas aí não é pra ficar refletindo assim “Aquele ali fez isso, aquele fez aquilo...”, “Ah! Por isso que eu sou assim né”. Aí eu justifico meus problemas, sabem? E continuar com os problemas com o marido, nas questões do trabalho... Não gente, não é isso. É olhar para todas essas pessoas e dizer assim para eles “Obrigada, eu vejo que a história de vocês foi pesada e mais difícil que a minha, por vocês terem passado por tudo isso, agora eu posso fazer diferente. Obrigada pela vida, eu aceito essa vida do jeito que ela veio a mim. Para todos os incluídos e excluídos, aqui eu deixo todos vocês, e vocês tem um espaço no meu coração”. E aí você faz uma reverência a todo esse sistema familiar e diga para eles “O que é pesado eu deixo com vocês, obrigada por vocês terem passado por isso. Hoje eu posso ter uma vida mais leve”. E na verdade você pode subir nesse tapetinho e fazer isso, se quiser tirar o sapato tudo bem. Depois que vocês conseguirem agradecer a todos, verifiquem se vocês conseguem olhar para frente... aqui [mostra com a mão o chão na frente do primeiro tapete] eu ainda podia colocar os filhos. A partir disso vocês vão conseguir sentir a força desse sistema familiar e ver o quanto vocês ficarão fortes e grandes. Vocês não estão sozinhas. Nas maiores dificuldades da vida imaginem ter o pai e a mãe nas costas, mas aí vocês podem ver tudo isso e carregar deles toda a força da vida fazendo um pouquinho diferente. Podem ter certeza de que vocês já conseguiram muita coisa, já conseguiram passar a vida para frente, os filhos, não é? Já eu ainda estou nesse processo, mas estou conseguindo passar o conhecimento [risos] (PESQUISADORA).

Figura 5 – Tapete genograma



Fonte: autoria própria.

Uma participante pediu as falas por escrito, ao que explicamos não se tratar de regras, apenas palavras que surgiriam fenomenologicamente e, para cada pessoa, poderiam surgir frases e gestos diferentes.

A dinâmica do genograma em forma de tapete teve como objetivo resgatar a história familiar, os momentos trágicos e os membros excluídos da família. Foi um exercício propício para fortalecer o pertencimento e trazer consciência das raízes, além de mostrar o seu lugar no sistema familiar. Segundo a abordagem hellingeriana,

Quando o amor que une os membros de uma família age cegamente, exige obediência cega e, a menos que eles compreendam a dinâmica e tentem transformá-la, submetem-se sem perceber às leis implacáveis da justiça sistêmica – olho por olho, dente por dente. Em seguida, o dano é passado de geração para geração, e a família ampliada não encontra a paz (HELLINGER, 2006, p. 162).

Observa-se que falar dos membros excluídos é algo complexo e profundo, porém, as participantes presentes conseguiram se expor e realizaram a atividade proposta demonstrando

interesse no tema tratado, e os membros excluídos das famílias delas foram aparecendo no decorrer do exercício. Este grupo se estendeu para além de duas horas, sem ao menos elas perceberem já que ficaram centradas na dinâmica, o que lhes permitiu lembrarem-se dos membros familiares. Os tapetes de feltro no chão representavam até a sexta geração, no entanto, lembrança de ambas fora até a primeira geração, os avós – depois disso não tinham dados da história familiar (apenas uma delas trouxe a descendência holandesa).

O interessante foi quando Pamela falou sobre sua avó paterna mesmo com pouco conhecimento sobre o caso. Naquele dia ela tinha chegado no encontro dizendo que tinha feito uma mala e falado para o marido que estava indo embora da casa. Então ela contou que sua avó paterna tinha feito isso, e ido embora com um fazendeiro deixando o marido, e nunca mais tiveram notícias dela. Pamela, contou no dia do encontro que ameaçou ir embora, fez as malas, mas, por não ter outro local de moradia, acabou não indo. O filho Caio foi chamado pelo pai durante a discussão do casal, mas este, diferente do seu filho internado na Fundação CASA, não entrou no conflito dos pais, mantendo no lugar de filho. Pode-se concluir que, essa família, com os ensinamentos adquiridos sobre os temas trabalhados nos encontros anteriores, conseguiu ter um olhar amplo sobre seus problemas com a mudança de postura da genitora. Ela passou a conseguir conversar com o marido, não permitiu que seu terceiro filho se envolvesse na discussão de casal, e mesmo diante dos desafios enfrentados na dinâmica familiar cotidiana em consequência das lealdades familiares, marido e mulher, estavam caminhando juntos, como pais e (por enquanto) como casal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivos analisar os resultados do processo de intervenção grupal com familiares de adolescentes em medida socioeducativa de internação, assim como, analisar as potencialidades e desafios da intervenção com famílias com a abordagem hellingeriana.

As participantes da pesquisa foram seis mães de adolescentes internos na Fundação Casa e que já eram usuárias do CRAS Oásis e beneficiárias de programas sociais.

Considerando que parte da produção de dados processo de pesquisa se deu no contexto de pandemia da COVID-19, os objetivos foram atingidos parcialmente. A análise do processo grupal foi comprometida pela descontinuidade dos encontros grupais no período em que houve necessidade de medidas sanitárias determinadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Governo do Estado de São Paulo, em março de 2020. Três encontros haviam sido feitos presencialmente antes das medidas de distanciamento social, sendo dois deles a mesma apresentação para grupos diferentes. A manutenção do vínculo e os contatos com as participantes da pesquisa se manteve durante o período de distanciamento social de forma remota, respondendo às suas demandas e urgências. Esse contato foi importante para que o vínculo estabelecido entre as participantes do grupo e com a pesquisadora se fortalecesse e pudesse retomar o encontro presencial posteriormente.

Nesse período de distanciamento muitos temas e questões urgentes emergiram, tais como, filhos que foram liberados da medida socioeducativa e retornaram para casa, como lidar com os conflitos que emergiram a partir dessa situação, como evitar a reincidência do filho no tráfico de drogas. Questões urgentes que exigiram muita atenção, cuidado e acolhimento às participantes da pesquisa e se estendeu a outros componentes da família.

Este contexto pandêmico, se por um lado fragilizou objetivos propostos inicialmente, por outro lado nos mostrou a complexidade do trabalho com famílias usuárias do CRAS e a importância do trabalho com famílias, principalmente em atendimento grupal. Nesta pesquisa constatou-se que o processo de acompanhamento grupal com as famílias de adolescentes em medida socioeducativa de internação colaborou na socialização de informações, troca de experiências, além de oferecer um espaço para apoio e escuta qualificada durante o período em que as genitoras vivenciavam o afastamento de seus filhos do seio familiar.

Observou-se a adesão das participantes aos encontros propostos, demonstrando o interesse pelo trabalho socioeducativo e o sentimento de pertencimento ao grupo (mães com vulnerabilidades sociais e demandas similares), o que contribuiu com a comunicação e convívio desde o primeiro encontro. As participantes já se conheciam da porta do CASA Itanhaém, das filas de visitas de domingo, porém nem todas se falavam. Nos grupos o vínculo foi se formando e os bate-papos se alargando – desempenhando, então, naturalmente um dos objetivos do trabalho social com famílias no PAIF.

Em relação à abordagem utilizada foi possível constatar que os conflitos transgeracionais e as vulnerabilidades sociais enfrentadas pelas famílias foram identificadas com apoio dos temas trabalhados, estes provenientes do referencial teórico proposto neste estudo, a abordagem hellingeriana. Apesar desta abordagem ainda ser desconhecida entre os profissionais do SUAS, a pesquisa realizada constatou que pode ser uma metodologia possível no direcionamento e apoio aos grupos socioeducativos, auxiliando as famílias a rever seus problemas e trazer um novo olhar diante dos conflitos vivenciados em seus cotidianos.

No entanto, é preciso ressaltar os desafios encontrados na utilização dessa abordagem com a população usuária do SUAS. Dada a complexidade social que essas pessoas vivem, o desamparo do Estado frente às suas necessidades e a fragilidade de vínculos e redes sociais de apoio, constata-se que não há uma solução simples e rápida para os problemas identificados durante os grupos, portanto há a necessidade de um acompanhamento contínuo destas famílias. O outro desafio a ser considerado é como trazer os princípios gerais de uma experiência como a de Hellinger realizada em um contexto sócio histórico muito diferente da realidade brasileira, como adaptar, rever seus conceitos e princípios para nossa realidade. No Brasil, a abordagem da constelação familiar tem sido utilizada por diferentes áreas de conhecimento e com diferentes grupos populacionais. No âmbito terapêutico, na saúde e no judiciário para mediação de conflitos. É preciso considerar a diversidade da realidade da população brasileira usuária do SUS e do SUAS e ao tomarmos como padrão de referência os emaranhados da constelação familiar corre-se o risco de retirar desse contexto as influências sociais, culturais e econômicas que afetam essas famílias.

Em relação aos resultados do processo grupal ressalta-se o conhecimento dos três princípios básicos da vida, segundo Bert Hellinger, existentes nos relacionamentos humanos, foram pertinentes para nortear discussões sobre a história familiar, possibilitando trazer à luz acontecimentos trágicos ocorridos nas famílias de origem. Fatos, no entanto, que ainda repercutiam na atualidade, com repetições de padrões transgeracionais. A isso, alguns

estudiosos do assunto dão o nome de “lealdades familiares” ou “campo morfogenético” conforme já abordado anteriormente nessa dissertação.

As reflexões sobre o pertencimento familiar, hierarquia e o equilíbrio entre o dar e receber, ajudaram a desvendar as origens dos sofrimentos que podem paralisar as famílias das participantes da pesquisa e as culpabilizam diante da violência intrafamiliar. Ao olhar para a história de tantas lutas em suas famílias de origem, estabelece-se uma força que vem do próprio sistema familiar, favorecendo o fim da repetição de padrões transgeracionais. Portanto, discussões que permitiram mudanças simples no cotidiano destas mães que, ao incluir no coração um membro esquecido ou excluído, conseguiram, pôr fim a um ciclo repetitivo em suas vidas. É claro que não de um dia para o outro, mas mudando seus cotidianos de vida aos poucos, com o apoio do trabalho social contínuo e através de encontros mensais executados no espaço de um CRAS. É preciso ressaltar que tal processo se dá em continuidade às ações de cuidado com essas famílias, revelando e desvelando os mais variados conflitos. Nesse sentido, a abordagem hellingeriana, não traz a solução para todos os problemas das famílias, mas oferece um corpo de conhecimento que pode contribuir para uma pessoa tenha relacionamentos saudáveis no seu cotidiano familiar.

Podemos aqui dizer também que não são todas as pessoas que tem abertura para conhecer os ensinamentos da abordagem hellingeriana. Nesta pesquisa uma das participantes não se identificou com os temas abordados, também não conseguiu realizar os exercícios propostos. Neste caso, foi preciso que o profissional olhasse para esta pessoa e a respeitasse em sua decisão, não deixando de ofertar e criar outras atividades que a usuária possa melhor se identificar.

O grupo ofereceu apoio, escuta e oportunidade para se falar de histórias de famílias, sem julgamentos, sem intenção e sem medo, sem o envolvimento de processo judicial e coordenado por um profissional neutro, que não tem como função primordial realizar relatórios para embasamento de decisão judicial. O CRAS é um equipamento que possibilita ações grupais em prol de famílias que necessitem do apoio para sair de seus conflitos, rever dinâmicas familiares e gerar um novo olhar perante sua história de vida. É também um espaço propício para o fortalecimento dos vínculos familiares e identidade de território.

O conhecimento da abordagem hellingeriana auxiliou também no apoio ao processo de trabalho do profissional do SUAS, especialmente no que tange ao acompanhamento de famílias de adolescentes em conflito com a lei. Este processo de acompanhamento pelo serviço de fortalecimento de vínculos permitiu trazer à consciência tanto para as famílias como para o

profissional, os emaranhamentos no sistema familiar, os quais geram conflitos intermináveis e insolúveis ao ambiente destas famílias. Ao longo dos encontros do grupo, foi possível desvendar as mais variadas repetições de histórias familiares, lealdades que geram os vínculos ocultos entre os membros de um sistema familiar e influenciam as gerações posteriores. Enfim, trabalhos com a abordagem hellingeriana apresentam-se como uma possibilidade de desenvolvimento do trabalho social com famílias pelo PAIF, através do CRAS, principalmente em casos como o de adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, culminando numa demanda bastante conflitante.

Para tanto, é necessário que os profissionais do CRAS possam oferecer espaço de escuta, grupos de acompanhamento social para famílias de adolescentes em conflito com a lei, por mais que não encontrem a solução dos mais variados problemas enfrentadas e causados pela questão social vivenciadas pelas famílias, é um espaço público de participação social, portanto os profissionais que atuam nele precisam agir e criar ações em consonância com os princípios do SINASE.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. “Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil”. Artigo disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/>.

ANDRADE, P.; FARIELLO, L. **Há mais de 22 mil menores infratores internados no Brasil**. CNJ15anos. 09 nov. 2018. Notícias CNJ. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/ha-mais-de-22-mil-menores-infratores-internados-no-brasil>. Acesso em: 16 set. 2020.

BARBOSA, D.O.; FREITAS, R. (2013). “A invisibilidade dos homens na proteção social básica: um debate sobre gênero e masculinidades”, Revista OPSIS. In Catalão, v. 13, n.º 2.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BEAUMONT, Hunter. **Introdução**. In HELLINGER, b. **A simetria oculta do amor: por que o amor faz os relacionamentos darem certo**. 6ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRAGA, A. L. **Constelações familiares: relatos de conflitos e soluções**. 2ed. Curitiba: Appris, 2018.

BRAGA, I. A. **Trabalho Social com famílias no SUAS: requisições profissionais e especificidades metodológicas**. Anais do 6º Encontro Internacional de Política Social e 13º Encontro Nacional de Política Social, Vitória / ES, 2018. Disponível em : <file:///C:/Users/nagra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/20020-Texto%20do%20artigo-57380-1-10-20180601.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria Nº 702, DE 21 DE MARÇO DE 2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC.2018**. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt0702_22_03_2018.html

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm >. Acesso em: 16 dez. 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL, Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – **SINASE / Secretaria Especial dos Direitos Humanos** – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução n 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS); Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS); Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Orientações Técnicas Sobre o PAIF – vol. 1 e 2.** 1.ed. Brasília: 2012.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase, regulamenta a execução da medida socioeducativa e altera algumas leis.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Acesso em 20/04/2019.

BRASIL MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS (MDH). **Levantamento Anual do SINASE 2016.** Brasília: MDH, 2018. Disponível em: Acesso em: 21 set. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Resolução Nº 18, de 5 de junho de 2014. **Dispõe sobre expansão e qualificação do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no exercício de 2014.** Brasília, 2014. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2015-01/cnas_18--mse.pdf

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília: MDS, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

BRASIL, MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS (MDH). **Levantamento Anual do SINASE 2016.** Brasília: MDH, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_2016Final.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). **LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2017.** Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

FERREIRA, J. C. **Construção social da paternidade participativa: (des)naturalização do lugar do homem e da mulher na reprodução das relações sociais.** 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de de São Paulo, São Paulo.

FRANCELINO, E. T., ABREU, F. L.; SOUSA, G.D.; BARBARA, J.F., MAGALHÃES, M. L. B., LIMA, M. J. M., ALBUQUERQUE, M. F. C., MEDEIROS, M. A. **A Constelação Familiar Sistêmica como uma Ferramenta Pedagógica e de Mediação entre Família e Escola,** Revista de Estudios e Investigación en Psicología y EDUCACIÓN, Vol. Extr., No. 05,

2017. Disponível em:
<https://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/reipe.2017.0.05.2851/pdf>

FRANKE, Ursula. **Você é um de nós. Percepções e soluções sistêmicas para professores, pais e alunos.** 3ed. Belo Horizonte: Editora Atman, 2012.

FREITAS, R. C. S., “ **Famílias em transformação uma realidade atual**”. Texto didático. 2000.

FREITAS, R.; BARROS, N.; MESQUITA, A. **O Serviço Social e as Famílias: Reflexão sobre a Realidade Brasileira.** In CARVALHO, M. I. (Org) **Serviço social com famílias.** Lisboa: Factor Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea. 1. ed. 2015, p. 315-333.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GUIMARÃES, R.F.; ALMEIDA, S.C.G. Reflexões sobre o Trabalho Social com Famílias. IN: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. **Família; Redes, Laços e Políticas Públicas.** São Paulo: IEE/PUC-SP, 2002.

HELLINGER, B. **A simetria oculta do amor: por que o amor faz os relacionamentos darem certo.** 6ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

HELLINGER, B. **Ordens do Amor: um guia para o trabalho com as constelações familiares.** São Paulo: Cultrix, 2007.

HELLINGER, B.; HÖVEL, G. T., **Constelações Familiares: o reconhecimento das ordens do amor.** São Paulo: Cultrix, 2007.

HELLINGER, B. **Um Lugar para os excluídos: conversas sobre os caminhos de uma vida.** Patos de Minas: Atman, 2010

HELLINGER, B. **Ordens da Ajuda.** 3ed. Goiás: Atman, 2013.

HELLINGER, B. **Pensamentos a caminho.** 2ed. Belo Horizonte: Atman, 2014.

HELLINGER, B. **As igrejas e o seu Deus.** 1ed. Belo Horizonte: Atman, 2015a.

HELLINGER, B. **O Amor do Espírito na Hellinger Sciencia.** 3ed. Belo Horizonte: Atman, 2015b.

HELLINGER, B. **A Cura: tornar-se saudável, permanecer saudável.** 3. ed. Belo Horizonte: Atman, 2017.

HELLINGER, S. **A própria felicidade. Fundamentos para a constelação familiar.** Vol. 1 . Brasília: Trampolim, 2019b.

HELLINGER, S. **A própria felicidade. Fundamentos para a constelação familiar.** Vol. 2. Brasília: Trampolim, 2019a.

HELLINGER, B. **A fonte não precisa perguntar pelo caminho**. 5ed. Belo Horizonte: Atman, 2019.

HELLINGER, B. **Bert Hellinger Meu trabalho. Minha Vida**. São Paulo: Cultrix. 2020.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 3ª ed. São Paulo. Cortez, 1995

ITANHAEM, Prefeitura Municipal de. Decreto n. 3899, 16 de março de 2020. **“Dispõe sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus), no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Itanhaém, e dá outras providências”**, 2020.

INSTITUTO SOU DA PAZ, **Aí eu voltei para o corre. Estudo da reincidência infracional do adolescente no Estado de São Paulo**. 2018. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/ai_eu_voltei_pro_corre_2018.pdf. Acesso em: 17/05/2019.

MACEDO, R. M. S. **Genograma: origens e usos**. In: CERVENY, C. M. O. O livro do genograma. São Paulo: Roca, 2014.

MARINO, S.; MACEDO, R.M.S. **A Constelação Familiar é Sistêmica?** Nova Perspectiva Sistêmica, n.62, p. 24-33, 2018.

MASCARETTI, P. D. **SP tem apenas 55% das unidades socioeducativas ocupadas, garante presidente da Fundação Casa**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/sp-unidades-socioeducativas-ocupadas-fundacao-casa.html>

MENDES, R; PEZZATO, L.M; SACARDO, D. P. **Pesquisa-intervenção em promoção da saúde: desafios metodológicos de pesquisar “com”**. Ciênc. Saúde coletiva [online]. 2016, vol.21, n.6, pp.1737-1746. ISSN 1678-4561. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015216.07392016>. Acesso: 01 mai. 2020.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2016

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIOTO, R. C. T. **A centralidade da família na política de assistência social**. Revista de Políticas Públicas, São Luís - Maranhão, v. 8, p. 133-143, 2004.

MORAES, V.D.; MACHADO, C.V. **O Programa Bolsa Família e as condicionalidades de saúde: desafios da coordenação intergovernamental e intersetorial**. Saúde debate vol.41. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000700129

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 10ed. São Paulo: Cortez, 2007. No texto, Netto 2009

OLIVEIRA JUNIOR; OLIVEIRA, W. **Ema, ema, ema...cada um no seu quadrado: como a visão sistêmica pode melhorar sua vida.** 1 ed. Divinópolis, MG : IDESV, 2020.

PUC MG, **Pra pagar de boa: “Dê oportunidade – Medidas Socioeducativas responsabilizam, mudam vidas”:** uma campanha da Pastoral do Menor – CNBB / **Organização: Instituto da Criança e do Adolescente – ICA.** Belo Horizonte: ICA / PUC Minas, 2010.

RAICHELIS, R. **Convergências e especificidades na implementação do SUAS. Notas sobre o desmanche no contexto das contrarreformas.** In: RAICHELIS, R.; SILVA, M. O. S.; COUTO, B. R.; YASBEK, M. C. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: disputas e resistências em movimento.** São Paulo: Cortez, 2019. p. 453-468.

RAICHELIS, R.; SILVA, M. O. S.; COUTO, B. R.; YASBEK, M. C. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: disputas e resistências em movimento.** São Paulo: Cortez, 2019.

SACCOL, M. **Saúde e Doença: o novo despertar a partir das Constelações Familiares.** Pesquisa em psicologia / Anais eletrônicos, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/nagra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Material%20baixada/17602-Texto%20do%20artigo-65403-1-10-20181114%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/nagra/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Material%20baixada/17602-Texto%20do%20artigo-65403-1-10-20181114%20(2).pdf)

SCHENEIDER, J. R. **A prática das constelações familiares.** 2. Ed. Goiânia: Atman, 2013.

SCHÜTZENBERGER, A. A. **Meus Antepassados: vínculos transgeracionais, segredos de família, síndrome de aniversário e prática do genossociograma.** São Paulo: Paulus, 1997.

SHELDRAKE, R. **Ciência sem dogmas : a nova revolução científica e o fim do paradigma materialista/** Rupert Sheldrake; tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiro. - 1. ed. - São Paulo: Cultrix, 2014.

SOUZA, A. F. de. **Integração SUAS/SINASE: o sistema socioeducativo e a lei 12.594/2012.** 1ed. São Paulo: Veras Editora.

STORCH, S. **Direito sistêmico é uma luz no campo dos meios adequados de solução de conflitos.** Revista Consultor Jurídico, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jun-20/sami-storch-direito-sistêmico-e-uma-luz-solucao-conflitos>

YASBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº. 110. São Paulo: Cortez, 2012.

ANEXOS

ANEXO A - Carta de Aceite da Prefeitura de Itanhaém**ITANHAÉM**
P R E F E I T U R ASecretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
Rua Sebastião das Dores, 29 - Praia dos Pescadores, Itanhaém - SP.
Telefone: (13) 3426-2344

Itanhaém, 16 de Julho de 2019.

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Itanhaém, por meio do Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, concorda que a pesquisadora Professora Dra. Andrea Perosa Saigh Jurdi, responsável pela aluna Adriana de Paula Vitor do Programa de Pós Graduação em Ensino em Ciências da Saúde – Mestrado Profissional da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) realize a pesquisa intitulada: **PRÁTICAS INTEGRATIVAS: ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA A SERVIÇO DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO COM FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**, após a análise e parecer favorável dos órgãos competentes.

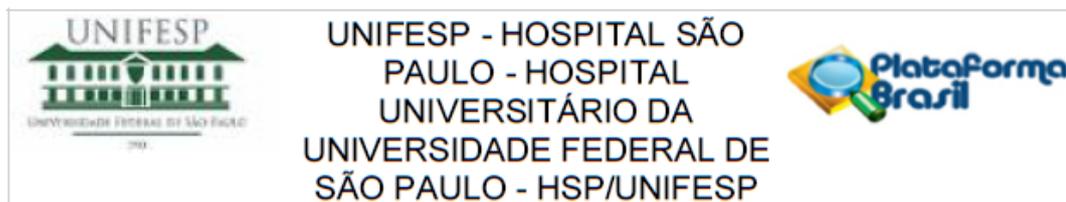
A pesquisa será realizada no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) localizado no território do Oásis, espaço da Praça da Juventude.

Atenciosamente



ROGÉLIO FERREIRO RODRIGUES SALCEDA
Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social

ANEXO B – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRÁTICAS INTEGRATIVAS: ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA A SERVIÇO DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO COM FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.

Pesquisador: ANDREA PEROSA SAIGH JURDI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 22306219.6.0000.5505

Instituição Proponente: Instituto de Saúde e Sociedade

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.762.912

Apresentação do Projeto:

Projeto CEP/UNIFESP n: 1065/2019 (parecer final)

Trata-se de projeto de Mestrado de Adriana de Paula Vitor.

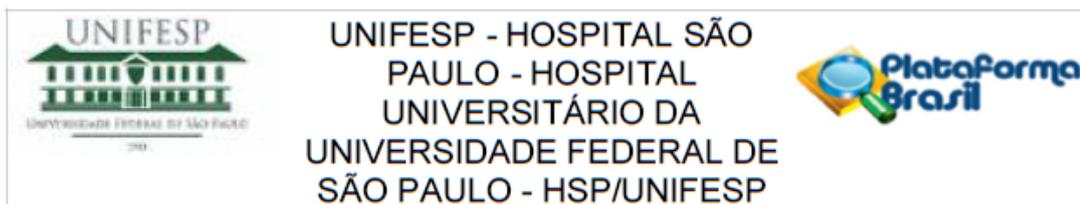
Orientador(a): Prof(a). Dr(a). ANDREA PEROSA SAIGH JURDI

Projeto vinculado ao Departamento de Saúde, Educação e Sociedade, Campus Baixada Santista, Instituto de Saúde e Sociedade, UNIFESP.

-As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (<PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1399822.pdf> postado em 17/09/2019).

APRESENTAÇÃO: A realidade dos adolescentes brasileiros, incluindo aqueles no contexto socioeducativo, exige atenção da sociedade e dos profissionais de serviço social e evidencia a necessidade de uma agenda de urgências no sentido de concretizar políticas públicas e sociais, sobretudo, ampliar desafios para a efetiva implementação da política de atendimento socioeducativo as famílias. É preciso trabalhar na perspectiva da integração e articulação das

Endereço: Rua Botucatu, 740
Bairro: VILA CLEMENTINO **CEP:** 04.023-900
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)5571-1062 **Fax:** (11)5539-7162 **E-mail:** cep@unifesp.br



Continuação do Parecer: 3.762.912

políticas, impondo uma ruptura com a gestão de ações pontuais e isoladas. Dentro do Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF), desenvolvido no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o grande desafio dos profissionais tem sido resgatar e fortalecer os vínculos familiares, preparar a famílias para receber o filho, apoiar na busca de uma transformação de sua história, para que o jovem se sinta protegido no ambiente familiar quando ocorre o término de sua medida socioeducativa de internação. O objetivo do estudo é analisar o processo de acompanhamento das famílias de jovens internados na Fundação CASA a partir da prática de grupos utilizando abordagem fenomenológica. Para isso acompanhará familiares de jovens internados na Fundação CASA por meio de encontros mensais durante seis meses. Como resultado esperase que esta prática de grupo possa contribuir no desenvolvimento do exercício profissional do assistente social no acompanhamento das famílias de adolescentes em conflito com a lei.

HIPÓTESE: Pressupõe-se que a utilização da abordagem fenomenológica sistêmica e sua aplicação através de uma postura diferenciada no trabalho socioeducativo de grupo com as famílias de adolescentes internos possam ajudar na amenização de conflitos no seio familiar e que possa reverberar no comportamento dos adolescentes dentro da Fundação CASA

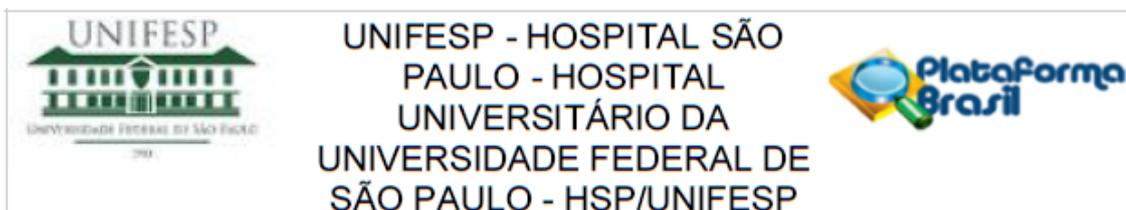
Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO: Analisar o processo grupal de acompanhamento das famílias de jovens em conflito com a lei a partir do trabalho socioeducativo com a utilização de práticas de grupo focadas na abordagem fenomenológica através do Programa de Atenção Integral as Famílias desenvolvido pelo CRAS.

OBJETIVO SECUNDÁRIO:

- Compreender como a prática do trabalho socioeducativo contribui ou não para a mediação de conflitos entre os jovens e familiares em acompanhamento na Fundação Casa;
- Descrever as potências e desafios do desenvolvimento de grupos no PAIF com famílias de adolescentes em conflito com a lei;
- Investigar a compreensão das famílias sobre o processo de intervenção por meio da prática grupal do PAIF.

Endereço: Rua Botucatu, 740
Bairro: VILA CLEMENTINO **CEP:** 04.023-900
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)5571-1062 **Fax:** (11)5539-7162 **E-mail:** cep@unifesp.br



Continuação do Parecer: 3.762.912

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Em relação aos riscos e benefícios, o pesquisador(a) declara:

RISCOS: O estudo não oferece riscos físicos ou psicológicos, mas a abordagem grupal e os temas referentes à dinâmica familiar podem gerar desconforto ou suscitar emoções. Nesse sentido os participantes serão informados a respeito e terão a opção de sair ou permanecer no grupo.

BENEFÍCIOS: Os participantes não terão benefícios financeiros com a pesquisa. Os benefícios advindos da prática grupal se referem à possibilidade de rever dinâmicas e relações familiares a partir do acompanhamento grupal.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

TIPO DE ESTUDO: Prospectivo. Trata-se de um estudo de caso, por ser uma forma particular de investigação da realidade, tem uma ocorrência significativa em pesquisas da prática profissional do assistente social.

LOCAL: CRAS Oasis – Prefeitura Municipal de Itanhaém

PARTICIPANTES: Participarão do estudo famílias de adolescentes (n=15), internados na Fundação CASA de Itanhaém.

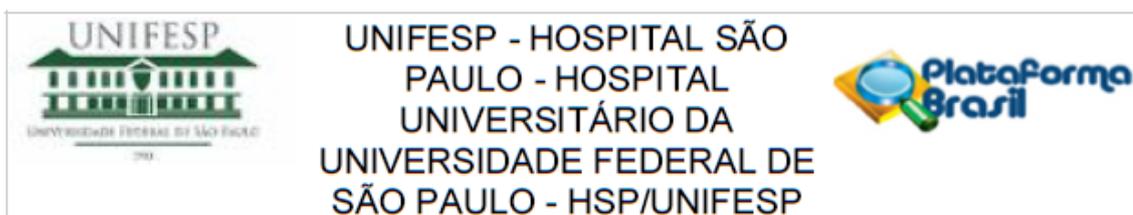
Critério de Inclusão: Ser responsável pelo adolescente atendido. Tempo de medida socioeducativa do adolescente preferivelmente ser acima de seis meses de internação.

Critério de Exclusão: Famílias que não residem no município de Itanhaém e aqueles que por questões pessoais e escolha não se disponibilizarem para a pesquisa.

PROCEDIMENTOS: Será feito uma visita à instituição para explicar o trabalho do CRAS e ofertar o trabalho socioeducativo às famílias de internos do município de Itanhaém. Caso o interesse for maior que as 15 vagas ofertadas, será feito uma entrevista das famílias interessadas e uma seleção de acordo com os critérios de inclusão do estudo.

- Serão realizados encontros mensais em grupo com as famílias durante quatro meses consecutivos, com pausas de um mês entre eles. Ao final dos quatro encontros será realizado o último encontro no mês subsequente para avaliação dos resultados da pesquisa. O primeiro encontro será utilizado para a realização da apresentação da pesquisa, do compromisso ético e do TCLE. Será feita também uma explanação sobre o trabalho socioeducativo familiar e os temas a serem trabalhados nos encontros posteriores, firmando assim um compromisso com as famílias.

Endereço: Rua Botucatu, 740
Bairro: VILA CLEMENTINO **CEP:** 04.023-900
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)5571-1062 **Fax:** (11)5539-7162 **E-mail:** cep@unifesp.br



Continuação do Parecer: 3.762.912

- Os grupos terão a duração de duas horas cada um.
- A partir do primeiro encontro será construído um planejamento dos temas a serem trabalhados, os quais serão selecionados mediante as principais necessidades e conflitos explicitados pelos familiares.
- A intervenção realizada terá como premissa a utilização de recursos e técnicas de abordagem fenomenológica e dinâmicas grupais tais como materiais pedagógicos e lúdicos que possam contribuir para representação das questões e ou membros familiares, técnicas de relaxamento e concentração, exercícios de percepção corporal, os quais possam contribuir para tomar consciência e clareza dos conflitos vivenciados pela família por gerações visando conhecer as histórias familiares e a emancipação social destas famílias.
- Será realizado registro escrito em diário de campo da pesquisadora dos relatos, gravação dos encontros com recurso audiovisual, descrição dos procedimentos realizados, das reflexões, da escuta, as observações e as devolutivas trazidas por cada integrante da pesquisa. Dessa forma pode-se compreender o objeto de estudo em suas múltiplas dimensões e interrelações.
- Os atendimentos sociais serão registrados por meio de um gravador de voz e transcritos posteriormente.

(mais informações, ver projeto detalhado).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em resposta a pendência o pesquisador apresentou:

- carta resposta
- novo modelo TCLE
- roteiro que será utilizado com os grupos durante a pesquisa

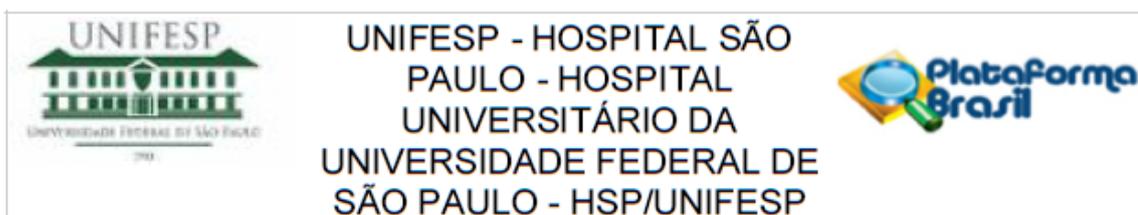
Recomendações:

sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de resposta a pendências anteriormente apontadas. Todas as pendências foram atendidas.

Endereço: Rua Botucatu, 740
Bairro: VILA CLEMENTINO **CEP:** 04.023-900
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)5571-1062 **Fax:** (11)5539-7162 **E-mail:** cep@unifesp.br



Continuação do Parecer: 3.762.912

PENDÊNCIA 1. O cronograma informado no formulário de informações básicas indica que parte do estudo já será iniciada antes da aprovação do protocolo (Prospecção das Famílias + Encontros mensais – início 02/09/2019). Adequar o formulário. Lembramos que nenhum estudo pode ser iniciado antes da aprovação pelo CEP/UNIFESP (Norma Operacional CNS nº 001 de 2013, item 3.3.f).

RESPOSTA: Em função da demora na resposta ao projeto o cronograma ficou desatualizado. Dessa forma foi revisto e atualizado no projeto e na Plataforma
PENDÊNCIA ATENDIDA

PENDÊNCIA 2. Será necessário enviar o roteiro dos grupos que serão realizados, pois conforme orientação da CONEP, qualquer teor de entrevista ou questionário utilizado em uma pesquisa deve ser analisado pelo CEP e deve ficar anexado na Plataforma Brasil, junto a todos os outros documentos.

RESPOSTA: O roteiro dos grupos foi colocado como documento na Plataforma
PENDÊNCIA ATENDIDA

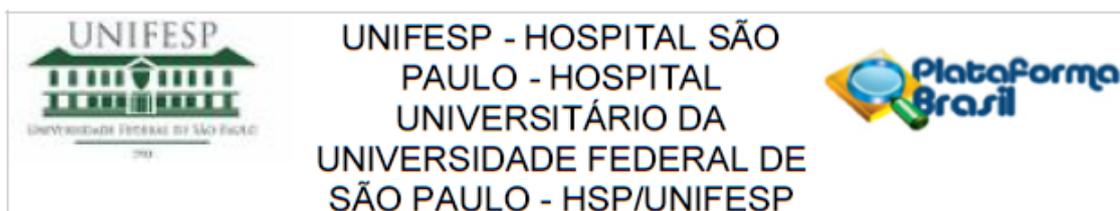
PENDÊNCIA 3. Caso os participantes tenham que se locomover até o local APENAS para participar da pesquisa, todos os gastos com transporte e alimentação serão de responsabilidade dos pesquisadores (Resolução CNS 466/2012, item IV.3.g e Resolução CNS 510/2016, Art. 9º, VII). Portanto, será necessário incluir esta informação no campo "orçamento" do formulário de informações básicas do projeto e no TCLE."

RESPOSTA: Foi incluído no campo orçamento as despesas com transporte e alimentação. Assim como as informações no projeto e no TCLE
PENDÊNCIA ATENDIDA

PENDÊNCIA 4. Incluir no campo "riscos" do formulário de informações básicas que existe risco de quebra de sigilo. Exemplo: "Também há risco de quebra de sigilo dos dados, porém todos os cuidados serão tomados para assegurar que isto não ocorra."

RESPOSTA: Foi incluído no campo "riscos" do formulário o risco de quebra de sigilo

Endereço: Rua Botucatu, 740	CEP: 04.023-900
Bairro: VILA CLEMENTINO	
UF: SP	Município: SAO PAULO
Telefone: (11)5571-1062	Fax: (11)5539-7162
	E-mail: cep@unifesp.br



Continuação do Parecer: 3.762.912

PENDÊNCIA ATENDIDA

PENDÊNCIA 5. Esclarecer se todos os participantes serão maiores de 18 anos. Caso sejam incluídos menores de 18 anos, será necessário anexar na Plataforma Brasil um Termo de Assentimento para os mesmos e um TCLE para os pais/responsáveis autorizando a participação do menor no estudo.

RESPOSTA: todos os participantes serão maiores de 18 anos

PENDÊNCIA ATENDIDA

PENDÊNCIA 6. Quanto ao TCLE, adequar:

PENDÊNCIA 6.1. Descrever detalhadamente no TCLE os possíveis riscos, prejuízos, desconforto, lesões que podem ser provocados pela pesquisa, mesmo que mínimos como, por exemplo, constrangimento e cansaço (Item IV.3.b, da Resolução CNS nº 466 de 2012). Ver pendência 2 desta lista.

PENDÊNCIA 6.2. Informar, no TCLE, os procedimentos e direitos do participante em caso de danos. Exemplo: Caso a pesquisa resulte comprovadamente em dano pessoal, ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante (Resolução CNS nº 510 de 2016, artigo 17, II).

RESPOSTA: as pendências foram colocadas no TCLE

PENDÊNCIA ATENDIDA

PENDÊNCIA 6.3. Caso exista a figura do auxiliar de pesquisa deve ser inserido, no final do TCLE, campo para nome e assinatura, assim como já existe para o pesquisador e para o participante.

RESPOSTA: O TCLE já foi ajustado com o nome do auxiliar da pesquisa

PENDÊNCIA ATENDIDA

PENDÊNCIA 6.4. Incluir no TCLE informação sobre os custos envolvidos pela participação da pesquisa: a participação na pesquisa não envolve custos, tampouco compensações financeiras. Se houver gastos, como de transporte e

Endereço: Rua Botucatu, 740

Bairro: VILA CLEMENTINO

CEP: 04.023-900

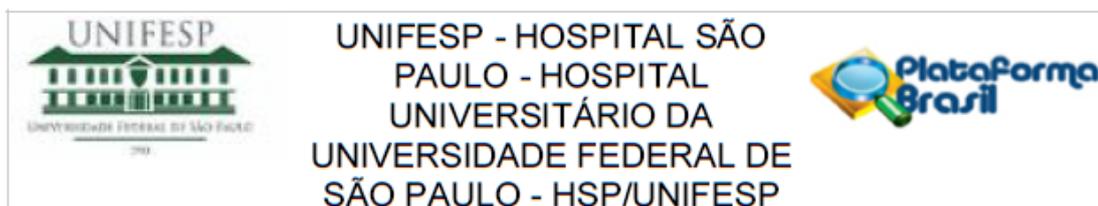
UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)5571-1062

Fax: (11)5539-7162

E-mail: cep@unifesp.br



Continuação do Parecer: 3.762.912

alimentação, eles serão ressarcidos.

RESPOSTA: O TCLE foi ajustado de acordo com o parecer

PENDÊNCIA ATENDIDA

CEP UNIFESP: PENDÊNCIAS ATENDIDAS

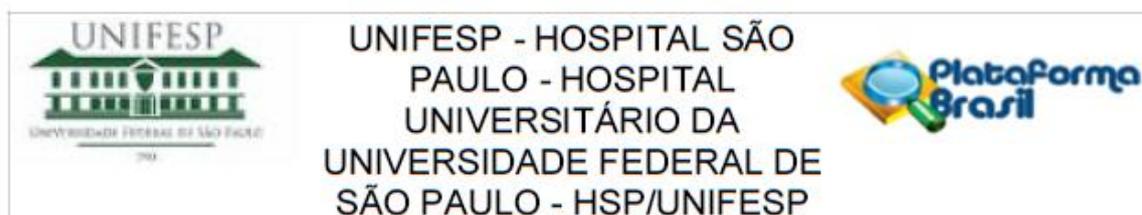
Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP informa que a partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios parciais (semestralmente), e o relatório final, quando do término do estudo, por meio de notificação pela Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1399822.pdf	13/11/2019 11:09:05		Aceito
Outros	Roteiro_grupos.pdf	12/11/2019 00:58:05	ADRIANA DE PAULA VITOR	Aceito
Outros	carta_parecerista.pdf	12/11/2019 00:57:13	ADRIANA DE PAULA VITOR	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_pesquisa.pdf	12/11/2019 00:55:28	ADRIANA DE PAULA VITOR	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_familiares.pdf	12/11/2019 00:52:06	ADRIANA DE PAULA VITOR	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto.pdf	17/09/2019 09:22:51	ANDREA PEROSA SAIGH JURDI	Aceito
Outros	Folha_CEP.pdf	27/08/2019 15:39:55	ANDREA PEROSA SAIGH JURDI	Aceito
Outros	Carta_Aceite.pdf	31/07/2019 11:17:46	ANDREA PEROSA SAIGH JURDI	Aceito

Endereço: Rua Botucatu, 740
 Bairro: VILA CLEMENTINO CEP: 04.023-900
 UF: SP Município: SAO PAULO
 Telefone: (11)5571-1062 Fax: (11)5539-7162 E-mail: cep@unifesp.br



Continuação do Parecer: 3.762.912

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 11 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Miguel Roberto Jorge
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Botucatu, 740
Bairro: VILA CLEMENTINO **CEP:** 04.023-900
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)5571-1062 **Fax:** (11)5539-7162 **E-mail:** cep@unifesp.br

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade Federal de São Paulo

Campus Baixada Santista

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar e está recebendo neste momento informações sobre a pesquisa intitulada “PRÁTICAS INTEGRATIVAS: ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA A SERVIÇO DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO COM FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.”

A pesquisa tem como objetivo analisar o processo grupal de acompanhamento das famílias de jovens em conflito com a lei a partir do trabalho socioeducativo que frequentam o Programa de Atenção Integral as Famílias desenvolvido pelo CRAS. A pesquisa será desenvolvida por mim, Adriana de Paula Vitor, sob orientação da Profª Drª Andrea Perosa Saigh Jurdi, do Departamento Saúde, Educação e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Campus Baixada Santista.

Os grupos de familiares terão cerca de duas horas de duração e ocorrerão uma vez por mês no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) localizado no território do Oásis, espaço da Praça Estação Cultura – Cidadania. Serão necessários cinco encontros mensais e sua participação é muito importante.

Os atendimentos estão previstos para ocorrer, mediante consentimento dos familiares participantes, desde que tal participação não venha a ser considerada inconveniente. Entretanto, considera-se que qualquer pesquisa que envolve seres humanos está sujeita a possibilidade de desconfortos como cansaço e constrangimento que, no caso de ocorrência, poderá ser comunicado por você e provocar o encerramento de sua participação, em qualquer fase do processo da pesquisa. Também há risco de quebra de sigilo dos dados, porém todos os cuidados serão tomados para assegurar que isto não ocorra.

Solicito sua autorização para realização e gravação dos grupos, nos quais serão utilizados para as dinâmicas grupais materiais pedagógicos e lúdicos que possam



Universidade Federal de São Paulo

Campus Baixada Santista

contribuir para representação das questões e ou membros familiares, técnicas de relaxamento e concentração, exercícios de percepção corporal.

Sua participação neste estudo é voluntária e mesmo que decida participar, você tem plena liberdade para solicitar, a qualquer momento, a interrupção da participação nos grupos e das observações ou retirar seu consentimento. Você pode e deve fazer perguntas para esclarecer qualquer dúvida sobre a pesquisa antes de concordar em participar do estudo, bem como a qualquer momento durante a nossa conversa ou observações.

Seu nome será mantido em sigilo e as informações fornecidas, assim como aquelas obtidas nas situações de atendimentos, não serão identificadas. Tais dados serão analisados em conjunto com os de outros participantes, não sendo divulgada a identificação de nenhum (a) deles (as). Os registros, entretanto, estarão disponíveis para uso da pesquisa e para a produção de artigos científicos. Você será informado (a) sobre os resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores e não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. A participação na pesquisa não envolve custos, tampouco compensações financeiras relacionadas à sua participação. Se houver gastos, como de transporte e alimentação, eles serão ressarcidos pela pesquisadora.

Caso a pesquisa resulte comprovadamente em dano pessoal, ressarcimento e indenizações previstos em lei poderão ser requeridos pelo participante conforme Resolução CNS nº 510 de 2016, artigo 17, II.

Em qualquer etapa do estudo, você poderá ter acesso ao pesquisador responsável para esclarecimento de eventuais dúvidas, na UNIFESP – Campus Baixada Santista – Departamento Saúde, Educação e Sociedade, à Rua Silva Jardim, 136 – Vila Mathias – Santos (SP) – telefone (13) 38783731. Se houver alguma consideração ou dúvida sobre aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo, no endereço: Rua Botucatu, n:740, Vila



Universidade Federal de São Paulo

Campus Baixada Santista

Clementino, CEP: 04023-900 – São Paulo/SP - telefone (11) 5571-1062 / (11) 5539-7162 – e-mail: cepunifesp@unifesp.br.

Este termo foi elaborado em duas vias devidamente assinadas, sendo que uma ficará com o (a) Sr. (a) _____ e outra com a pesquisadora.

Acredito ter sido suficientemente informado (a) a respeito das informações que li ou foram lidas para mim, descrevendo o estudo “PRÁTICAS INTEGRATIVAS: ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA A SERVIÇO DO TRABALHO SOCIOEDUCATIVO COM FAMÍLIAS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.” Eu discuti com a pesquisadora Adriana de Paula Vitor sobre a minha decisão em participar desse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes e durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Data: _____.

Nome do participante da pesquisa

Assinatura

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste (a) entrevistado (a) para a participação neste estudo. Declaro ainda que me comprometo a cumprir todos os termos aqui descritos.

Nome do pesquisador

Assinatura

Nome do auxiliar da pesquisa

Assinatura